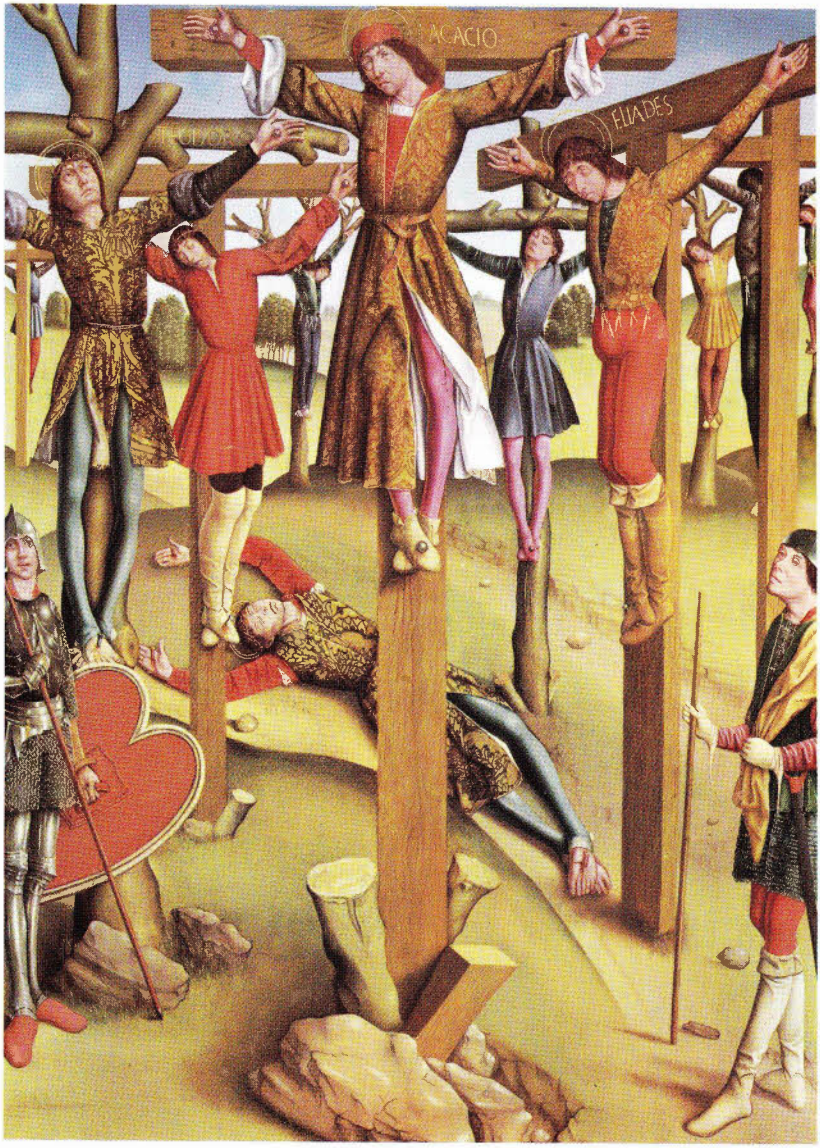
UMA HISTÓRIA ILUSTRADA DO CRISTIANISMO **VOL. 1**

A ERA DOS MÁRTIRES

JUSTO L. GONZÁLEZ



E até aos confins da terra:

uma história ilustrada do cristianismo

A era dos mártires

volume 1

E até aos confins da terra:
uma história ilustrada do cristianismo

1/ A era dos mártires
2/ A era dos gigantes
3/ A era das trevas
4/ A era dos altos ideais
5/ A era dos sonhos frustrados
6/ A era dos reformadores
7/ A era dos conquistadores
8/ A era dos dogmas e das dúvidas
9/ A era dos novos horizontes
10/ A era inconclusa

Justo L. González

E até aos confins da terra:

uma história ilustrada do cristianismo

A era dos mártires

volume 1

Tradução
Key Yuasa

edições
VIDA NOVA

© 1994 de Justo L. González
Título do original: *Y hasta lo último de la tierra: Una Historia Ilustrada del Cristianismo Tomo 1 - La Era de los Martires*

1ª edição: 1980
Reimpressões: 1984, 1986, 1989, 1991, 1995, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados por
SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA,
Caixa Postal 21486, São Paulo-SP
04602-970
www.vidanova.com.br

Proibida a reprodução por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos, gravação, estocagem em banco de dados, etc.), a não ser em citações breves, com indicação de fonte.

Capa: *Acácio e os 10.000 mártires*, quadro de Fernando Gallego. Cortesia do Museu Meadows, Universidade Metodista do Sul, Dallas, EUA. Veja a p. 165.

Printed in Brazil / Impresso no Brasil

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

González, Justo L.
E até aos confins da Terra: uma história ilustrada do Cristianismo / Justo L. González ; [tradução Key Yuasa]. — São Paulo : Vida Nova, 1995.

Título original: Y hasta lo último de la tierra: una história ilustrada del cristianismo.
Conteúdo: v. 1. A era dos mártires — v. 2. A era dos gigantes — v. 3. A era das trevas — v. 4. A era dos altos ideais — v. 5. A era dos sonhos frustrados — v. 6. A era dos reformadores — v. 7. A era dos conquistadores — v. 8. A era dos dogmas e das dúvidas — v. 9. A era dos novos horizontes — v. 10. A era inconclusa.
ISBN 85-275-0215-1 (obra completa)

1. Igreja - História I. Título

95-2793 CDD-270

Índices para catálogo sistemático

1. Cristianismo : História da Igreja 270

Dedicatória

À igreja
hispano-americana,
que professa o
nome de Cristo
na Língua de Cervantes

Epígrafe

Não vos compete conhecer tempos ou épocas que o Pai reservou para sua exclusiva autoridade; mas recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas
(At 1:7-8).

Índice

	Lista de ilustrações	IX
	Prefácio	1
	Cronologia	3
	Mapa do Império Romano	9
I.	Cristianismo e história	11
II.	A Plenitude do tempo	15
	O judaísmo na Palestina	16
	O judaísmo na Dispersão	20
	O mundo greco-romano	22
III.	A igreja de Jerusalém	31
	Unidade e diversidade	32
	A vida religiosa	34
	O ocaso da igreja judaica	35
IV.	A missão aos gentios	37
	O alcance da missão	37
	A obra de Paulo	39
	Os apóstolos: feitos e lendas	40
V.	Os primeiros conflitos com o estado	49
	A nova seita judaica	49
	A perseguição sob Nero	52
	A perseguição sob Domiciano	58

VI. A perseguição no século segundo 61
A correspondência entre Plínio e Trajano 62
Inácio de Antioquia: O portador de Deus 66
O martírio de Policarpo 69
A perseguição sob Marco Aurélio 73
Até o fim do século segundo 77
VII. A defesa da fé 79
As acusações contra os cristãos 80
Os principais apologistas 86
Fé cristã e cultura pagã 88
Os argumentos dos apologistas 92
VIII. O depósito da fé 95
O gnosticismo 96
Márciom 98
A resposta da igreja: o cânon 100
A resposta da igreja: o Credo 102
A resposta da igreja: a sucessão apostólica 105
A igreja católica antiga 107
IX. Os mestres da igreja 109
Irineu de Leão 110
Clemente de Alexandria 115
Tertuliano de Cartago 121
Orígenes de Alexandria 128
Conclusão geral 132
X. A perseguição no século terceiro 133
A perseguição sob Sétimo Severo 133
A perseguição sob Décio 138
A questão dos caídos: Cipriano e Novaciano . . . 142
XI. A vida cristã 147
A origem social dos cristãos 147
O culto cristão 150
A organização da igreja 155
Os métodos da arte cristã 158
XII. A grande perseguição e o triunfo final 163

Lista de ilustrações

1.	César Augusto	10
2-3.	Caminho romano	23
4.	Templo dedicado a Roma e Augusto	24
5.	Mitras matando o touro	26
6.	Taurobolia	28
7.	Pedro enviando os sete varões apostólicos	43
8.	Imagem de São Tiago	45
9.	São Tomás na Índia	46
10.	Nero	53
11.	Os cristãos no circo	56
12.	Domiciano	59
13.	A acrópole de Pérgamo	63
14.	Trajano	65
15.	Inácio no meio dos leões	69
16.	Policarpo de Esmirna	71
17.	Marco Aurélio	77
18.	Grafite do Palatino	81
19.	Altar familiar	83
20.	Templo de Diana em Éfeso	85

21. Diana (ou Artemis) dos Efésios 85
22. Justino, o Mártir 90
23. Irineu de Leão 111
24. O porto de Alexandria 115
25. O farol de Alexandria 116
26. Clemente de Alexandria 119
27. Tertuliano 124
28. Sétimo Severo 134
29. Décio 139
30. Cipriano de Cartago 144
31-34. Trabalhos cotidianos dos cristãos 149
35. Catacumba de Cornélio 153
36. Gregório, o Taumaturgo 157
37. Banquete eucarístico 159
38. Peixe, símbolo de Cristo 160
39. Noé na arca 160
40. Diocleciano 164
41. Acácio e os 10.000 mártires 165
42. Constâncio Cloro 167
43. Suplícios dos cristãos 168
44-48. Martírio de Vicente, Sabina e Cristeta 169
49. Catalina de Alexandria 173
50. Labarum 176
51. Ponte Mílvio 177

Prefácio

Em certo sentido, esta história é uma autobiografia. Só que, em lugar de começar com meu nascimento, começa séculos antes, e narra toda uma série de acontecimentos que, no final, seriam determinantes na minha vida. Sem esses séculos passados, meu nascimento e minha vida toda pareceriam flutuar no vazio.

Mas, mais que uma autobiografia individual, esta história é a biografia desse povo de Deus chamado igreja, onde minha fé foi formada e nutrida. Sem compreendê-la não compreendo a mim mesmo. E sem conhecer a sua história não a compreendo.

Portanto, não se trata aqui de um interesse de antiquário em tempos passados que nunca voltarão, mas trata-se antes de uma necessidade urgente de conhecer esses tempos passados que seguem presentes ainda entre nós — limitando nossas opções, determinando nossas perspectivas, e assinalando-nos o caminho em direção ao futuro.

Este é o primeiro de uma série de dez volumes. O presente tomo nos leva até o momento crítico em que Constantino tomou o nome de Cristo por estandarte, e pôs, assim, fim a uma perseguição do cristianismo por parte do Império Romano. O

próximo volume, sob o título de "A Era dos Gigantes", tratará a respeito dos desafios que a nova situação produziu, e dos gigantes que os enfrentaram — Atanásio, Jerônimo, Agostinho e outros — e terminará com as invasões do Império por povos germânicos. Os três tomos seguintes cobrirão a chamada "Idade Média", começando com o desafio dos bárbaros, e mostrando como em resposta a esse desafio se produziu o nascimento da civilização ocidental, para terminar nas crises que levaram à Reforma. O sexto tomo tratará então da Reforma — tanto católica como protestante — particularmente no século XVI, e sobre outros movimentos rivais. O sétimo será dedicado completamente à grande expansão européia nesse mesmo século e no seguinte, particularmente em nosso continente. O oitavo terá por tema principal os conflitos entre a fé e a razão nos séculos XVII e XVIII, mas tratará também de outros acontecimentos que tiveram lugar na mesma época — tais como o pietismo e o nascimento do metodismo, por exemplo. O penúltimo tomo terá por tema o século XIX, prestando especial atenção à grande expansão protestante nessa época, e aos movimentos teológicos que pareceram dominar o protestantismo europeu. Por último, o décimo será dedicado aos desafios do mundo moderno, e tratará de trazer nossa história ao seu ponto de contato com nossas biografias.

As pessoas que me prestaram seu apoio e ajuda na preparação do presente volume são muitas. Várias delas emprestaram sua colaboração a mais de um volume, e estou seguro que na preparação dos tomos subseqüentes essa lista aumentará. Portanto, eu decidi postergar sua publicação para incluí-la no último volume, quando será completado este projeto. Saibam entretanto todas essas pessoas que a omissão de seus nomes aqui não indica uma falta de gratidão, mas um sincero desejo de lhes fazer justiça, expressando meu agradecimento no final do nosso trabalho comum.

Cronologia

Advertências preliminares:

1. Como em toda cronologia da antigüidade, há nesta várias personagens e acontecimentos cujas datas são duvidosas. Indicamos essa situação em tais casos, mediante sinais de interrogação (mais de um quando a dúvida é maior, e as datas que sugerem os distintos eruditos variem notavelmente).

2. Devido à sua importância na história posterior, incluímos os nomes dos bispos de Roma. Mas note-se que os dados acerca deles antes de Clemente são altamente duvidosos.

3. Na coluna dedicada aos escritos e documentos incluímos vários autores não cristãos. O leitor os reconhecerá porque seus nomes se encontram entre parênteses. Não fizemos distinção alguma entre os escritores ortodoxos e os que não o são.

4. Nesta cronologia incluímos várias personagens, obras e acontecimentos que não se mencionam no texto do presente volume. Nós os incluímos a fim de que, se o leitor os encontrar em outro contexto, possa colocá-los dentro de nossa narração.

IMPERADORES	BISPOS DE ROMA	ESCRITOS E DOCUMENTOS	ACONTECIMENTOS
Augusto (27 a.C.-14 d.C.)		(Filo)	Jesus
Tibério (14-37)			
Calígula (37-41)			
Cláudio (41-54)			Judeus expulsos de Roma
		Paulo	
Nero (54-68)		(Flávio Josefo)	Incêndio de Roma
			Perseguição
	Lino (?)		
			Cristãos de Jerusalém fogem para Pela (66)
Galba (68-69)	Anacleto (?)	Marcos	
Oto (69)			
Vitélio (69)			
Vespasiano (69-79)		Mateus (?)	Queda de Jerusalém (70)
		Lucas-Atos (?)	
Tito (79-81)			
Domiciano (81-96)		João (??)	
	Clemente	Apocalipse	Perseguição
Nerva (96-98)			
Trajano (98-117)			
	Evaristo	Inácio	Perseguição
	Alexandre	(Plínio)	
	Sixto		

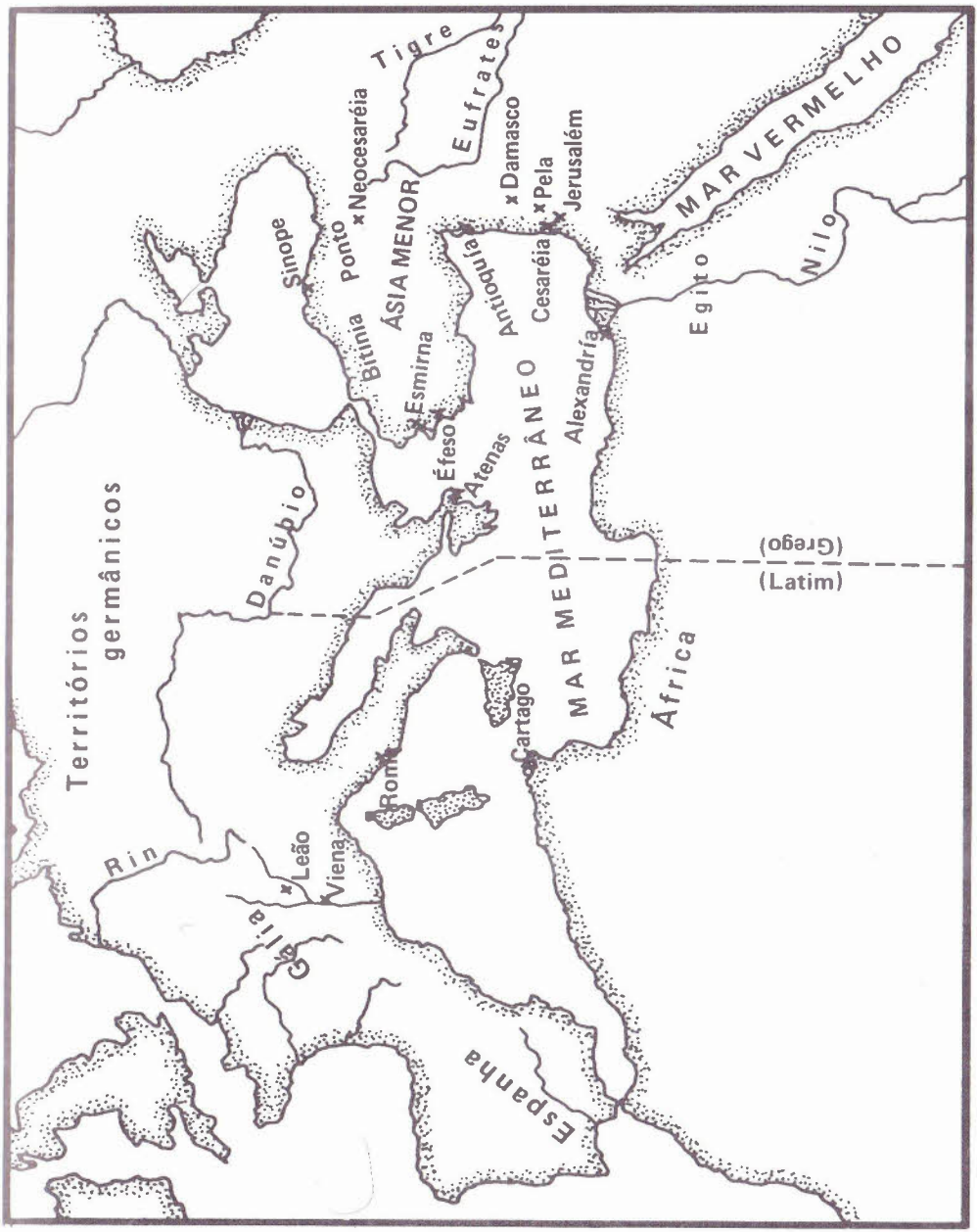
Adriano (117-138)		Quadrato	Perseguição
		Aristides	
	Telésforo	Papias	
		(Epicteto)	
		Didaquê (??)	Gnosticismo
		Evang. dos Hebreus	Márciom em Roma
	Higino	pseudo-Barnabé (?)	
Antonino Pio (138-161)			Perseguição
	Pio	Basilides	
		Aristo de Pela (140)	
		Hermas (ca. 150)	
		Símbolo romano	
		Valentin	
		Evang. de Pedro	
	Aniceto	Fragmento Muratori (160)	
		Frontón de Cirta	
		Epitáfio de Pectorio (??)	
			Montanismo
		Ascenção de Isaías (??)	
		Cânticos de Salomão (??)	
Marco Aurélio (161-180)			Perseguição
Lúcio Vero co-imperador (161-169)		Justino (165)	

IMPERADORES	BISPOS DE ROMA	ESCRITOS E DOCUMENTOS	ACONTECIMENTOS
		Hegesipo (154-166)	
	Sotero	Luciano de Samosata	
		Martírio de Policarpo	
		Taciano	
		II Enoque (??)	
	Eleuterio (175-189)		Mártires de Viena e Leão (177)
		Atenágoras	
Cômodo (180-192)		Teófilo de Antioquia	
		(Celso)	
		Irineu (ca. 180)	
		Panteno	Mártires escilitanos
	Vítor (189-199)	Melito (189)	Controvérsia pascoal
		Tertuliano (195-220)	
Pertinax (193)		Minúcio Félix (?)	
Didio Juliano (193)			
[Niger (193-194)]			
Sétimo Severo (193-211)		Epitáfio de Abercio	Perseguição
	Ceferino (199-217)		Política sincretista do imp.
		Perpétua e Felicidade	
		Clemente de Alexandria (200-215)	Tertuliano montanista (207)
		Orígenes (215-253)	
Caracalla (211-212)			
[Geta (211-212)]			
Opilio Macrino (217-218)	Calixto (217-222)	(Plotino)	

Heliogábalo (218-222)		Hipólito	Cisma em Roma
Alexandre Severo (222-235)	Urbano (222-230)	pseudo-Clementina	Orígenes na Palestina (231)
	Ponciano (230-235)		
Maximino I (235-238)	Antero (235-236)		
	Fabião (236-250)		
Máximo Pupieno e Balbino (238)		Sexto Júlio Africano	
		Evang. de Tomé (??)	
Gordiano (238-244)		Metódio	
		*Manes	*Maniqueísmo
Felipe (244-249)		Heraclas	
Décio (249-251)		Cipriano	Perseguição
Galo (215-252)	Cornélio (251-253)	Novaciano	Cisma em Roma
Emiliano (253)	Lúcio (253-254)	Didascalia (?)	
Valeriano (253-260)	Estêvão (254-257)		Perseguição
	Sixto II (257-258)		+ Paulo de Samosata
	Dionísio (259-268)	Dionísio de Alexandria	
		Luciano de Antioquia	
Galieno (260-268)		Gregório Taumaturgo	
		Firmiliano de Cesaréio	
Cláudio II (268-270)			
	Félix (269-274)		
		Teonosto	
Aureliano (270-275)		Papiros gnósticos (??)	

IMPERADORES	BISPOS DE ROMA	ESCRITOS E DOCUMENTOS	ACONTECIMENTOS
Tácito (275-276)	Eutiquiano (275-283)	Evang. de Bartolomeu (??)	
Probo (276-282)			
Caro (282-283)	Caio (283-296)		
Carino		Arnóbio	
Numeriano (283-305)			
Diocleciano (284-305)	Marcelino (296-304)		
Maximiano (285-305)		Pierio	Grande perseguição
Constâncio Cloro (292-306)			
Galério (292-311)			Edito de tolerância (311)
Maximino Daza (305-313)	Marcelo (308-309)		
Constantino (306-337)	Eusébio (309)		Edito de Milão (313)
Majêncio (306-312)	Milcíades (310-314)	Pistis Sofia (?)	
Licínio (307-323)	Silvestre (314-335)		

Mapa do Império Romano



César Augusto governava o Império Romano quando Jesus nasceu. Seu verdadeiro nome era Otávio, porém, no ano 27 a.C., o senado romano conferiu-lhe o título honorífico de "Augusto", pelo qual é conhecido até hoje.

I
Cristianismo e história

Naqueles dias foi publicado um decreto de César Augusto, convocando toda a população do império para recensear-se.

Lucas 2:1

Desde as suas próprias origens, o evangelho se inseriu na história humana. De fato, isso é o evangelho: as boas novas de que, em Jesus Cristo, Deus se introduziu em nossa história, em prol de nossa redenção.

Os autores bíblicos não deixam lugar a dúvidas acerca disto. O Evangelho de São Lucas nos diz que o nascimento de Jesus teve lugar na época de César Augusto, e "sendo Quirino, governador da Síria" (Lucas 2:2). Pouco antes, o mesmo evangelista coloca sua narração dentro do marco da história da Palestina, dizendo-nos que estes fatos sucederam "nos dias de Herodes, rei da Judéia" (Lucas 1:5). O Evangelho de São Mateus começa com uma genealogia que enquadra Jesus dentro da história e das esperanças do povo de Israel, e quase imediatamente nos diz também que Jesus nasceu "nos dias do rei Herodes" (Mateus 2:1). Marcos nos dá menos detalhes, mas não deixa de assinalar que seu livro trata do que "aconteceu naqueles dias" (Marcos 1:9). O Evangelho de São João quer assegurar-se de que não pensemos que todas estas narrações tenham um interesse meramente transitório, e por isso começa afirmando

que o Verbo que foi feito carne no decurso da história humana (João 1:14) é o mesmo que "estava no princípio com Deus" (João 1:2). Mas, depois de tudo, o resto deste evangelho se apresenta como uma narração da vida de Jesus. Por último, um interesse semelhante pode se ver na Primeira Epístola de São João, cujas primeiras linhas declaram que "o que era desde o princípio" é também "o que temos ouvido, o que temos visto com nossos olhos, o que temos contemplado, e as nossas mãos apalparam" (I João 1:1).

Esta importância da história para compreender o sentido de nossa fé não se limita à vida de Jesus, mas engloba toda a mensagem bíblica. No Antigo Testamento, boa parte do texto sagrado é de caráter histórico. Não só os livros que geralmente chamamos "históricos", mas também os livros da Lei – por exemplo, Gênesis e Êxodo – e dos profetas nos narram uma história em que Deus se revelou ao seu povo. À parte dessa história, é impossível conhecer essa revelação.

Também no Novo Testamento encontramos o mesmo interesse pela história. Lucas, depois de completar seu evangelho, seguiu narrando a história da igreja cristã no livro de Atos. Isto não fez Lucas por simples curiosidade antiquária. Ele o fez, principalmente, por fortes razões teológicas. Com efeito, segundo o Novo Testamento, a presença de Deus entre nós não terminou com a ascensão de Jesus. Ao contrário, o próprio Jesus prometeu aos seus discípulos que não os deixaria sós, mas que lhes enviaria outro Consolador (João 14:16-26). E no princípio do livro de Atos, imediatamente antes da ascensão, Jesus lhes disse que receberiam o poder do Espírito Santo, e que em virtude disso seriam testemunhas "até aos confins da terra" (Atos 1:8). A vinda do Espírito Santo, no dia de Pentecoste marca o começo da vida da igreja. Portanto, o que Lucas está narrando no livro que geralmente chamamos "Atos dos Apóstolos" não é tanto os atos dos apóstolos como os atos do Espírito Santo através dos apóstolos. Lucas escreve então dois livros, o primeiro sobre os atos de Jesus Cristo e o segundo sobre os atos do Espírito. O segundo livro, entretanto, quase parece haver ficado incompleto. No final de Atos, Paulo está ainda pregando em Roma, e o livro não nos diz o que aconteceu com ele ou com o resto da igreja. Isto tinha de ser assim, porque a história

que Lucas está narrando, necessariamente, não há de ter um final até que o Senhor venha.

Naturalmente isto não quer dizer que toda a história da igreja tenha o mesmo valor e a mesma autoridade que o livro de Atos. Ao contrário, a igreja sempre creu que o Novo Testamento e a idade apostólica têm uma autoridade única. Do ponto de vista da fé, a história da igreja ou do cristianismo é muito mais que a história de uma instituição ou de um movimento qualquer. A história do cristianismo é a história dos atos do Espírito entre os homens e as mulheres que nos precederam na fé.

Às vezes, no curso desta história haverá momentos em que nos será difícil ver a ação do Espírito Santo. Haverá quem utilizará a fé da igreja para enriquecer-se ou para engrandecer seu poderio pessoal. Outros haverá que se esquecerão do mandamento do amor e perseguirão aos seus inimigos com uma fúria indigna do nome de Cristo. Em alguns períodos parecerá que toda a igreja abandonou por completo a fé bíblica, e teremos de nos perguntar até que ponto tal igreja pode verdadeiramente chamar-se cristã. Em tais momentos, talvez nos convenha recordar dois pontos importantes.

O primeiro destes pontos é que a história que estamos narrando é a história dos feitos do Espírito Santo, sim; mas é a história desses atos entre pessoas pecadoras como nós. Isto se pode ver já no Novo Testamento, onde Pedro, Paulo e os demais apóstolos são apresentados, ao mesmo tempo, como pessoas de fé e pecadores miseráveis. E, se esse exemplo não nos basta, olhemos aos "santos" de Corinto a quem Paulo dirige sua primeira epístola.

O segundo ponto que devemos recordar é que foi precisamente através desses pecadores e dessa igreja, que aparece às vezes como totalmente descarrilhada, que o evangelho chegou até nós. Ainda através dos séculos mais escuros da vida da igreja, nunca faltaram cristãos que amaram, estudaram, conservaram e copiaram as Escrituras e que desse modo as fizeram chegar aos nossos dias. Além disso, segundo o que iremos ver no curso desta história, nosso próprio modo de interpretar as Escrituras não deixa de manifestar o impacto dessas gerações anteriores.

Uma e outra vez através dos séculos o Espírito Santo tem estado chamando o povo de Deus a novas aventuras de obediência. Nós também somos parte dessa história, desses atos do Espírito.

II
A plenitude do tempo

VINDO, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei.

Gálatas 4:4

Os primeiros cristãos — Paulo entre eles — não criam que o tempo e o lugar do nascimento de Jesus foram deixados ao acaso. Pelo contrário, aqueles cristãos viam a mão de Deus preparando o advento de Jesus em todos os acontecimentos anteriores ao Natal, e em todas as circunstâncias históricas que o rodearam. O mesmo pode ser dito do nascimento da igreja, que é o resultado da obra de Jesus. Deus havia preparado o caminho para que os discípulos, uma vez recebido o poder do Espírito Santo, pudessem lhe ser testemunhas "em Jerusalém, em toda Judéia e Samaria, e até aos confins da terra" (Atos 1:8).

Portanto, a igreja nunca foi uma comunidade desprovida de todo contato com o mundo exterior. Os primeiros cristãos eram judeus do século primeiro, e foi como judeus do século primeiro que escutaram e receberam o evangelho. Depois, a nova fé foi se propagando, tanto entre os judeus que viviam fora da Palestina como entre os gentios que viviam no Império Romano e ainda fora dele. Em conseqüência, a fim de compreender a história da igreja em seus primeiros séculos, devemos primeiro dar uma olhada neste mundo em que a igreja se desenvolveu.

O judaísmo na Palestina

Palestina, a região onde o cristianismo deu os seus primeiros passos, foi sempre uma terra sofrida. Em tempos antigos, isso se deveu principalmente a sua posição geográfica, que a colocava na encruzilhada das grandes rotas comerciais que uniam o Egito à Mesopotâmia, e a Arábia com a Ásia Menor. E através de toda a história do Velho Testamento, esta estreita faixa de terreno se viu cobiçada e invadida, umas vezes pelo Egito, e outras vezes pelos grandes impérios que surgiram na região da Mesopotâmia e Pérsia. No século IV a.C., com Alexandre e suas hostes macedônicas, um novo contendente entrou na arena. Ao derrotar os persas, Alexandre se fez dono da Palestina. Alexandre morreu no ano 323 a.C., e seguiram então longos anos de instabilidade política. A dinastia dos Ptolomeus, fundada por um dos generais de Alexandre, se apoderou do Egito, enquanto que os Selêucidas, de semelhante origem, se fizeram donos da Síria. De novo a Palestina resultou ser a maçã da discórdia nas lutas entre os Ptolomeus e os Selêucidas.

As conquistas de Alexandre tiveram uma base ideológica. O propósito de Alexandre não era simplesmente conquistar o mundo, mas unir toda a humanidade sob uma mesma civilização de tonalidade marcadamente grega. O resultado disto foi o helenismo, que tendia a combinar elementos puramente gregos com outros tomados das diversas civilizações conquistadas. Ainda que o caráter preciso do helenismo tenha variado de região a região, em termos gerais foi a bacia oriental do Mediterrâneo que lhe deu uma unidade que serviu primeiro à expansão do Império Romano e depois à pregação do evangelho.

Mas para os judeus o helenismo não era uma bênção. Posto que parte da ideologia helenista consistia em equiparar e confundir os deuses de diversos povos, os judeus viam no helenismo uma séria ameaça à fé no Deus único de Israel. Por isso, a história da Palestina, desde a conquista de Alexandre até a destruição de Jerusalém, no ano de 70 d.C., pode se ver como um conflito constante entre as pressões do helenismo por uma parte e a fidelidade dos judeus a seu Deus e suas tradições por outra.

O ponto culminante dessa luta foi a rebelião dos Macabeus. Primeiro o sacerdote Matatias e depois seus três filhos Jônatan, Judas e Simeão, se rebelaram contra o helenismo dos

Selêucidas, que pretendiam impor deuses pagãos entre os judeus. O movimento teve algum êxito. Mas já João Hircano, o filho de Simeão Macabeu, começou a se amoldar aos costumes dos povos circunvizinhos. e a favorecer as tendências helenistas. Quando alguns dos judeus mais restritos se opuseram a esta política, desatou-se a perseguição. Por fim, no ano de 63 a.C. o romano Pompeu conquistou o país e depôs o último dos Macabeus, Aristóbulo II.

A política dos romanos era, em geral, tolerante em relação a religião e aos costumes dos povos conquistados. Pouco tempo depois da deposição de Aristóbulo, os romanos devolveram aos descendentes dos Macabeus certa medida de autoridade, dando-lhes os títulos de sumo-sacerdote e etnarca. Herodes, nomeado rei da Judéia pelos romanos no ano 40 a.C., foi o último governante com certa ascendência macabéia, pois sua esposa era dessa linhagem.

Mas, até a própria tolerância dos romanos não podia compreender a obstinação dos judeus, que insistiam em render culto somente a seu Deus e que se rebelavam ante a menor ameaça contra sua fé. Herodes fez todo o possível para introduzir o helenismo no país. Com esse propósito fez construir templos em honra a Roma e a Augusto em Samaria e Cesaréia. Mas, quando se atreveu a colocar uma águia de ouro na entrada do Templo, os judeus se sublevaram e Herodes teve de recorrer à violência. Seus sucessores seguiram a mesma política helenizante, fazendo construir novas cidades de estilo helenista e trazendo gentios para viverem nelas.

Por esta razão as rebeliões sucederam quase ininterruptamente. Jesus era menino quando os judeus se rebelaram contra o etnarca Arquelau, que teve de recorrer às tropas romanas. Essas tropas, sob o comando do general Varo, destruiram a cidade de Séforis, capital da Galiléia e vizinha de Nazaré, e crucificaram dois mil judeus. É a esta rebelião que se refere Gamaliel ao dizer que "levantou-se Judas, o galileu, nos dias do recenseamento, e levou muitos consigo" (Atos 5:37). O partido dos zelotes, que se opunha tenazmente ao regime romano, continuou existindo depois das atrocidades de Varo, e cumpriu um papel importante na grande rebelião que estalou no ano de 66 d.C. Essa rebelião foi, talvez, a mais violenta de

todas, e conduziu, em suas conseqüências, à destruição de Jerusalém no ano de 70 d.C., quando o general — e depois imperador — Tito conquistou a cidade e derrubou o Templo.

Em meio a tais lutas e tentações, não é de se estranhar que o judaísmo se tenha tornado cada vez mais legalista. Era necessário que o povo tivesse diretrizes claras acerca de qual deveria ser sua conduta em diversas circunstâncias. Os preceitos detalhados dos fariseus não tinham o propósito de fomentar uma religião puramente externa – ainda que às vezes tenham tido esse resultado — mas, antes, procuravam aplicar a Lei às circunstâncias que o povo vivia dia-a-dia.

Os fariseus eram o partido do povo, que não gozava das vantagens materiais acarretadas pelo regime romano e helenista. Para eles o importante era assegurar-se de cumprir a Lei, mesmo nos tempos difíceis em que estavam vivendo. Ademais, os fariseus criam em algumas doutrinas que não tinham apoio nas mais antigas tradições dos judeus, tais como a ressurreição e a existência de anjos.

Os saduceus, por sua parte, eram o partido da aristocracia, cujos interesses os levavam a colaborar com o regime romano. Posto que o sumo-sacerdote pertencia geralmente a essa classe social, o culto do Templo ocupava para os saduceus a posição central que a Lei tinha para os fariseus. Além disso, aristocratas e conservadores como eram, os saduceus rejeitavam as doutrinas da ressurreição e a da existência dos anjos, que segundo eles eram meras inovações.

Portanto, devemos nos cuidar de não exagerar a oposição de Jesus e dos primeiros cristãos ao partido dos fariseus. De fato, quase todos eles estavam mais perto dos fariseus que dos saduceus. A razão pela qual Jesus os critica não é então por terem sido maus judeus, mas que, em seu afã de cumprir a Lei ao pé da letra, se esqueciam às vezes dos seres humanos a quem a Lei fora dada.

Além desses partidos, que ocupavam o centro da cena religiosa, haviam outras seitas e bandos no judaísmo do século primeiro. Já mencionamos os zelotes. Os essênios, a quem muitos autores atribuem os famosos "Rolos do Mar Morto", eram um grupo com idéias puristas, que se apartava de todo contato com o mundo dos gentios, a fim de manter sua pure-

za ritual. Segundo o historiador Josefo, esses essênios sustentavam, além das doutrinas tradicionais do judaísmo, certas doutrinas secretas que lhes estavam vedadas revelar a quem não fosse membro de sua seita.

Por outra parte, toda esta diversidade de tendências, partidos e seitas não há de eclipsar os pontos fundamentais que todos os judeus sustentavam em comum: o monoteísmo ético e a esperança escatológica.

O monoteísmo ético sustentava que há um só Deus e que este Deus requer, além do culto apropriado, a justiça entre os seres humanos. Os diversos partidos podiam estar em desacordo com respeito ao que essa justiça queria dizer em termos concretos. Mas quanto a necessidade de honrar ao Deus único com a vida toda, todos concordavam.

A esperança escatológica era a outra nota comum da fé de Israel. Todos, desde os saduceus até aos zelotes, guardavam a esperança messiânica e criam firmemente que o dia chegaria em que Deus interferiria na história para restaurar Israel e cumprir suas promessas de um Reino de paz e justiça. Alguns criam que seu dever estava em acelerar a chegada desse dia recorrendo às armas. Outros diziam que tais coisas deviam deixar-se exclusivamente nas mãos de Deus. Mas todos concordavam em sua visão dirigida em direção ao futuro, quando se cumpririam as promessas de Deus.

De todos esses grupos, o mais apto para sobreviver depois da destruição do Templo era o dos fariseus. Com efeito, esta seita tinha suas raízes na época do Exílio, quando os judeus não podiam chegar ao Templo para adorar, e portanto sua fé se centralizava na Lei. Durante os últimos séculos antes do advento de Jesus, o número dos judeus que viviam em terras longínquas havia aumentado constantemente. Tais pessoas, que não podiam visitar o Templo senão em raras ocasiões, viam-se obrigadas a centralizar sua fé na Lei e não no Templo. No ano de 70 d.C., a destruição de Jerusalém deu o golpe de misericórdia ao partido dos saduceus e portanto o judaísmo que o cristianismo conheceu através de quase toda a sua história — assim como o judaísmo que existe em nossos dias — vem da tradição farisaica.

O judaísmo da dispersão

Como já assinalamos anteriormente, durante os séculos que precederam ao advento de Jesus houve um número cada vez maior de judeus que viviam fora da Palestina. Alguns destes judeus eram descendentes dos que haviam ido ao exílio na Babilônia e portanto nessa cidade, como em toda a região da Mesopotâmia e Pérsia, havia fortes contingentes judeus. No Império Romano, os judeus se haviam espalhado por diversas circunstâncias, e já no século primeiro as colônia judaicas em Roma e em Alexandria eram numerosíssimas. Em quase todas as cidades do Mediterrâneo oriental havia pelo menos uma sinagoga. No Egito, chegou-se até a construir um templo por volta do século VII a.C. na cidade de Elefantina, e houve outro no Delta do Nilo no século II a.C. Mas em geral estes judeus da "Dispersão" ou da "Diáspora" — pois assim se lhes chamou — não construiram templos nos quais podiam oferecer sacrifícios, mas antes sinagogas nas quais estudavam as Escrituras.

O judaísmo da Diáspora é de suma importância para a história da igreja cristã, pois foi através dele, segundo veremos no próximo capítulo, que mais rapidamente se estendeu a nova fé pelo Império Romano. Além disso, esse judaísmo proporcionou à igreja a tradução do Antigo Testamento ao grego que foi um dos principais veículos de sua propaganda religiosa.

Este judaísmo se distinguia de seu congênere na Palestina principalmente por duas características: seu uso do idioma grego, e seu contato inevitavelmente maior com a cultura helenista.

No século primeiro eram muitos os judeus, na Palestina, que já não usavam o antigo idioma hebreu. Mas, enquanto que na Palestina e em toda a região do oriente desse país falava-se o aramaico, os judeus que se achavam dispersos por todo o resto do Império Romano falavam o grego. Depois das conquistas de Alexandre, o grego veio a ser a língua franca da bacia oriental do Mediterrâneo. Judeus, egípcios, chipriotas, e até romanos, utilizavam o grego para comunicar-se entre si. Em algumas regiões — especialmente no Egito — os judeus perderam o uso da língua hebraica, e foi necessário traduzir suas Escrituras ao grego.

Essa versão do Antigo Testamento ao grego recebe o nome de "Septuaginta", que se abrevia freqüentemente mediante o número romano LXX. Esse nome — e número — provém de uma antiga lenda segundo a qual o rei do Egito, Ptolomeu II Filadelfo, ordenou a setenta e dois anciãos hebreus que traduzissem a Bíblia independentemente, e todos eles produziram trabalhos idênticos entre si. Ao que parece, o propósito dessa lenda era garantir a autoridade desta versão, que foi, de fato, produzida através de vários séculos, por tradutores com distintos critérios, de modo que algumas porções são excessivamente literais, enquanto que outras tomam liberdades indevidas com o texto.

Em todo caso, a importância da Septuaginta foi enorme para a igreja cristã primitiva. Esta é a Bíblia que a maioria dos autores do Novo Testamento cita, e exerceu uma influência indubitável sobre a formação do vocabulário cristão dos primeiros séculos. Ademais, quando aqueles primeiros crentes se derramaram por todo o Império com a mensagem do evangelho, encontraram na Septuaginta um instrumento útil para sua propaganda. De fato, o uso que os cristãos fizeram da Septuaginta foi tal e tão efetivo que os judeus se viram obrigados a produzir novas versões – como a de Aquila – e a deixar os cristãos na posse da Septuaginta.

A outra marca distinta do Judaísmo da Dispersão foi o seu inevitável contato com a cultura helenista. Em certo sentido poderia se dizer que a Septuaginta é também resultado desta situação. Em todo caso, resulta claro que os judeus da Dispersão não podiam subtrair-se ao contato com os gentios, como podiam fazer em certa medida seus correligionários da Palestina. Os judeus da Dispersão viam-se obrigados, em conseqüência, a defender sua fé a cada passo diante daquelas pessoas de cultura helenista para quem a fé de Israel era ridícula, antiquada ou ininteligível.

Diante desta situação, e especialmente na cidade de Alexandria, surgiu entre os judeus um movimento que tratava de mostrar a compatibilidade entre o melhor da cultura helenista e a religião hebraica. Já no século III a.C., Demétrio narrou a história dos reis de Judá seguindo os padrões da historiografia pagã. Mas foi na pessoa de Filo de Alexandria, contemporâneo de Jesus, que este movimento alcançou seu ápice.

Posto que os argumentos de Filo — ou outros muito parecidos — foram utilizados depois por alguns cristãos na própria cidade de Alexandria, vale a pena resumí-los aqui. O que Filo intenta fazer é mostrar a compatibilidade entre a filosofia platônica e as Escrituras hebraicas. Segundo ele, já que os filósofos eram pessoas cultas, e as Escrituras hebraicas são anteriores a eles, é de se supor que qualquer concordância entre ambos se deve a que os gregos copiaram dos judeus, e não viceversa. E então Filo procede a mostrar essa concordância interpretando o Antigo Testamento como uma série de alegorias que apontam em direção às mesmas verdades eternas a que os filósofos se referem de maneira mais literal.

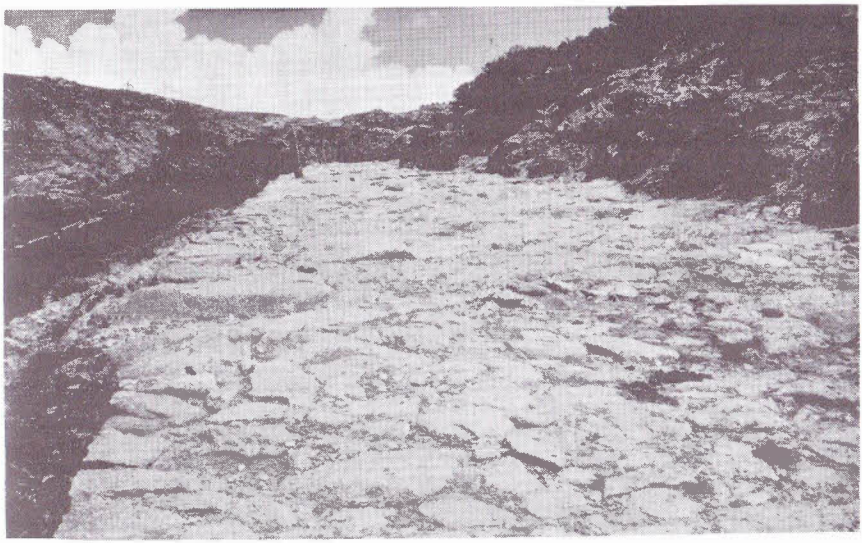
O Deus de Filo é absolutamente transcendente e imutável, no estilo de "Um inefável" dos platônicos. Portanto, para se relacionar com este mundo de realidades transitórias e imutáveis, esse Deus faz uso de um ser intermediário, a quem Filo dá o nome de Logos (isto é, Verbo ou Razão). Este Logos, além de ser um intermediário entre Deus e a criação, é a razão que existe em todo o universo, e da qual a mente humana participa. Em outras palavras, é este Logos que faz com que o universo possa ser compreendido pela mente humana. Alguns pensadores cristãos adotaram estas idéias propostas por Filo, com todas as suas vantagens e seus perigos.

Como vemos; em sua dispersão por todo o mundo romano, em sua tradução da Bíblia, e ainda em seus intentos de dialogar com a cultura helenista, o judaísmo havia preparado o caminho para o advento e a disseminação da fé cristã.

O mundo greco-romano

Entretanto, nessa disseminação, a nova fé teve de abrir o seu caminho através de situações políticas e culturais que às vezes lhe facilitaram a passagem, e outras lhe serviram de obstáculo. A fim de compreender a vida cristã nesses primeiros séculos, devemos nos deter e expor, ainda que em breves linhas, essas circunstâncias políticas e culturais.

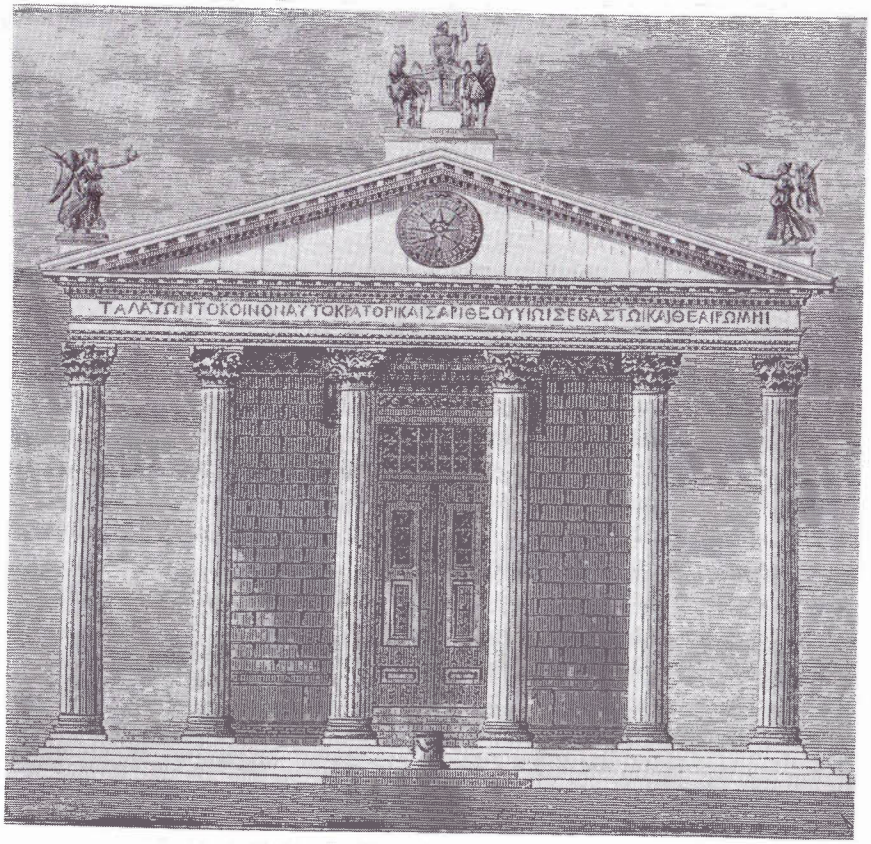
O Império Romano havia dado à bacia do Mediterrâneo uma unidade política nunca antes vista. Ainda que em cada região se mantinham alguns velhos costumes e leis, a política do Império foi fomentar a maior uniformidade possível sem fazer



Em algumas das regiões escarpadas da Europa subsistem ainda as velhas estradas romanas, como esta que passa pelo Porto do Pido, na Serra de Gredos.

excessiva violência aos costumes de cada região. Esta havia sido antes também a política de Alexandre. Em ambos os casos o êxito foi notável, pois pouco a pouco se foi criando uma base comum que perdura até nossos dias. Essa base comum, tanto política como culturalmente, foi de enorme importância para o cristianismo dos primeiros séculos.

A unidade política da bacia do Mediterrâneo permitiu aos primeiros cristãos viajar de um lugar a outro sem temor de se verem envoltos em guerras ou assaltos. De fato, ao ler acerca das viagens de Paulo vemos que o grande perigo da navegação



A estreita união entre o culto ao imperador e a lealdade a Roma pode ser vista em muitos templos dedicados juntamente ao imperador e a Roma, como este, que se ergue na cidade de Anquira (hoje Ankara).

nessa época era o mau tempo. Uns séculos antes, os piratas que infestavam o Mediterrâneo eram muito mais terríveis do que qualquer tempestade. Os caminhos romanos, que uniam até as mais distantes províncias, e alguns dos quais ainda existem, não foram alheios aos pés dos cristãos que iam de um lugar a outro, levando a mensagem da redenção em Jesus Cristo. Posto que o comércio florescia, os povos iam de um lugar a outro, e assim o cristianismo chegou freqüentemente a alguma nova região, não levado por missionários ou pregadores itinerantes, mas sim por mercadores, escravos e outras pessoas que por diversas razões se viam obrigadas a viajar. Neste sentido, as condições políticas da época foram benéficientes para a disseminação da nova fé.

Mas também houve outros aspectos dessa situação que serviram de desafio e ameaça aos primeiros cristãos. Já que o Império intentava alcançar a maior uniformidade possível entre seus súditos de diversas origens, parte da política imperial consistia em fomentar a uniformidade religiosa. Isto se fazia mediante o sincretismo e o culto ao imperador.

O sincretismo, que consiste na mistura indiscriminada de religiões, foi característica da bacia do Mediterrâneo a partir do século III a.C. Dentro de certos limites, Roma o incentivou, pois o Império tinha interesse em que seus diversos súditos pensassem que, ainda que seus deuses tivessem diferentes nomes e atributos, no final das contas eram todos os mesmos deuses. Ao Panteão Romano foram se acrescentando deuses provenientes das diversas regiões. (A palavra Panteão quer dizer precisamente "templo de todos os deuses".) Pelos mesmos caminhos pelos quais transitaram os mercadores e missionários cristãos, transitavam também pessoas das mais variadas religiões, e todas essas religiões se entremesclavam e confundiam nas praças e nos foros das cidades. O sincretismo era a moda religiosa da época.

Em tal ambiente tanto os judeus como os cristãos pareciam ser pessoas intransigentes, que insistiam em seu Deus único e diferente de todos os demais deuses. Por esta razão, muitos viam no judaísmo e no cristianismo um quisto que devia ser extirpado da sociedade romana. Mas foi o culto ao imperador o ponto nevrálgico que desatou a perseguição. Muitas

vezes essas perseguições tinham características políticas. O culto ao imperador era um dos meios que Roma utilizava para fomentar a unidade e a lealdade de seu império. Negar-se a render esse culto era visto como sinal de traição ou pelo menos de deslealdade. Logo, não são poucos os casos em que fica patente que, ao mesmo tempo que um mártir morria por sua fé, quem o condenava o fazia levado por sentimentos de lealdade política.

Por outra parte, o sincretismo da época também se manifestava no que os historiadores de hoje chamam "religiões de mistério", ou simplesmente "mistérios". Estas religiões não centralizavam sua fé nos velhos deuses do Olimpo — Zeus, Poseidon, Afrodite, etc. — mas em outros *deuses* de caráter

O mitraísmo, culto muito difundido entre as legiões romanas, foi um dos principais rivais do cristianismo. Seu mito principal tratava de como o deus Mitra havia destruído o touro, símbolo das forças do caos.

mais pessoal. Nos séculos anteriores, antes que se espalhasse o espírito sincretista e cosmopolita, cada indivíduo era devoto aos deuses do país em que havia nascido. Mas agora, em meio a confusão criada pelas conquistas de Alexandre e de Roma, cada pessoa tinha de decidir a que deuses ia prestar a sua devoção. Cada um destes deuses dos "mistérios" tinha seus próprios devotos: todos aqueles que haviam sido iniciados.

Em geral, cada uma destas religiões baseava-se em um mito acerca das origens do mundo, ou da história do deus em questão. Do Egito provinha o mito de Ísis e Osíris, segundo o qual o deus Seth havia matado e esquartejado Osíris, e depois havia espalhado seus membros por todo o Egito. Ísis, a esposa de Osíris, os havia recolhido e dado nova vida a Osíris. Mas os órgãos genitais de Osíris haviam caído no Nilo, e por essa razão é que o Nilo é a fonte de fertilidade para todo o Egito. Também por essa razão, alguns dos devotos mais fervorosos deste culto se mutilavam a si mesmos, cortando-se os testículos e oferecendo-os em sacrifício. Entre os soldados era muito popular o culto a Mitra, um deus de origem persa, cujos mitos incluíam uma série de combates contra o sol e contra um touro de caráter mitológico. Na Grécia, existiam desde tempos imemoriais, os mistérios de Eleusis, perto de Atenas. Os mistérios de Átis e Cibeles incluíram um ritual de iniciação chamado "taurobolia", no qual se matava um touro e se banhava ao neófito com seu sangue. Dado o caráter sincretista de todos estes cultos, logo uns se misturaram com outros, até o ponto que, hoje, torna-se difícil distinguir as características ou as práticas de um deles em particular. Além disso, esses deuses não eram zelosos entre si, como o Deus dos judeus e dos cristãos e, portanto, houve quem se dedicasse a colecionar mistérios, fazendo-se iniciar nesses cultos, um após o outro. Todas estas tendências sincretistas, em que se entrelaçavam os velhos deuses, com as religiões de mistério e com o culto ao imperador, apresentaram um forte desafio ao cristianismo nascente. Já que os cristãos se negavam a participar de tudo isto, frequentemente eram acusados de incrédulos e ateus.

Diante de tais acusações, os cristãos podiam recorrer a certos aspectos da cultura da época que pareciam prestar-lhes apoio. A isto nos dedicaremos no capítulo VII do presente vo-

lume. Mas já podemos indicar que existiram duas tradições filosóficas em que os cristãos encontraram um nutrido arsenal

O rito de iniciação chamado Taurobolia, pelo que nos é possível reconstituir, sobre a base de indícios que a história conservou.

para a defesa de sua fé. Uma delas foi a tradição platônica, e a outra o estoicismo.

O mestre de Platão, Sócrates, havia sido condenado a morrer bebendo cicuta porque ele era considerado incrédulo e corruptor da juventude ateniense. Platão havia escrito vários diálogos em sua defesa, e já no século primeiro de nossa época Sócrates era tido como um dos homens mais sábios e mais justos de nossa antiguidade. Ora, Sócrates, Platão, e toda a tradição de que ambos eram parte, haviam criticado os deuses pagãos, dizendo que eram criação humana, e que segundo os mitos clássicos eram mais perversos do que os seres humanos. E acima de tudo isto, Platão falava de um ser supremo, imutável, perfeito, que era a suprema bondade e beleza. E ainda, tanto Sócrates como Platão criam na imortalidade da alma, e portanto na vida depois da morte. E Platão afirmava que além deste mundo sensível e passageiro havia outro de realidades invisíveis e permanentes. Tudo isto foi de grande valor e atratividade para aqueles primeiros cristãos que se viam perseguidos e acusados de serem ignorantes e ingênuos. Por estas razões, a filosofia platônica exerceu um influxo sobre o pensamento cristão que ainda hoje perdura.

Algo semelhante sucedeu com o estoicismo. Esta escola filosófica — algo superior ao platonismo — ensinava doutrinas de alto caráter moral. Segundo os estóicos, há uma lei natural impressa em todo o universo e na razão *humana,* e essa lei nos diz como devemos nos comportar. Se alguns não a vêem e não a seguem, isto se deve ao fato de que são néscios, pois quem é verdadeiramente sábio conhece essa lei e a obedece. Ademais, já que nossas paixões lutam contra nossa razão, e tratam de dominar nossas vidas, a meta do sábio é fazer que sua razão domine toda paixão, até o ponto de não sentí-la. Esse estado de não sentir paixão alguma é a "apatia", e nisto consiste a perfeição moral segundo os estóicos. Também nesse caso podemos imaginar o atrativo desta doutrina para os cristãos, que se viam obrigados a enfrentar repetidamente os costumes corruptos de sua época, e a criticá-los. Já que os estóicos haviam feito o mesmo, em suas idéias e escritos os cristãos encontravam apoio para sua defesa e propaganda. Igualmente ao platonismo, isto acarretava o perigo de que se chegasse a confundir a fé cristã

com estas doutrinas filosóficas, e que assim se perdesse algo do caráter único do evangelho. Não faltaram aqueles que, em um aspecto ou outro, sucumbissem ante essa tentação. Mas isso não há de ocultar-nos o grande valor que estas doutrinas tiveram na primeira expansão do cristianismo.

Segundo o apóstolo Paulo, o cristianismo penetrou no mundo "quando veio a plenitude do tempo". Talvez alguém entendesse isto no sentido de que Deus facilitara o caminho àqueles primeiros cristãos. E não há dúvidas de que muito do que estava acontecendo no século primeiro facilitou o avanço da nova fé. Mas também é certo que esses mesmos acontecimentos colocavam diante da igreja desafios difíceis que exigiam enorme valor e audácia. A "plenitude do tempo" não quer dizer que o mundo estivesse pronto a se tornar cristão, como uma fruta madura pronta para cair da árvore, mas quer dizer que, nos desígnios inescrutáveis de Deus, havia chegado o momento de enviar o seu Filho ao mundo para sofrer morte de cruz, e de espalhar os discípulos por esse mesmo mundo, a fim de que eles também dessem um testemunho custoso de sua fé no Crucificado.

III
A igreja de Jerusalém

. . . os que lhe aceitaram a palavra foram batizados; havendo um acréscimo naquele dia de quase três mil pessoas.

Atos 2:41

O livro de Atos nos dá a entender que houve, desde os inícios, uma forte igreja em Jerusalém. Mas, depois dos primeiros capítulos, esse mesmo livro nos diz muito pouco acerca daquela comunidade original. Isto se entende, pois o propósito do autor de Atos não é escrever toda uma história da igreja, mas antes mostrar como, por obra do Espírito Santo, a nova fé foi se estendendo até chegar à capital do Império.

O resto do Novo Testamento nos diz ainda menos acerca da igreja de Jerusalém, pois a maior parte dos livros do novo Testamento trata acerca da vida da igreja em outras partes do Império.

Isto quer dizer que, ao tentarmos reconstruir a vida e a história daquela primeira igreja, nos encontramos com uma desafortunada escassez de dados. Entretanto, lendo cuidadosamente o Novo Testamento, e acrescentando alguns pormenores que nos oferecem outros autores dos primeiros séculos, podemos fazer uma idéia aproximada do que foi aquela primeira comunidade cristã.

Unidade e diversidade

É erro comum entre muitas pessoas idealizar a igreja do Novo Testamento. A firmeza e eloqüência de Pedro no dia de Pentecoste fazem-nos esquecer suas dúvidas e vacilações acerca do que se devia fazer com os gentios que eram acrescentados a igreja. E o fato de que os discípulos possuíam todas as coisas em comum freqüentemente eclipsa as dificuldades que essa prática acarretou, como se pode ver no caso de Ananias e Safira, e na "murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas deles estavam sendo esquecidas na distribuição diária" (Atos 6:1).

Este último episódio, que se menciona como que de passagem em Atos, nos indica que já na igreja primitiva começavam a se refletir algumas das divisões que existiam entre os judeus em Jerusalém. Conforme já mencionamos no capítulo anterior, durante vários séculos a Palestina havia estado dividida entre os judeus mais puristas e aqueles de tendências mais helenizantes. É a isto que se refere Atos 6:1 ao falar dos "gregos" e dos "hebreus". Não se trata aqui verdadeiramente de judeus e gentios — pois ainda não havia gentios na igreja, segundo nos dá a entender mais adiante o próprio livro de Atos — mas sim tratam-se de dois grupos entre os judeus. Os "hebreus" eram os que conservavam todos os costumes e o idioma de seus antepassados, enquanto que os "gregos" eram os que se mostravam mais abertos com relação às influências do helenismo. É possível que alguns deles tenham sido judeus que haviam regressado a Jerusalém depois de viverem em outros lugares, talvez em alguns casos por várias gerações. Em todo caso, a maior parte deles levavam nomes gregos e é de se supor que além do aramaico da região, falavam também o grego. Logo, a disputa a que se refere Atos é uma desavença entre cristãos de origem judaica, mas uns, por assim dizer, mais judeus que os outros.

Como resultado deste conflito, os doze convocaram uma assembléia que elegeu a sete pessoas "para servir as mesas". O sentido exato desta função não está de todo claro, porém não há dúvida de que os doze esperavam que os sete se dedicassem a trabalhos administrativos, enquanto eles seguiam pregando. Mas duas coisas são indubitáveis ao lermos todo o livro

de Atos. A primeira delas é que, os sete eram representantes do grupo dos "gregos" — todos eles tinham nomes gregos — e que o propósito de sua eleição era então proporcionar uma certa representação desse grupo. A segunda é que, desde muito cedo, pelo menos alguns dos sete se dedicaram também à pregação e à tarefa missionária.

O capítulo sete de Atos está dedicado a Estevão, um dos sete, que "fazia grandes prodígios e sinais entre o povo" (Atos 6:8). Ao ler o testemunho de Estevão diante do concílio, percebemos que sua atitude em relação ao templo não é muito positiva (Atos 7:47-48). O concílio, composto principalmente por judeus anti-helenistas, nega-se a escutá-lo e o apedreja. Isto contrasta com o modo que o mesmo concílio havia tratado Pedro e João, que foram postos em liberdade depois de serem açoitados (Atos 5:40). Além disso, é notável o fato de que quando eclodiu a perseguição e os cristãos foram obrigados a fugir de Jerusalém, os apóstolos puderam permanecer na Cidade Santa. E quando Saulo sai em direção a Damasco para perseguir os cristãos que encontraram refúgio nesta cidade, os apóstolos ainda estavam em Jerusalém, e pelo que parece Saulo não se preocupa por isso.

Tudo isso nos leva a concluir que os membros do concílio e o sumo sacerdote se preocupavam mais pelos cristãos "gregos" do que pelos "hebreus". Como dissemos anteriormente, tanto uns como os outros eram de origem judaica. E não há dúvidas de que os membros do concílio viam no cristianismo uma heresia que era necessário combater. Mas ao princípio essa oposição parece ter sido dirigida principalmente contra os judeus "gregos" que se haviam feito cristãos. É posteriormente, no capítulo doze de Atos, que a perseguição desaba contra os apóstolos.

Imediatamente, depois de narrar o testemunho e morte de Estevão, o livro de Atos passa a nos contar a atividade missionária de Filipe, outro dos sete. Filipe funda uma igreja em Samaria, e os apóstolos enviam Pedro e João para supervisionar o trabalho de Filipe. Logo, torna-se patente, que já vai começando a se formar uma igreja fora do âmbito da Judéia; igreja essa não fundada pelos apóstolos e que, apesar disso, os doze seguem gozando de certa autoridade sobre toda a igreja.

Depois disto, no capítulo nove, Atos começa a falar de Paulo, e a igreja fora da Palestina vai se tornando cada vez mais o centro da narração. Isto não é de se estranhar, pois o que sucedeu foi que os judeus "gregos" que se haviam feito cristãos serviram de ponte através da qual a nova fé passou ao mundo gentio, e logo a igreja contou com mais membros entre os gentios que entre os judeus. Portanto, a maior parte de nossa história versará sobre o cristianismo entre os gentios. Mas apesar disso não podemos esquecer aquela primeira igreja, da qual chegam até nós apenas traços limitados.

A vida religiosa

Os primeiros cristãos não criam que pertencessem a uma nova religião. Eles haviam sido judeus toda sua vida, e continuavam sendo. Isto é certo, não só de Pedro e dos doze, mas também dos sete, e até mesmo de Paulo. Sua fé não consistia em uma negação do judaísmo, mas consistia antes em uma convicção em que a idade messiânica, tão esperada pelo povo hebreu, havia chegado. Conforme Paulo o expressa aos judeus em Roma no final de sua carreira: "pela esperança de Israel estou preso com esta cadeia" (Atos 28:20). Isto é, a razão pela qual Paulo e os demais cristãos são perseguidos não é porque se opunham ao judaísmo, mas porque criam e pregavam que em Jesus cumpriram-se as promessas feitas a Israel.

Por esta razão, os cristãos da igreja de Jerusalém continuavam guardando o sábado e assistindo o culto no Templo. Mas, uma vez que o primeiro dia da semana era o dia da ressurreição do Senhor, reuniam-se nesse dia para "partir o pão" em comemoração a essa ressurreição. Aqueles primeiros serviços de comunhão não se centralizavam sobre a paixão do Senhor, mas sobre sua ressurreição e sobre o fato de que ela havia inaugurado uma nova era. Foi só muito mais tarde — séculos mais tarde, como veremos — que o culto começou a centralizar sua atenção sobre a crucificação e não sobre a ressurreição. Naquela igreja primitiva o partir do pão era celebrado "com alegria e singeleza de coração" (Atos 2:46).

Havia sim, naturalmente, outros momentos de recolhimento. Esses eram principalmente os dois dias de jejum sema-

nais. Era costume entre os judeus mais devotos jejuar dois dias por semana, e os primeiros cristãos seguiam o mesmo costume, ainda que muito cedo começassem a observar dois dias diferentes. Enquanto os judeus jejuavam segundas e quintas, os cristãos jejuavam quartas e sextas, provavelmente em memória da traição de Judas e a crucificação de Jesus.

Naquela igreja primitiva, os dirigentes eram os doze, embora tudo pareça indicar que Pedro e João eram os principais. Ao menos, é sobre eles que se centraliza a atenção em Atos, e Pedro e João são dois dos "pilares" a quem se refere Paulo em Gálatas 2:9.

Além dos doze, entretanto, Tiago, irmão do Senhor, gozava também de grande autoridade. Ainda que Tiago não fosse um dos doze, Jesus havia se manifestado a ele pouco depois da ressurreição (I Coríntios 15:7), e Tiago havia se unido ao número dos discípulos, onde logo gozou de grande prestígio e autoridade. Segundo Paulo, ele era o terceiro "pilar" da igreja de Jerusalém e, portanto, em certo sentido, parece haver estado acima de alguns dos doze. Por esta razão, quando mais tarde se pensou que a igreja era governada por bispos desde seus inícios, surgiu a tradição segundo a qual o primeiro bispo de Jerusalém foi Tiago, irmão do Senhor. Esta tradição, errônea, porquanto atribui a Tiago o título de bispo, parece estar correta em afirmar que ele foi o primeiro chefe da igreja de Jerusalém.

O ocaso da igreja judaica

Logo, entretanto, aumentou a perseguição contra todos os cristãos em Jerusalém. O imperador Calígula havia dado o título de rei a Herodes Agripa, neto de Herodes o Grande. Segundo Atos 12:1-3, Herodes fez matar Tiago, o irmão de João – que não deve ser confundido com Tiago, o irmão de Jesus – e ao ver que isto agradou a seus súditos fez encarcerar também Pedro, que escapou milagrosamente. No ano 62, Tiago, chefe da igreja, foi morto por iniciativa do sumo sacerdote e ainda contra a oposição de alguns fariseus.

Ante tais circunstâncias, os chefes da igreja de Jerusalém decidiram transladar-se a Pela, uma cidade em sua maioria

gentia ao outro lado do Jordão. Ao que parece, parte de seu propósito nessa mudança, era não só fugir da perseguição por judeus, mas também evitar as suspeitas por parte dos romanos. Com efeito, nessa época o nacionalismo judeu estava em ebulição, e logo eclodiria a rebelião que culminaria a destruição de Jerusalém pelos romanos no ano 70. Os cristãos confessavam-se seguidores de alguém que havia sido morto e crucificado pelos romanos, e que pertencia à linhagem da Davi. Ainda mais, depois da morte de Tiago, o irmão do Senhor, aquela antiga igreja continuou sendo dirigida pelos parentes de Jesus, e a chefia passou a Simeão, que pertencia à mesma linhagem. Diante do nacionalismo que florescia na Palestina, os romanos suspeitavam de qualquer judeu que pretendesse ser descendente de Davi. Portanto, este movimento judeu, que seguia a um homem condenado como malfeitor, e dirigido por pessoas da linhagem de Davi, tinha de parecer suspeito diante dos olhos romanos. Pouco tempo depois alguém acusou Simeão como descendente de Davi e como cristão, e este novo dirigente da igreja judaica sofreu o martírio. Diante dos escassos dados que sobreviveram à passagem dos séculos, nos é impossível saber até que ponto os romanos condenaram Simeão por ser cristão, e até que ponto condenaram por pretender pertencer à casa de Davi. Mas, em todo caso, o resultado de tudo isto foi que a velha igreja de origem judaica, rejeitada tanto por judeus como por gentios, viu-se relegada cada vez mais às regiões recônditas e desoladas.

Naquelas paragens distantes, o cristianismo judeus entrou em contato com vários outros grupos que, em datas, anteriores, haviam abandonado o judaísmo ortodoxo e se haviam refugiados além do Jordão. Carente de relações com o resto do cristianismo, aquela igreja de origem judaica seguiu seu próprio curso, e em muitos casos sofreu o influxo de diversas seitas entre as quais ela existia. Quando, em ocasiões posteriores, os cristãos de origem gentia nos oferecem algum traço daquela comunidade especida, nos falam de seus hereges e de seus estranhos costumes, mas raramente nos oferecem dados de valor positivo sobre a fé e a vida daquela igreja que perdurou pelo menos até o século V.

IV
A missão aos gentios

. . . não me envergonho do evangelho,
porque é o poder de Deus para a
salvação de todo aquele que crê,
primeiro do judeu e também do grego.

Romanos 1:16

Os cristãos que em Atos 6 se chamam "gregos", ainda que fossem na realidade judeus, eram entretanto judeus que sentiam certa simpatia em relação a alguns elementos da cultura grega. Posto que foi contra estes cristãos que primeiro se desabou a perseguição em Jerusalém, foram eles que primeiro se espalharam por outras cidades, e foi portanto a eles que se deveu a chegada da mensagem cristã a esses lugares.

O alcance da missão

Segundo Atos 8:1, esta primeira dispersão dos cristãos teve lugar "nas terras de Judéia e Samaria". Acerca das igrejas na Judéia, temos algumas notícias em Atos 9:32-42, onde lemos a respeito das visitas de Pedro aos cristãos de Lida, Jope e da região de Sarona, terras estas que se encontravam entre Judéia e Samaria. Sobre a igreja em Samaria, Atos 8:4-25 dá testemunho da obra de Filipe, da conversão de Simão o mago, e a visita de Pedro e João.

Mas já o capítulo 9 de Atos, ao descrever a conversão de Saulo, dá a entender que havia cristãos em Damasco, cidade

muito mais distante de Jerusalém. Ademais, em Atos 11:19 conta-se que os que se espalharam por causa da morte de Estevão foram muito mais além da Judéia e Samaria, até Fenícia, Chipre e Antioquia. Em todo caso, tudo parece indicar que todas estas pessoas que se espalharam por causa da perseguição eram judias e que seus convertidos eram também judeus.

Entretanto, logo a nova fé começou a se estender mais além dos limites do judaísmo. Pela obra de Felipe se converteram Simão o mago e o eunuco etíope. Atos não nos diz claramente se algum destes dois era gentio e, portanto, qualquer conjectura nesse sentido é uma aventura. Mas já no capítulo dez aparece o episódio de Pedro e Cornélio, no qual Pedro, depois de receber uma visão que lhe ordena fazê-lo, batiza o gentio Cornélio e "muitos que se haviam reunido" com ele. Quando Pedro regressou a Jerusalém, a igreja dessa cidade pediu uma explicação do sucedido e Pedro lhes contou acerca de sua visão e de como Cornélio e os seus haviam recebido o Espírito Santo. Diante desta explicação os de Jerusalém "glorificaram a Deus, dizendo: De maneira que também aos gentios Deus concedeu arrependimento para vida!" (Atos 11:18).

Logo em seguida, o livro de Atos nos conta como sucedeu algo parecido em Antioquia, pois alguns cristãos procedentes de Chipre e de Cirene começaram a pregar aos gentios. Ao ouvir acerca disto, a igreja de Jerusalém enviou a Barnabé para que visse o que estava acontecendo. E Barnabé, quando "viu a graça de Deus, regozijou-se" (Atos 11:23).

Logo, o que tudo isto nos dá a entender é que, apesar da primeira expansão do cristianismo ter sido efetuada através dos cristãos de tendência helenizante que tiveram de fugir de Jerusalém, a igreja na Cidade Santa deu sua aprovação à missão entre os gentios.

Naturalmente, isto não resolveu todos os problemas, pois sempre ficava a questão de até que ponto os gentios convertidos ao cristianismo deviam se subordinar à Lei de Israel. Depois de algumas vacilações, a igreja de Jerusalém aceitou seus irmãos em Cristo sem "vos impor maior encargo além destas coisas essenciais: que vos abstenhais das coisas sacrificadas aos ídolos, bem como do sangue, da carne de animais sufocados e das relações sexuais ilícitas" (Atos 15:28-29). Mas,

como sabemos pelas epístolas de Paulo, isto não resolveu todo o problema, pois por algum tempo continuou havendo quem insistisse que, para ser cristão, era necessário circuncidar-se e cumprir toda a Lei.

A obra de Paulo

As viagens do apóstolo Paulo são conhecidas de todos, e em todo caso o leitor pode segui-las lendo no livro de Atos. Portanto, não nos deteremos aqui a seguir o itinerário dessas viagens. Basta assinalar que, por alguma razão que o texto não nos explica, Barnabé foi buscar Saulo em Tarso e o levou a Antioquia, onde trabalharam juntos pelo espaço de um ano, e onde os cristãos receberam esse nome pela primeira vez. Depois, em várias viagens, primeiro com Barnabé e logo com outros acompanhantes, Paulo levou o evangelho à ilha de Chipre, às várias cidades da Ásia Menor, à Grécia, à Roma, e talvez até a Espanha.

Mas, por outro lado, dizer que Paulo levou o evangelho a esses lugares não deve ser entendido no sentido de que ele foi o primeiro a fazê-lo. Em Roma havia uma igreja bastante grande antes da chegada do apóstolo, como mostra a epístola dos Romanos. E o que é mais, o cristianismo já havia se estendido pela Itália até o ponto que, quando Paulo chegou ao pequeno porto de Puteoli, havia ali cristãos que saíram a recebê-lo.

Logo, devemos cuidar em não exagerar a importância do trabalho missionário de Paulo. Já que a obra de Paulo e seus escritos ocupam boa parte do Novo Testamento, sempre corremos o risco de esquecer que, ao mesmo tempo que Paulo levava a cabo suas viagens missionárias, havia muitos outros dando testemunho do evangelho por diversas partes da Bacia do Mediterrâneo. Barnabé e Marcos foram a Chipre. O judeu alexandrino Apolo pregou em Éfeso e em Corinto. E o próprio Paulo, depois de queixar-se que "alguns pregam a Cristo por inveja e contenda", se alegra de que "por pretexto ou por verdade, Cristo é anunciado" (Filipenses 1:15-18).

Tudo isto quer dizer que, apesar de toda a importância do labor missionário do apóstolo Paulo, a grande contribuição de Paulo não foi esta, mas suas cartas que vieram a formar

parte de nossas Escrituras, e que através dos séculos têm exercido sua influência na vida da igreja.

Quanto ao trabalho missionário em si, foi levado a cabo por algumas pessoas cujos nomes conhecemos — Paulo, Barnabé, Marcos, etc. — mas também por centenas de cristãos anônimos que iam de um lugar ao outro levando sua fé e seu testemunho. Alguns destes viajavam como missionários, por causa de sua fé. Mas provavelmente muitos outros eram pessoas que simplesmente tinham de ir de um lugar ao outro e nessas viagens iam espalhando a semente do Evangelho.

Por último, antes de terminar esta brevíssima seção sobre a obra de Paulo, convém assinalar que, ainda que Paulo considerasse a si mesmo como apóstolo dos gentios, apesar disso quase sempre ao chegar a uma cidade ele se dirigia primeiro à sinagoga e através dela à comunidade judaica. Isto nos ajuda a sublinhar o que dissemos anteriormente que Paulo não se cria portador de uma nova religião, mas sim do cumprimento das promessas feitas a Israel. Sua mensagem não era que Israel tivesse ficado desamparado, mas que agora, em virtude da ressurreição de Jesus, duas coisas haviam sucedido: a nova era do Messias havia começado, e a entrada para ser parte do povo de Israel tinha sido aberta para os gentios.

Os apóstolos: feitos e lendas

O Novo Testamento não nos diz o que foi feito da maioria dos apóstolos. Atos conta a morte de Tiago, o irmão de João. Mas o próprio livro de Atos deixa-nos em suspense ao terminar dizendo-nos que Paulo estava pregando livremente em Roma. Que foi que aconteceu, não somente a Paulo, mas também aos demais apóstolos? Desde datas muito antigas começaram a aparecer tradições que afirmavam que tal apóstolo havia estado em tal lugar, ou que havia sofrido martírio de uma forma ou de outra. Muitas destas tradições são indubitavelmente o resultado do desejo por parte de cada igreja em cada cidade de poder afirmar sua origem apostólica. Mas outras são mais dignas de crédito e merecem ao menos que as conheçamos.

De todas estas tradições, provavelmente a que é mais difícil de por em dúvida é a que afirma que Pedro esteve em

Roma e que sofreu o martírio nessa cidade durante a perseguição de Nero. Este fato encontra testemunhos fidedignos em vários escritores cristãos dos fins do primeiro século e de todo o século segundo e, portanto, deve ser aceito como historicamente certo. Ademais, tudo parece indicar que a "Babilônia" a que se refere I Pedro 5:13 é Roma: "A igreja que está em Babilônia, eleita juntamente convosco, e Marcos meu filho, os saúdam". Por outro lado, a mesma tradição que afirma que Pedro morreu crucificado — alguns autores dizem que de cabeça para baixo — encontra ecos em João 21:18-19, onde Jesus diz a Pedro: "Quando eras mais moço, tu te cingias a ti mesmo e andavas onde querias; mas quando porém fores velho, estenderás as tuas mãos e outro te cingirá, e te levará para onde não queres." E o evangelista acrescenta como um comentário: "Isto disse, para significar com que gênero de morte havia de glorificar a Deus".

O caso do apóstolo Paulo é algo mais complexo. O livro de Atos o deixa pregando em Roma com relativa liberdade. Todos os testemunhos antigos concordam em que morreu em Roma — provavelmente decapitado — durante a perseguição de Nero. Mas há também vários indícios de que Paulo realizou outras viagens posteriores ao que se conta em Atos; entre elas uma para a Espanha. Isto tem levado alguns a supor que, depois dos acontecimentos que são narrados em Atos, Paulo foi posto em liberdade, e continuou viajando até que foi encarcerado de novo e morto durante a perseguição de Nero. Esta explicação é verossímil, embora não haja suficientes dados para assegurar sua exatidão.

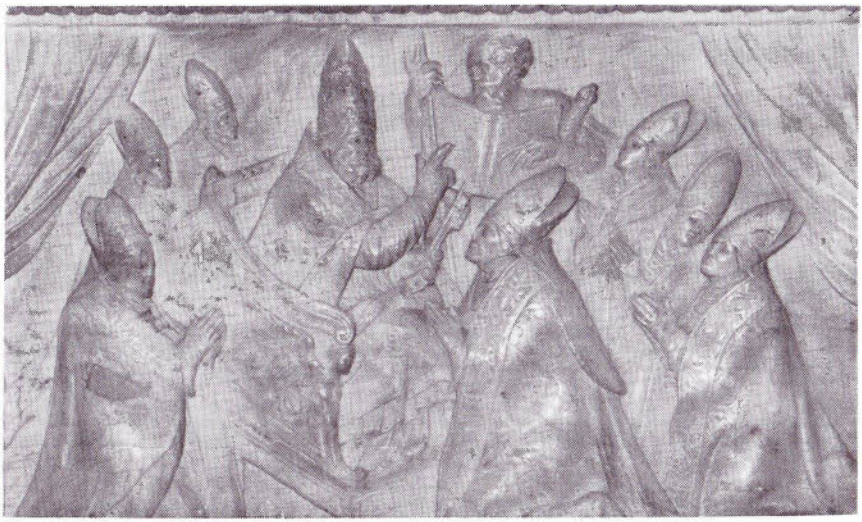
A tarefa de reconstruir a vida posterior do apóstolo João se complica porque, ao que parece, houve na igreja antiga mais de um dirigente com esse nome. Segundo uma velha tradição, São João foi morto em Roma, condenado a ser colocado em uma caldeira de azeite fervendo. Por outra parte, o Apocalipse coloca João, na mesma época, desterrado na ilha de Patmos. Outra tradição fidedigna diz que depois que passou a perseguição João regressou a Éfeso, onde continuou ensinando até que morreu por volta do ano 100. Tudo isto dá a entender que houve pelo menos duas pessoas com o mesmo nome, e que a tradição depois as confundiu. Por certo que um autor

cristão do século II – Papias de Hierápolis – que havia-se dedicado a estudar as vidas e os ensinos dos apóstolos, afirma categoricamente que houve dois Joãos, um o apóstolo e evangelista, e outro o ancião de Éfeso, que foi também quem recebeu a revelação de Patmos. Além disso, a crítica concorda em que os autores do quarto Evangelho e do Apocalipse devem ser duas pessoas distintas, posto que o primeiro escreve em grego com estilo elegante e claro, enquanto o segundo parece se encontrar mais a vontade em hebraico ou aramaico. Em todo caso, sabemos que próximo ao fim do século primeiro, houve em Éfeso um mestre cristão muito respeitado por todos, chamado João, a quem seus discípulos atribuíam autoridade apostólica.

Pelos finais do século segundo, começa a aparecer um fenômeno que dificulta sobremaneira todo intento para descobrir o paradeiro dos apóstolos. Este fenômeno consistiu em que todas as principais igrejas tratavam de reclamar para si uma origem diretamente apostólica. Já que a igreja de Alexandria rivalizava com as de Antioquia e Roma, ela também tinha de reclamar para si a autoridade e o prestígio de algum apóstolo, e isto por sua vez deu origem à tradição segundo a qual São Marcos havia fundado a igreja nessa cidade. De igual modo, quando Constantinopla chegou a ser capital do império, a nova cidade não podia tolerar o fato de que tantas outras igrejas tenham reclamado para si uma origem apostólica e ela não pudesse fazer o mesmo. Daí surgiu a tradição que dizia que o apóstolo Felipe havia fundado a igreja de Bizâncio, a cidade que se encontrava no lugar onde Constantinopla foi edificada mais tarde.

Além das tradições acerca de Pedro e Paulo que temos mencionado mais acima, existem outras que, por razão de sua popularidade, merecem especial atenção. Estas são as tradições referentes às origens do cristianismo na Espanha e na Índia.

É possível que o apóstolo Paulo tenha visitado a Espanha. Há, entretanto, outras tradições que tratam de relacionar a igreja espanhola com os tempos apostólicos. Uma destas tradições sustenta que o apóstolo Pedro enviou à Espanha "sete varões apostólicos". Estes sete missionários apresentaram-se na cidade romana de Acci – que hoje se chama Guadi – mas foram mal recebidos, e alguns dos habitantes do lugar saíram em sua perse-



De acordo com uma velha tradição, esculpida neste baixo-relevo da catedral de Ávila, São Pedro enviou à Espanha "sete homens apostólicos".

guição. Em sua fuga, os missionários atravessaram uma ponte, e quando os que os perseguiam tentaram seguí-los a ponte caiu e todos morreram afogados. Ante tal milagre, os habitantes de Acci se converteram e construíram uma igreja. Depois disto, os sete missionários se separaram e foram cada qual a uma cidade distinta. Esta tradição, entretanto, não se remonta mais além do que o século V e, portanto, a maioria dos historiadores duvida de sua veracidade histórica.

A outra tradição referente às origens da igreja espanhola relaciona essas origens com o apóstolo São Tiago. Este é o mesmo "Tiago" de quem já falamos que foi morto por Herodes Agripa, pois originalmente os nomes Tiago, Iago, Diego, Jaime e Santiago são os mesmos. Em todo caso, segundo a tradição São Tiago esteve pregando na região da Galícia e em Zaragoza. Seu êxito não foi notável, pois os naturais desses lugares se negaram a aceitar o evangelho. Quando São Tiago ia regressando a Jerusalém, desanimado por aquilo que parecia ser seu fracasso, apareceu-lhe sobre um pilar a Virgem — que ainda vivia — e lhe deu ânimo. Esta é a origem da "Virgem do Pilar", venerada na Espa-

nha e em várias de suas antigas colônias. Depois de seu regresso a Jerusalém — continua a tradição — São Tiago foi decapitado, e então alguns de seus discípulos espanhóis levaram seus restos de volta a Espanha, onde supostamente repousa até os dias de hoje na basílica de São Tiago de Compostela.

A tradição referente a São Tiago na Espanha teve grande importância para os espanhóis através de sua história, pois São Tiago é o patrono do país, e "São Tiago e fecha Espanha!" foi o grito de guerra na Reconquista contra os mouros. Durante a Idade Média, como veremos mais adiante, as peregrinações a São Tiago de Compostela tiveram um papel importantíssimo na religiosidade européia, e também na unificação da Espanha. A ordem de São Tiago, que também discutiremos mais adiante, foi de grande importância histórica. Por todas estas razões, há ainda esforços por parte de alguns autores — em sua maioria espanhóis e católicos — de sustentar a veracidade histórica da visita de São Tiago a Espanha. Mas essa tradição não aparece em nenhum escrito anterior ao século VIII e, portanto, a maioria dos historiadores se inclina a rejeitá-la.

Por último, existe também uma forte tradição que afirma que São Tomé foi à Índia. Esta tradição se encontra pela primeira vez no "Atos de Tomé", que foram escritos nos fins do século II ou princípios do terceiro. Já nessas fontes, entretanto, a visita de Tomé à Índia está envolta em toda uma série de relatos lendários e milagrosos. Segundo o relato, um rei índio, Gondofares, queria construir um palácio esplendoroso, e com esse propósito pediu ao seu representante na Síria que buscasse um arquiteto. São Tomé — que não era arquiteto — ofereceu-se para levar a cabo a construção do palácio, e com esse propósito foi levado à corte de Gondofares. Mas Tomé se referia a um palácio celestial, e portanto repartia entre os pobres todo o dinheiro que Gondofares lhe dava para a construção. Por fim, em vista de que nada se fazia no lugar onde o palácio devia se levantar, o rei encarcerou Tomé. Mas então o irmão do rei, Gad, morreu e ressuscitou, e ao seu regresso do lugar dos mortos contou ao rei uma visão que havia tido do palácio celestial que Tomé estava construindo. Ante tal evidência, o rei e seu irmão converteram-se e foram batizados. Por fim, depois de permanecer ali por algun tempo, Tomé deixou a igreja a cargo de seu

discípulo Xantipo, e continuou seu trabalho apostólico em outras regiões da Índia, até que morreu como mártir.

O convento de Las Huelgas, em Burgos, guarda esta imagem do apóstolo São Tiago, cujo braço, mediante um mecanismo articulado, serviu para dar um golpe no ombro a muitos nobres cavaleiros durante a Idade Média.

De acordo com a lenda, quando São Tomé se negou a comer carne de porco que o rei Gondofares lhe ofereceu, dizendo que como judeu não podia comer porco, um cortesão o esbofeteou. Pouco depois, quando Tomé estava à mesa com o rei e a rainha, um cachorro trouxe a mão do cortesão.

Não há dúvidas de que este relato, cheio de prodígios incríveis, é produto da lenda e da imaginação. Existem, entretanto, fortes razões para pensar que talvez o núcleo da história possa ser verídico. Em data relativamente recente foram descobertas moedas que provam que, por volta da época a que se refere o relato, houve na Índia um governante chamado Gondofares, e que esse governante tinha um irmão chamado Gad. Além disso, não cabe dúvidas de que a igreja da Índia é muito antiga, e portanto não é uma extravagância pensar que possa ter sido fundada no século I, especialmente porque sabemos que havia entre a Síria e a Índia rotas comerciais muito transitadas. Portanto, o máximo que podemos dizer é que, é possível que São Tomé haja de verdade pregado na Índia, ainda que não existam provas concludentes num sentido ou no outro.

Em conclusão, sabemos que alguns dos apóstolos — particularmente Pedro, João e Paulo — viajaram pregando o evangelho e supervisionando a vida das igrejas que haviam sido fundadas por outros. É possível que alguns outros apóstolos, como São Tomé, tenha feito o mesmo. Mas, da maioria não temos senão lendas que refletem uma época posterior, quando se cria que os apóstolos dividiram entre si a obra missionária do mundo inteiro, e que cada qual saiu em uma direção diferente. Ao que parece, a maior parte do trabalho missionário não foi levado a cabo pelos doze. Mas por outros cristãos que por diversas razões — perseguição, negócios ou vocação missionária — iam de lugar em lugar levando a sua fé.

Por outro lado, esse trabalho não foi fácil, pois logo começaram a surgir conflitos com o estado e, como veremos no próximo capítulo, foram muitos os cristãos que deram testemunho de sua fé com seu sangue.

V
Os primeiros conflitos com o estado

O vencedor herdará estas cousas,
e eu lhe serei Deus e ele me
será filho.

Apocalipse 21:7

Desde os seus inícios, a fé cristã não foi coisa fácil nem simples. O próprio Senhor a quem os cristãos serviam havia morrido na cruz, condenado como um malfeitor qualquer. E, como já vimos, logo Estevão sofreu uma sorte semelhante, ao ser morto apedrejado depois de dar seu testemunho diante do conselho dos judeus. Algum tempo depois o apóstolo Tiago era morto por ordem de Herodes. E a partir de então, até nossos dias, sempre existiram pessoas colocadas em situações nas quais tiveram de selar o testemunho com seu sangue.

Mas, nem sempre as razões e as condições da perseguição foram as mesmas. Já nos primeiros anos de vida da igreja pode se ver certa evolução neste sentido.

A nova seita judaica

Os primeiros cristãos não criam que pertenciam a uma nova religião. Eles eram judeus, e a principal diferença que os separava do resto do judaísmo era que criam que o Messias tinha vindo, enquanto que os demais judeus ainda aguardavam o seu advento. Sua mensagem aos judeus não era, portanto, que ti-

nham de deixar de ser judeus, mas ao contrário, agora a idade messiânica havia sido inaugurada, dessa forma deviam ser melhores judeus. De igual modo, a primeira pregação aos gentios não foi um convite para aceitar uma nova religião recém criada, mas foi o convite de fazer-se participante das promessas feitas a Abraão e sua descendência. Convidaram os gentios a se fazerem filhos de Abraão segundo a fé, já que não podiam sê-los segundo a carne. E a razão para que este convite fosse possível era que, desde os tempos dos profetas, o judaísmo havia crido que, com o advento do Messias, todas as nações seriam trazidas a Sião. Para aqueles cristãos, o judaísmo não era uma religião rival do cristianismo, mas sim a mesma religião, muito embora os que a seguissem não entendessem que as profecias já se haviam cumprido.

Do ponto de vista dos judeus não cristãos, a situação era a mesma. O cristianismo não era uma nova religião, mas sim uma seita herética dentro do judaísmo. Já vimos que o judaísmo do século primeiro não era uma unidade monolítica, mas que havia diversas seitas e opiniões. Portanto, ao aparecer o cristianismo, os judeus não o viam senão como mais uma seita.

A conduta daqueles judeus em relação ao cristianismo pode ser compreendida se nos colocarmos em seu lugar, e virmos o cristianismo, a partir do seu ponto de vista, como uma nova heresia que ia de cidade em cidade tentando os bons judeus a se tornarem hereges. Ademais, naquela época — e não sem fundamentos bíblicos — muitos judeus criam que a razão pela qual haviam perdido sua antiga independência e haviam sido reduzidos ao papel de súditos do Império, era que o povo não havia sido suficientemente fiel à fé de seus antepassados. Portanto, o sentimento nacionalista e patriótico se exacerbava diante da possibilidade de que estes novos hereges pudessem uma vez mais provocar a ira de Deus sobre Israel.

Por estas razões, em boa parte do Novo Testamento os judeus perseguem os cristãos, que por sua vez encontram refúgio nas autoridades romanas. Isto se pode ver, por exemplo, quando alguns judeus em Corinto acusam Paulo diante do Procônsul Gálio, dizendo que "este persuade os homens a adorar a Deus de modo contrário à lei", e Gálio responde: "Se fosse, com efeito, alguma injustiça ou crime da maior gravidade, ó judeus, de

razão seria atender-vos, mas se é questão de palavra, de nomes, e de vossa lei, tratai disso vós mesmos; eu não quero ser juiz destas cousas" (Atos 18:14-15). E mais tarde, quando se produz um motim no Templo porque alguns acusam Paulo de haver introduzido um gentio no recinto sagrado, e os judeus tratam de matá-lo, são os oficiais romanos que salvam a vida do apóstolo.

Logo, os romanos concordavam com os primeiros cristãos e com os judeus de que se tratava aqui de um conflito entre judeus. E, sempre que não se produzisse um alvoroço excessivo, os romanos preferiam que os próprios judeus resolvessem essa classe de problemas. Mas quando o tumulto era demasiado, os romanos intervinham para restaurar a ordem e às vezes para castigar os culpados. Um caso que ilustra esta situação é a expulsão dos judeus de Roma pelo imperador Cláudio, por volta do ano 51. Atos 18:2 menciona esta expulsão, ainda que sem explicar suas razões. Mas o historiador romano Suetônio nos oferece um dado intrigante, ao nos dizer que os judeus foram expulsos de Roma porque estavam causando distúrbios constantes "por causa de Cresto". A maioria dos historiadores concorda em que "Cresto" é o próprio Cristo, cujo nome teria sido mal escrito. Portanto, o que sucedeu em Roma parece ter sido que, como em tantos outros lugares, a pregação cristã causou tantas desordens entre os judeus, que o imperador decidiu expulsar todos eles. Em Roma, nestes tempos, a disputa entre judeus e cristãos parecia ser uma questão interna dentro do judaísmo.

Entretanto, à medida que o cristianismo foi se estendendo cada vez mais entre os gentios e a proporção de judeus dentro da igreja foi diminuindo, tanto cristãos como judeus e romanos foram estabelecendo distinções cada vez mais claras entre o judaísmo e o cristianismo. Há também certas indicações de que, em meio ao crescente sentimento nacionalista que levou os judeus a se revelarem contra Roma e que culminou na destruição de Jerusalém, os cristãos — especialmente os gentios entre eles — trataram de mostrar claramente que eles não formavam parte desse movimento. O resultado de tudo isto foi que as autoridades romanas enfrentaram pela primeira vez o cristianismo como uma religião à parte do judaísmo. Foi então que começou a história dos dois séculos e meio de perseguições por parte do

Império Romano. Nesse contexto a perseguição sob Nero foi de enorme importância, não tanto por sua magnitude, mas por ter sido a primeira de uma larga série, de crueldade sempre crescente.

Mas, antes de passar a discutir a perseguição sob Nero, devemos assinalar um fato que teve conseqüências fatídicas para as relações entre os cristãos e os judeus através dos séculos. Durante os primeiros anos do cristianismo, este existiu dentro do marco do judaísmo. Nessa situação, o judaísmo tratou de extirpá-lo, e disso há abundantes provas no livro de Atos e em outros livros do Novo Testamento. Mas a partir de então, nunca mais esteve o judaísmo em posição de perseguir os cristãos, enquanto que muitas vezes estes tenham estado em posição de perseguir os judeus. Quando o cristianismo veio a ser a religião da maioria, e os judeus se tornaram uma minoria dentro de toda uma sociedade que se chamava cristã, foram muitos os cristãos que, levados pelo que se diz no Novo Testamento acerca da oposição dos judeus ao cristianismo, fomentaram o sentimento anti-judaico, chegando até o extremo das matanças de judeus. Portanto, é de suma importância que nos apercebamos de que aqueles judeus que perseguiram aos cristãos no século primeiro o fizeram crendo servir a Deus, e que os cristãos que hoje tornam a situação ao reverso, e praticam o anti-judaísmo, estão fazendo precisamente o mesmo que condenam naqueles judeus de outrora.

A perseguição sob Nero

Nero chegou ao poder em outubro do ano 54, graças às intrigas de sua mãe Agripina, que não vacilou ante o assassinato em seus esforços para assegurar a sucessão do trono em favor de seu filho. A princípio, Nero não cometeu os crimes pelos quais depois ficou famoso. Ainda mais, várias das leis dos primeiros anos de seu governo foram de benefício para os pobres e os despojados. Mas pouco a pouco o jovem imperador se deixou levar por seus próprios afãs de grandeza e poder, e por uma corte que se desdobrava por satisfazer seus mínimos caprichos. Dez anos depois de chegar ao trono, Nero já era desprezado por boa parte do povo, e também pelos poetas e literatos, a cujo número Nero pretendia pertencer sem ter os dons necessários para isso.

Todos que se opunham à sua vontade, ou morriam misteriosamente, ou recebiam ordens de se suicidar. Quando a esposa de

Nero, o primeiro dos imperadores a perseguir o cristianismo, legou a história um nome que é símbolo de crueldade e de delírios de grandeza.

um de seus amigos lhe agradou, simplesmente enviou seu amigo a Portugal, e tomou a mulher para si. Todos estes fatos — e muitos rumores — corriam de boca em boca, e faziam com que o povo sempre esperasse o pior de seu soberano.

Assim estavam as cousas quando, na noite de 18 de julho do ano 64, estalou um enorme incêndio em Roma. Ao que parece, Nero se encontrava, na ocasião, em sua residência de Antium, a umas quinze léguas de Roma, e assim que se soube o que sucedia correu a Roma, onde tratou de organizar a luta contra o incêndio. Para os que haviam ficado sem refúgio, Nero fez abrir seus próprios jardins e vários outros edifícios públicos. Mas tudo isto não bastou para afastar as suspeitas que logo caíram sobre o imperador a quem muitos já tinham por louco. O fogo durou seis dias e sete noites e depois voltou a se acender em diversos lugares durante três dias mais. Dez dos catorze bairros da cidade foram devorados pelas chamas. Em meio a todos seus sofrimentos, o povo exigia que se descobrisse o culpado, e não faltava quem se inclinasse a pensar que o próprio imperador havia ordenado o incêndio da cidade para poder reconstruí-la a seu gosto, como um grande monumento à sua pessoa. O historiador Tácito, que provavelmente se encontrava então em Roma, conta vários dos rumores que circulavam, e ele mesmo parece dar a entender a sua opinião, pela qual o incêndio havia começado acidentalmente num depósito de azeite.

Mas, cada vez mais as suspeitas recaíam sobre o imperador. De acordo com os rumores, Nero havia passado boa parte do incêndio no alto da torre de Mecenas, no cume do Palatino, vestido como um ator de teatro, tangendo sua lira e cantando versos acerca da destruição de Tróia. Logo começou a propalar-se que o imperador, em seus desatinos de poeta louco, havia incendiado a cidade para que o sinistro lhe servisse de inspiração. Nero fez todo o possível para afastar as suspeitas de sua pessoa. Mas todos os seus esforços seriam inúteis enquanto não se fizesse recair a culpa sobre outro. Dois dos bairros que não haviam queimado, eram as zonas da cidade em que havia mais judeus e cristãos. Portanto, o imperador pensou que seria mais fácil culpar os cristãos.

O historiador Tácito, parecia crer que o fogo fora um acidente, portanto, a acusação feita contra os cristãos seria falsa.

Ele mesmo nos conta o sucedido:

> Apesar de todos os esforços humanos, da liberalidade do imperador e dos sacrifícios oferecidos aos deuses, nada bastava para apartar as suspeitas nem para destruir a crença de que o fogo havia sido ordenado. Portanto, para destruir esse rumor, Nero fez aparecer como culpados os cristãos, uma gente odiada por todos por suas abominações, e os castigou com mui refinada crueldade. Cristo, de quem tomam o nome, foi executado por Pôncio Pilatos durante o reinado de Tibério. Detida por um instante, esta superstição daninha apareceu de novo, não somente na Judéia, onde estava a raiz do mal, mas também em Roma, esse lugar onde se narra e encontram seguidores de todas as coisas atrozes e abomináveis que chegam desde todos os rincões do mundo. Portanto, primeiro foram presos os que confessaram (ser cristãos), e baseadas nas provas que eles deram foi condenada uma grande multidão, ainda que não os condenaram tanto pelo incêndio mas sim pelo seu ódio à raça humana. (Anais, 15:44).

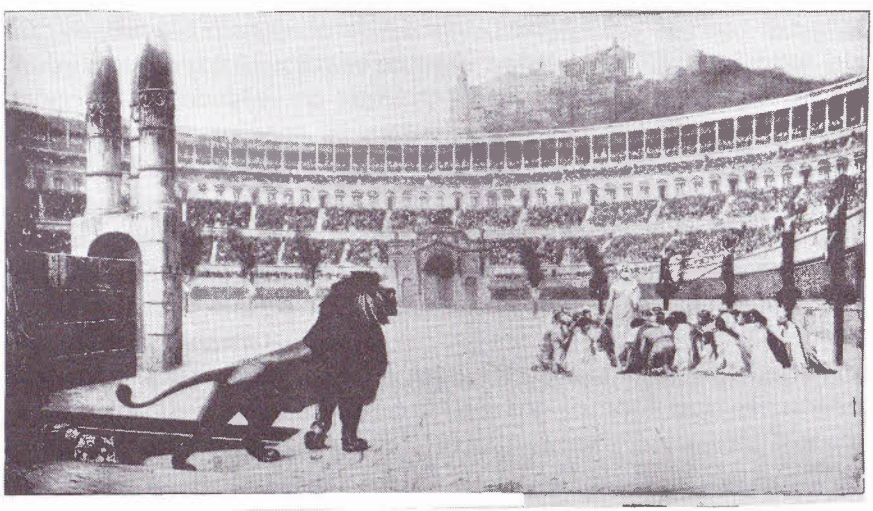
Estas palavras de Tácito são valiosíssimas, pois constituem um dos mais antigos testemunhos que chegaram até nossos dias do modo em que os pagãos viam os cristãos. Ao ler estas linhas, torna-se claro que Tácito não cria que os verdadeiros culpados de terem incendiado a Roma fossem os cristãos. Ainda mais, a "refinada crueldade" de Nero não recebe sua aprovação. Mas, ao mesmo tempo, este bom romano, pessoa culta e distinta em sua época, crê muito daquilo que dizem os rumores acerca das "abominações" dos cristãos, e de seu "ódio pela raça humana". Tácito e seus contemporâneos não nos dizem em que consistiam estas "abominações" que supostamente praticavam os cristãos. Teremos que esperar até o século segundo para encontrar documentos em que se descrevem esses rumores maliciosos. Mas seja o que for, o fato é que Tácito crê nesses rumores, e pensa que os cristãos odeiam a humanidade. Isto se compreende se recordarmos que todas as atividades da época — o teatro, o exército, as letras, os esportes, etc. — estavam tão ligadas ao culto pagão que os cristãos se viam obrigados a se ausentarem delas. Portanto, diante dos olhos de um pagão que amava

sua cultura e sua sociedade, os cristãos pareciam ser misântropos que odiavam toda a raça humana.

Mas Tácito prossegue, contando-nos o sucedido em Roma por causa do grande incêndio:

> Além de matá-los (aos cristãos) fê-los servir de diversão para o público. Vestiu-os em peles de animais para que os cachorros os matassem a dentadas. Outros foram crucificados. E a outros acendeu-lhes fogo ao cair da noite, para que a iluminassem. Nero fez que se abrissem seus jardins para esta exibição, e no circo ele mesmo ofereceu um espetáculo, pois se misturava com as multidões, disfarçado de condutor de carruagem, ou dava voltas em sua carruagem. Tudo isto fez com que despertasse a misericórdia do povo, mesmo contra essas pessoas que mereciam castigo exemplar, pois via-se que eles não eram destruidos para o bem público, mas para satisfazer a crueldade de uma pessoa (Anais 15:44).

Uma vez mais, vemos que este historiador pagão, sem mostrar simpatia alguma pelos cristãos, dá a entender que o castigo era excessivo, ou ao menos que a perseguição teve lugar, não



Os cristãos no circo. "Tudo isto fez com que se despertasse a misericórdia do povo . . . pois se via que não eram destruídos para o bem público, mas sim para satisfazer a crueldade de uma pessoa" (Tácito, Anais 15:44).

em prol da justiça, mas por capricho do imperador. Além disso, nestas linhas temos uma descrição, escrita por uma pessoa que não foi cristã, das torturas a que foram submetidos aqueles mártires.

Do número dos mártires sabemos pouco. Além do que nos diz Tácito, há alguns documentos cristãos dos fins do século primeiro, e do século segundo, que recordam com terror aqueles dias de perseguição sob Nero. Também há toda classe de indícios que dão a entender que Pedro e Paulo estavam entre os mártires de Nero. Por outro lado, todas as notícias que nos chegam referem-se à perseguição na cidade de Roma e, portanto, é muito provável que a perseguição, embora muito cruel, tenha sido local e não se estendesse às províncias do império.

Ainda que, a princípio, os cristãos fossem acusados de incendiários, tudo parece indicar que logo começou a haver perseguição pelo simples fato de serem cristãos — e por todas as supostas abominações que iam unidas a esse nome. O próprio Nero deve ter se apercebido de que o povo sabia que se perseguia os cristãos não pelo incêndio, mas por outras razões. E Tácito também nos diz que no final das contas "não se lhes condenou tanto pelo incêndio e sim pelo seu ódio à raça humana". Em vista de tudo isto, e a fim de justificar sua conduta, Nero promulgou contra os cristãos um edito que infelizmente não chegou a nossos dias. Provavelmente, os planos de Nero incluíam estender a perseguição nas províncias, se não para destruir os cristãos nelas, ao menos para conseguir novas fontes de vítimas para seus espetáculos. Mas no ano 68 boa parte do império se rebelou contra o tirano e o senado romano o depôs. Prófugo e sem ter para onde ir, Nero se suicidou. À sua morte, muitas de suas leis foram abolidas. Mas seu edito contra os cristãos continuou em vigor. Isto queria dizer que, enquanto ninguém se ocupasse em persegui-los, os cristãos podiam viver em paz; mas tão logo algum imperador ou outro funcionário decidisse desatar a perseguição, poderia sempre apelar à lei promulgada por Nero.

De imediato, ninguém se ocupou em perseguir os cristãos. Após a morte de Nero, seguiu um período de desordem, tão grande que os historiadores chamam o ano 69 "o ano dos quatro imperadores". Por fim Vespasiano pode tomar as rédeas

do estado e logo o sucedeu seu filho Tito, o mesmo que no ano 70 havia tomado e destruído Jerusalém. Em todo este período, o Império parece ter esquecido os cristãos, cujo número continuava aumentando silenciosamente.

A perseguição sob Domiciano

No ano 81 Domiciano sucedeu ao imperador Tito. A princípio, seu reino foi tão benigno à nova fé como o haviam sido os de seus antecessores. Mas no final do seu domínio desatou-se novamente a perseguição.

Não sabemos com certeza por que Domiciano perseguiu os cristãos. Sabemos sim que Domiciano amava e respeitava as velhas tradições romanas, e que boa parte de sua política imperial consistiu em restaurar essas tradições. Portanto, era de se esperar que se opusesse ao cristianismo, que em algumas regiões do Império havia ganho muitíssimos adeptos, e que em todo caso se opunha tenazmente à antiga religião romana. Além disso, agora que já não existia o Templo de Jerusalém, Domiciano decidiu que todos os judeus deviam enviar às arcas imperiais a oferta anual que antes mandavam a Jerusalém. Quando alguns judeus negaram a fazê-lo ou mandavam o dinheiro ao mesmo tempo que deixavam bem claro que Roma não havia ocupado o lugar de Jerusalém, Domiciano começou a perseguí-los e a exigir o pagamento da oferta. Já que ainda não estava totalmente delimitada a relação do judaísmo com o cristianismo, os funcionários imperiais começaram a pressionar todos os que praticavam "costumes judaicos". Assim se desatou uma nova perseguição que parece haver sido dirigida, não somente contra os cristãos, mas também contra os judeus.

Como no caso de Nero, parece que a perseguição não foi igualmente severa em todo o Império. De fato, é só de Roma e da Ásia Menor que temos notícias fidedignas acerca da perseguição.

Em Roma, o imperador fez executar ao seu parente Flávio Clemente e a sua esposa Flávia Domicila. Foram acusados de "ateísmo" e de "costumes judaicos". Já que os cristãos adoravam um Deus invisível, em geral os pagãos os acusavam de serem ateus. Portanto, é muito provável que Flávio Clemente

O imperador Domiciano, que perseguiu os cristãos nos fins do século primeiro, parece ter sido o primeiro imperador a perceber que a nova fé representava uma ameaça às velhas tradições romanas.

e sua esposa tenham sido mortos por serem cristãos. Estes são os únicos dois mártires romanos no tempo de Domiciano que conhecemos pelo nome. Mas vários escritores antigos afirmam que foram muitos, e uma carta escrita pela igreja de Roma à de Corinto pouco depois da perseguição se refere a "os males e provas inesperadas e seguidas que sobrevieram a nós" (I Clemente 1).

Da perseguição na Ásia Menor sabemos mais, graças ao Apocalipse, que foi escrito em meio a essa dura prova. João, o autor do Apocalipse, havia sido deportado à ilha de Patmos, e, portanto, sabemos que nem todos os cristãos eram condenados à morte. Mas há muitas outras provas de que foram muitos os que sofreram e morreram em tal ocasião.

Em meio à perseguição, o Apocalipse mostra uma atitude muito mais negativa contra Roma do que o resto do Novo Testamento. Paulo havia ordenado aos romanos que se submetessem às autoridades, que haviam sido ordenadas por Deus. Mas agora o vidente de Patmos descreve Roma em termos nada elogiosos, como "A grande rameira . . . ébria do sangue dos santos, e do sangue dos mártires em Jesus" (Apocalipse 17:1, 6). E Pérgamo, a capital da região, é o lugar "onde está o trono de Satanás" (Apocalipse 2:13).

Felizmente, quando se desatou a perseguição o reino de Domiciano chegava ao fim. Como Nero, Domiciano havia recebido fama de tirano e por fim foi assassinado em seu próprio palácio e o senado romano fez com que se apagasse o seu nome de todas as inscrições e monumentos em sua honra.

Uma vez mais, o Império parece ter esquecido os cristãos. Assim, a nova fé pôde continuar se espalhando pelo Império, gozando de um período de relativa paz.

VI
A perseguição no século segundo

Estou começando a ser discípulo . . .
O fogo e a cruz, multidões de
feras, ossos quebrados (. . .) tudo
eu hei de aceitar, contanto que eu
alcance a Jesus Cristo.

Inácio de Antioquia

O leitor deve ter percebido que, durante todo o século primeiro, ao mesmo tempo que abundam notícias de mártires, são escassos os detalhes acerca de seu martírio, e especialmente acerca das atitudes das autoridades civis com relação ao cristianismo. Com o correr dos anos, tais notícias vão se fazendo cada vez mais freqüentes, e já no século segundo nos são oferecidas algumas. Estas notícias aparecem sobretudo sob a forma das chamadas "atas dos mártires", que consistem em descrições mais ou menos detalhadas das condições sob as quais se produziram os martírios, as prisões, encarceramento e julgamento do mártir ou mártires em questão, e por fim a sua morte. Em alguns casos tais "atas" incluem tantos detalhes fidedignos acerca do processo legal, que parecem ter sido copiadas — em parte ao menos — das atas oficiais dos tribunais. Há outros em que o escritor da ata nos diz que esteve presente no julgamento e suplício. Em muitos outros, entretanto, há fortes indícios de que as supostas "atas" foram escritas muito tempo depois, e que suas notícias não são portanto completamente dignas de cré-

dito. Em todo caso, as atas mais antigas constituem um dos mais preciosos e inspiradores documentos da igreja cristã.

Em segundo lugar, outras notícias nos chegam através de outros documentos escritos por cristãos que de algum modo se relacionam com o martírio e a perseguição. O exemplo mais valioso desta classe de documentos é a coleção de sete cartas escritas por Inácio de Antioquia a caminho do martírio, a que nos referiremos mais adiante.

Finalmente, o século segundo começa a nos oferecer alguns traços da atitude dos pagãos diante dos cristãos e muito especialmente da atitude dos governantes. Neste sentido, é interessantíssima a correspondência entre Plínio, o Jovem e o imperador Trajano.

A correspondência entre Plínio e Trajano

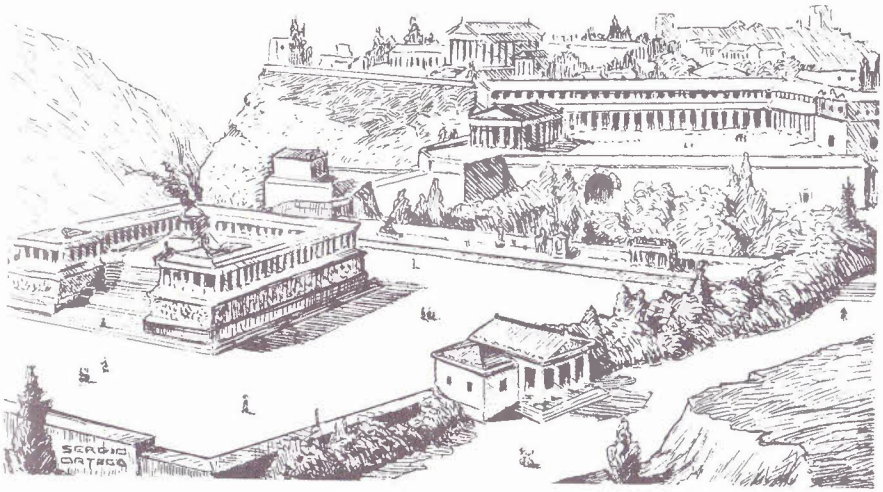
Plínio Segundo, o Jovem, fôra nomeado governador da região da Bitínia — isto é, a costa norte do que hoje é a Turquia — no ano 111. Tudo o que sabemos de Plínio por outras fontes parece indicar que era um homem justo, fiel cumpridor das leis, e respeitador das tradições e autoridades romanas. Em Bitínia, entretanto, apresentou-se-lhe um problema que o mantinha perplexo. Alguém fez chegar a ele uma acusação anônima, a qual continha uma longa lista de cristãos. Plínio nunca havia assistido a um julgamento contra os cristãos e, portanto, precisava de experiência no assunto. Ao mesmo tempo, o recém-nomeado governador sabia que havia leis imperiais contra os cristãos e, portanto, começou a fazer pesquisas.

Ao que parece, o número dos cristãos em Bitínia era notável, pois em sua carta a Trajano, Plínio diz que os templos pagãos estavam praticamente abandonados e que não se encontravam compradores para a carne sacrificada aos ídolos. Além disso, Plínio diz ao Imperador, "o contágio desta superstição penetrou, não só nas cidades, mas também nos povoados e nos campos".

Em todo caso, Plínio fez trazer diante de si os acusados, e começou assim um processo mediante o qual o governador foi se inteirando pouco a pouco das crenças e das práticas dos cristãos. Houve muitos que negavam ser cristãos, e outros que diziam que, ainda que o haviam sido anteriormente, já não o

eram. Plínio simplesmente requereu deles que invocassem aos deuses, que adorassem ao imperador oferecendo vinho e incenso diante de sua estátua, e que maldissessem a Cristo. Quem seguia suas instruções neste sentido, era posto em liberdade, pois de acordo com o que Plínio diz a Trajano, "é impossível obrigar aos verdadeiros cristãos fazerem estas cousas".

Mas os cristãos que persistiam em sua fé apresentavam a Plínio um problema muito mais difícil. Mesmo antes de receber a acusação anônima, Plínio tinha sido obrigado a presidir sobre o julgamento de outros cristãos que tinham sido delatados. Em tais casos, havia lhes oferecido três oportunidades de renunciar a sua fé, ao mesmo tempo que os ameaçava. Aos que persistiam, o governador condenara à morte, não pelo crime de serem cristãos, mas por sua obstinação e desobediência ante o representante do imperador. Agora, com a larga lista de pessoas acusadas de serem cristãs, Plínio se viu forçado a investigar o assunto com mais atenção. Em que consistia na verdade o crime dos cristãos?



Os pomposos templos de Pérgamo eram famosos em toda Ásia Menor. Aos cristãos dessa cidade o Apocalipse diz: "Eu conheço tuas obras, e onde moras, onde está o trono de Satanás; mas retens meu nome, e não negaste minha fé" (Apocalipse 2:13).

A fim de encontrar resposta a esta pergunta, Plínio interrogou os acusados, tanto os que persistiam em sua fé, como os que a negavam. Tanto uns como outros, contaram ao governador o mesmo testemunho: Seu crime consistia em se reunir para cantar antifonalmente hino "a Cristo como Deus", para fazer voto de não cometer roubos, adultérios ou outros pecados, e para uma refeição em que não se fazia cousa alguma contrária à lei e aos bons costumes. Já que algum tempo antes, seguindo as ordens do imperador, Plínio havia proibido as reuniões secretas, os cristãos já não se reuniam como antes. Perplexo diante de tais informações, Plínio fez torturar duas escravas que eram ministras da igreja; mas ambas as mulheres confirmaram o que os demais cristãos haviam dito. Tudo isto representava ao governador um problema difícil de justiça e jurisprudência: devia castigar aos cristãos só por levarem esse nome, ou era necessário provar algum crime?

Em meio a sua perplexidade, Plínio suspendeu os processos e escreveu a carta do imperador de onde tomamos os dados anteriores.

A resposta do imperador foi breve. Segundo ele, não há uma regra geral que possa ser aplicada em todos os casos. Por um lado, o crime dos cristãos não era de tal natureza que devesse ser usado recursos do estado para buscá-los. Por outro lado, entretanto, se alguém os acusa e eles se negam a adorar aos deuses, devem ser castigados. Por último, o Imperador diz a Plínio que não deve aceitar acusações anônimas, que eram uma prática indigna de sua época.

Quase cem anos mais tarde o advogado cristão Tertuliano, no norte da África, oferecia o seguinte comentário acerca da decisão de Trajano, ainda vigente:

> Oh! sentença necessariamente confusa! Nega-se a buscá-los como a inocentes; e manda castigá-los, como culpados. Tens misericórdia e és severa; dissimulas e castigas. Como evitas então censurar-te a ti mesma? Se condenas, por que não investigas? E se não investigas, por quê não absolves? (Apologia, 2).

Ora, ainda que a decisão de Trajano não tivesse sentido lógico, tinha um sentido político. Trajano compreendia o que Plínio dizia: que os cristãos, pelo simples fato de serem cristãos,

No princípio do século segundo, o imperador Trajano estabeleceu a política que se seguiria contra os cristãos durante todo o século: se alguém os acusava, e se negavam a abandonar sua fé, deviam ser castigados; mas se ninguém os acusava, o estado não devia empregar seus recursos para persegui-los.

não cometiam crime algum contra a sociedade ou contra o estado. Portanto, os recursos do estado deviam ser empregados em assuntos mais urgentes do que a procura dos cristãos. Mas, uma vez que um cristão era delatado e trazido diante dos tribunais imperiais, era necessário obrigá-lo a adorar os deuses do império ou castigá-lo. De outro modo, os tribunais imperiais perderiam toda autoridade.

Portanto, os cristãos eram castigados, não por algum crime que supostamente haviam cometido antes de serem delatados, mas por seu crime diante dos tribunais. Este delito tinha de ser castigado, em primeiro lugar, porque de outro modo diminuiria a autoridade desses tribunais e, em segundo lugar, porque ao negarem a adorar o imperador os cristãos estavam adotando uma atitude que nesse tempo se interpretava como rebelião contra a autoridade imperial. Com efeito, o culto ao imperador era um dos vínculos que uniam o Império, e negar-se em público a render esse culto equivalia a romper esse vínculo.

As indicações de Trajano não parecem haver sido criadas simplesmente em resposta à carta de Plínio, nem parecem tão pouco ter sido limitadas à província de Bitínia. Pelo contrário, através de todo o século segundo e boa parte do terceiro, esta política de não buscar os cristãos e, entretanto, castigá-los quando eram acusados, foi a política que se seguiu em todo o Império. Além disso, mesmo antes da carta de Trajano, essa parece ter sido a prática corrente, conforme se pode ver nas sete cartas de Inácio de Antioquia.

Inácio de Antioquia: o portador de Deus

Por volta do ano 107, por motivos que desconhecemos, o ancião bispo de Antioquia, Inácio, foi acusado ante as autoridades e condenado a morrer por ter negado a adorar os deuses do Império. Uma vez que nesses tempos celebravam grandes festas em Roma, em comemoração à vitória sobre os dácios, Inácio foi enviado à capital para que sua morte contribuísse com os espetáculos projetados. A caminho do martírio, Inácio escreveu sete cartas que constituem um dos mais valiosos documentos do cristianismo antigo, às quais teremos de voltar repetidamente ao tratar sobre diversos aspectos da vida e do pensamento da igreja nos princípios do século segundo. Entretanto, o

que nos interessa de imediato é o que estas cartas nos dizem acerca do próprio Inácio, das circunstâncias do seu julgamento e sua morte e da forma em que ele mesmo interpretava o que estava acontecendo.

Inácio nasceu provavelmente por volta do ano 30 ou 35, e, portanto, já era ancião quando selou sua vida com o martírio. Em suas cartas, ele mesmo nos diz repetidamente que leva o apelido de "Portador de Deus", o qual é índice do respeito que gozava na comunidade cristã. Séculos mais tarde, baseado em uma pequena mudança no texto de suas cartas, começou a se falar de Inácio como o "Levado por Deus", e surgiu assim a lenda segundo a qual Inácio foi o menino a quem Jesus tomou e colocou em meio das pessoas que o rodeavam. Em todo caso, no princípio do século II, Inácio gozava de grande autoridade em toda a igreja, pois era o segundo bispo de uma das mais antigas comunidades cristãs.

Nada sabemos acerca de sua prisão, nem de quem o acusou, nem de seu julgamento. Tudo o que sabemos é o que ele mesmo nos diz ou nos dá a entender em suas cartas. Ao que parece, havia na igreja de Antioquia várias facções e algumas haviam chegado a tais extremos em sua doutrina que o bispo ancião tinha feito uma tenaz oposição a elas. É possível que sua acusação ante os tribunais tenha sido resultado dessas pugnas. Mas também é possível que algum pagão, em vista da veneração de que era objeto o velho bispo, tenha decidido levá-lo diante dos tribunais. Em todo caso, por uma ou outra razão, Inácio foi detido, julgado e condenado a morrer em Roma.

A caminho de Roma, Inácio e os soldados que o custodiavam passaram pela Ásia Menor. À sua passagem, vários cristãos da região vieram vê-lo. Inácio pôde recebê-los e conversar com eles por algum tempo. Tinha além disso um amanuense, também cristão, que escrevia as cartas que ele ditava. Tudo isto se compreende se tomamos em conta que nessa época não existia uma perseguição geral contra todos os cristãos em todo o Império, mas que só se condenava quem fosse acusado por alguém. Portanto, todas estas pessoas procedentes de diversas igrejas podiam visitar impunemente a quem havia sido condenado a morrer pelo mesmo "delito" que eles praticavam.

As sete cartas de Inácio são, em sua maior parte, o resultado dessas visitas. Da cidade de Magnésia vieram o bispo Damas, dois presbíteros e um diácono. De Trales veio o bispo Políbio. E Éfeso havia enviado uma delegação numerosa encabeçada pelo bispo Onésimo, que bem pode ter sido o Onésimo da Epístola a Filemom. A cada uma dessas igrejas Inácio escreveu uma carta de Esmirna. Mais tarde, de Troas, escreveu outras três cartas: uma à igreja de Esmirna, outra ao seu bispo Policarpo e outra à igreja de Filadélfia. Mas para o tema que estamos discutindo aqui — a perseguição no século II — a carta que mais nos interessa é a que Inácio escreveu de Esmirna à igreja de Roma.

De algum modo, Inácio havia recebido notícias de que alguns cristãos de Roma planejavam fazer gestões para livrá-lo da morte. Mas Inácio não vê tal projeto com bons olhos. Ele já estava pronto para selar seu testemunho com seu sangue, e qualquer gestão que os romanos pudessem fazer seria, para ele, um empecilho. Por essa razão o bispo ancião escreve aos seus irmãos de Roma:

> Temo vossa bondade, que pode me causar dano. Pois vós podeis fazer com facilidade o que projetais; mas se vós não prestardes atenção ao que vos peço, ser-me-á, muito difícil alcançar a Deus (Romanos 1:2).

O propósito de Inácio, como ele mesmo diz, é ser imitador da paixão de seu Deus, isto é, de Jesus Cristo. Agora que enfrenta ao sacrifício supremo é que começa a ser discípulo, e portanto a única coisa que quer que os romanos peçam para ele é, não a liberdade, mas força para enfrentar a toda prova "para não somente me chamarem cristão, mas que também me comporte como tal". "Meu amor está crucificado (. . .) Não me agrada mais a comida corruptível, (. . .) mas quero o plano de Deus, que é a carne de Jesus Cristo (. . .) e seu sangue quero beber, que é bebida imperecível". Porque "quando eu sofrer, serei livre em Jesus Cristo, e com ele ressuscitarei em liberdade". "Sou trigo de Deus, e os dentes das feras hão de me moer, para que possa ser oferecido como pão limpo de Cristo". E a razão pela qual Inácio está disposto a enfrentar a morte é que através dela chegará a ser um testemunho vivo de Jesus Cristo:

> Se nada dizeis acerca de mim, eu chegarei a ser palavra de Deus. Mas se vos deixais convencer pelo amor que tendes pela minha carne, voltarei a ser simples voz humana (Romanos 2:1).

Assim via a sua morte aquele atleta do Senhor, que marchava com alegria em direção às presas dos leões.

Pouco tempo depois, o bispo Policarpo de Esmirna escrevia aos filipenses pedindo notícias acerca da sorte de Inácio. Não sabemos com certeza o que responderam seus irmãos de Filipos, ainda que tudo parece indicar que Inácio morreu como esperava, pouco depois de sua chegada a Roma.

Inácio de Antioquia: "Sou trigo de Deus, e os dentes das feras hão de moer-me, para que possa ser oferecido como limpo pão de Cristo".

O martírio de Policarpo

Se é bem pouco ou nada o que sabemos acerca do testemunho final de Inácio, temos amplos detalhes acerca de seu amigo Policarpo, quando chegou a sua hora, quase meio século mais tarde.

Corria o ano 155 e ainda estava vigente a mesma política que Trajano havia indicado ao seu governador Plínio. Os cristãos não eram procurados mas se alguém os delatava e se negavam então a servir aos deuses, era necessário castigá-los. Policarpo ainda era bispo de Esmirna quando um grupo de cristãos foi acusado e condenado pelos tribunais. Segundo o relato de alguém que diz ter sido testemunha dos acontecimentos, aplicaram-lhes os mais dolorosos castigos e nenhum deles se queixou de sua sorte, pois "descansando na graça de Cristo tinham em pouca conta as dores do mundo". Por fim coube ao ancião Germânico se apresentar diante do tribunal, e quando lhe foi dito que tivesse misericórdia de sua idade e abondonasse a fé cristã, Germânico respondeu, dizendo que não queria seguir vivendo num mundo em que se cometiam as injustiças que estavam sendo cometidas ante seus olhos, e unindo a palavra ao feito incitou às feras para que o devorassem mais rapidamente.

O valor e o desprezo de Germânico enfureceram a multidão, que começou a gritar: "Que morram os ateus!" — isto é, os que se negam a crer em nossos deuses — e "Que tragam Policarpo!"

Quando Policarpo soube que o buscavam, e ante a insistência dos membros de sua igreja, saiu da cidade e se refugiou em uma fazenda das cercanias. Depois de alguns dias, quando os que o buscavam estavam a ponto de encontrá-lo, fugiu para outra fazenda. Mas quando soube que um dos que haviam ficado para trás, ao ser torturado, havia dito onde Policarpo havia se escondido, o bispo ancião decidiu deixar de fugir e aguardar os que o perseguiam.

Quando o levaram diante do procônsul, este tratou de persuadí-lo, dizendo-lhe que pensasse em sua avançada idade e que adorasse o imperador. Quando Policarpo negou-se a fazê-lo, o juiz pediu que gritasse: "Abaixo os ateus!" Ao sugerir isto, o juiz se referia naturalmente aos cristãos, que eram tidos por ateus. Mas Policarpo, apontando em direção à multidão de pagãos, disse: "Sim, abaixo os ateus!"

De novo o juiz insistiu, dizendo-lhe que se jurasse pelo imperador e maldissesse a Cristo ficaria livre. Mas Policarpo respondeu:

Vivi oitenta e seis anos servindo-lhe, e nenhum mal me fez.

Como poderia eu maldizer ao meu rei, que me salvou?

Assim seguiu o diálogo. Quando o juiz lhe pediu que convencesse a multidão, Policarpo lhe respondeu que, se ele quisesse trataria de persuadí-la, mas que não considerava essa turba apaixonada digna de escutar sua defesa. Quando por fim o juiz o ameaçou, primeiro com as feras, e depois com ser queimado vivo, Policarpo respondeu que o fogo que o juiz podia acender

Policarpo de Esmirna. "Faz oitenta e seis anos que o sirvo, e nenhum mal me fez. Como hei de maldizer a meu rei, que me salvou?"

duraria somente um momento, e logo se apagaria, mas que o castigo eterno nunca se apagaria.

Ante a firmeza do ancião, o juiz ordenou que Policarpo fosse queimado vivo e toda a população saiu a apanhar ramos para preparar a fogueira.

Atado já em meio da fogueira, e quando estavam a ponto de acender o fogo, Policarpo elevou os olhos ao céu e orou em voz alta:

> Senhor Deus Soberano (. . .) dou-te graças, porque me consideraste digno deste momento, para que, junto a teus mártires, eu possa ser parte no cálice de Cristo. (. . .) Por isso te bendigo a te glorifico. (. . .) Amém.

Assim entregou a vida aquele bispo ancião a quem anos antes, quando ainda era jovem, o ancião Inácio havia dado conselhos acerca de seu trabalho pastoral e exemplo de firmeza em meio à perseguição.

Por outra parte, as atas do martírio de Policarpo são interessantes porque nelas podemos ver uma das questões que mais perturbavam aos cristãos nessa época: se era lícito ou não se entregar espontaneamente para sofrer o martírio. No princípio dessas atas fala-se de um tal Quinto, que entregou a si mesmo, e que ao ver as feras se acovardou. E o autor das atas nos diz que só são válidos os martírios que tiveram lugar por vontade de Deus, e não dos próprios mártires. Na história do próprio Policarpo, vemos que se escondeu duas vezes antes de ser preso, e que só se deixou prender quando se convenceu de que tal era a vontade de Deus.

A razão por que este documento insiste tanto na necessidade de que seja Deus quem escolha aos mártires era que havia quem acusava a si mesmo a fim de sofrer o martírio. Tais pessoas, a quem se chamavam "espontâneos", eram, às vezes, pessoas de mentes desequilibradas que não tinham a firmeza necessária para resistir às provas que vinham sobre elas, e que portanto acabavam por se acovardar e renunciar a sua fé no momento supremo.

Mas nem todos concordavam com o autor das atas do martírio de Policarpo. Através de todo o período das perseguições, sempre houve mártires espontâneos e — quando seus martírios foram consumados — sempre houve também quem os venerasse.

Isto se pode ver em outro documento da mesma época, a "Apologia" de Justino Mártir, onde se narra que no juízo de um cristão se apresentaram outros dois a defendê-lo, e por conseqüência foram três os que morreram como mártires. Ao narrar esta história, Justino não oferece a menor indicação de que o martírio dos dois "espontâneos" não tenha sido tão válido como o do cristão que foi acusado ante os tribunais.

A perseguição sob Marco Aurélio

No ano 161, o governo do Império recaiu sobre Marco Aurélio, que havia sido adotado anos antes por seu predecessor, Antonio Pio. Marco Aurélio foi, sem dúvida nenhuma, uma das mais preclaras luzes do ocaso romano. Não foi ele, como Nero e Domiciano, um homem enamorado do poder e da vanglória, mas um espírito culto e refinado que deixou atrás de si uma coleção de "Meditações", escritas somente para seu uso pessoal, que são uma das glórias literárias da época. Nessas "Meditações", Marco Aurélio mostra alguns dos ideais a respeito do governo de seu vasto império:

> Intenta a cada momento, como romano e como homem, fazer o que tens à frente com dignidade perfeita e simples, e com bondade, liberdade e justiça. Esqueçe tudo mais. Só poderás esquecê-lo, se empreendes cada ação de tua vida como se fosse a última, deixando a um lado toda negligência e toda a resistência das paixões contra os ditados da razão, e deixando também toda hipocrisia, e egoísmo, e rebeldia contra a sorte que te tocou (Meditações, 2:5).

Sob tal imperador, podia se supor que os cristãos gozassem de um período de relativa paz. Marco Aurélio não era um Nero nem um Domiciano. E entretanto, o mesmo imperador que se expressava em termos tão elevados acerca dos seus deveres do governante, desatou também uma forte perseguição contra os cristãos.

Marco Aurélio era filho de sua época, e como tal via os cristãos. Na única referência ao cristianismo que aparece em suas "Meditações", o imperador filósofo louva aquelas almas que estão dispostas a abandonar o corpo quando necessário,

mas logo segue dizendo que tal disposição deve ser produto da razão, "e não da teimosia, como no caso dos cristãos" (Meditações, 11:3).

Além disso, também como filho de sua época, o filósofo que louvava o uso da razão sobre tudo, era supersticioso ao extremo. A cada passo pedia ajuda e direção de seus adivinhos, e ordenava que os sacerdotes oferecessem sacrifícios por um bom êxito em cada empresa. Durante os primeiros anos do seu reinado, as invasões, inundações, epidemias e outros desastres pareciam suceder uns aos outros sem trégua alguma. Logo correu a voz de que tudo isto se devia aos cristãos, que haviam atraído sobre o Império a ira dos deuses, e se desatou então a perseguição. Não temos indícios de que Marco Aurélio tenha pensado que os cristãos tinham a culpa do que estava acontecendo; mas tudo parece indicar que o imperador emprestou seu apoio à nova onda de perseguição, e que via com bons olhos este intento de regressar ao culto dos antigos deuses. Talvez, como Plínio anos antes, Marco Aurélio pensasse que era necessário castigar os cristãos, senão por seus crimes, pelo menos por sua obstinação. Em todo caso, temos informações bastante detalhadas de vários martírios que ocorreram sob o governo de Marco Aurélio.

Um deste martírios foi a da viúva Felicidade e seus sete filhos. Nessa época era costume na igreja que, as mulheres tornadas viúvas, se assim desejassem, consagrassem-se inteiramente para o trabalho da igreja, que por sua vez as sustentava. Assim se fazia, entre outras razões, porque nessa sociedade era muito difícil para uma viúva pobre sustentar a si mesma, e também porque se tal viúva se casasse com um pagão podia perder muito de sua liberdade para atuar no serviço do Senhor.

A obra de Felicidade era tal que os sacerdotes pagãos decidiram impedí-la, e com esse propósito a acusaram perante as autoridades, juntamente com seus sete filhos.

Quando o prefeito da cidade tratou de convencê-la, primeiro com promessas e logo com ameaças, Felicidade lhe respondeu que estava perdendo tempo, pois "viva, eu te vencerei; e se me matas, em minha própria morte vencer-te-ei ainda mais". O prefeito então tratou de convencer aos filhos de Felicidade. Mas ela lhes exortou a que permanecessem firmes, e

nem um só deles vacilou ante as promessas e as ameaças do prefeito. Por fim, as atas dos interrogatórios foram enviadas a Marco Aurélio, que ordenou que diversos juízes pronunciassem sentença, a fim de que estes obstinados cristãos sofressem distintos suplícios.

Outro dos mártires desta época foi Justino, um dos mais distintos pensadores cristãos, a quem nos referiremos novamente no próximo capítulo. Justino tinha uma escola em Roma, onde ensinava o que ele chamava "a verdadeira filosofia", isto é, o cristianismo. O filósofo cínico Crescente desafiou-o a um debate do qual o cristianismo saiu, sob todos os julgamentos, vencedor, e ao que parece Crescente tomou vingança acusando o seu adversário ante os tribunais. Em todo caso, no ano 163, Justino e seis de seus discípulos foram levados diante do prefeito Júnio Rústico, que havia sido um dos mestres de filosofia do imperador. Neste caso, como em tantos outros, o juiz tratou de convencer aos cristãos acerca da tolice de sua fé. Mas Justino respondeu que, depois de haver estudado toda classe de doutrinas, havia chegado à conclusão de que a cristã era a verdadeira, e que portanto não estava disposto a abandoná-la. Quando, como era costume, o juiz os ameaçou de morte, eles responderam que seu mais ardente desejo era sofrer por amor de Jesus Cristo, e que, matando-os, o juiz lhes faria um grande favor. Diante de tal resposta, o prefeito ordenou que fossem levados ao lugar do suplício, onde primeiro os açoitaram e logo foram decapitados.

Por último, como exemplo da sorte dos cristãos sob o regime de Marco Aurélio, devemos mencionar a carta que as igrejas de Lion e Viena, na Gália, enviaram, no ano de 177, aos seus irmãos da Frígia e Ásia Menor. No princípio a perseguição nessas duas cidades parece ter sido limitada a proibições que os impediam de apresentarem-se em lugares públicos. Depois a plebe começou a segui-los pelas ruas, insultando-os, golpeando-os e apedrejando-os. Por fim vários deles foram presos e levados diante do governador para serem julgados. Nesse momento uma pessoa, no meio da multidão, Vécio Epágato, se ofereceu para defender aos acusados, e quando o governador lhe perguntou se era cristão, e ele respondeu afirmativamente, sem permitir dizer uma só palavra, o governador ordenou que o colocasse no grupo dos acusados.

A perseguição havia caído sobre estas duas cidades inesperadamente, "como um relâmpago", e portanto nem todos estavam prontos para enfrentar o martírio. Segundo a carta que estamos citando, cerca de dez foram débeis, e "saíram do ventre da igreja como abortos".

Os demais, entretanto, mostraram-se firmes, ao mesmo tempo que tanto o governador como o povo se indignavam cada vez mais contra eles. De boca em boca corriam rumores acerca das horríveis práticas dos cristãos, rumores sobre os quais falaremos no próximo capítulo. Diante de sua obstinação, e provavelmente para ganhar a simpatia do povo, o governador mandou torturar aos acusados. Um certo Santo limitou-se a responder: "sou cristão," e quanto mais lhe torturavam, e mais perguntas eram feitas, mais firme se mostrava em não dizer outra palavra. O cárcere estava tão cheio de prisioneiros, que muitos morreram asfixiados, antes que os verdugos pudessem aplicar-lhes a pena de morte. Alguns dos que antes haviam negado a sua fé, ao verem seus irmãos tão valorosos em meio a tantas provas, voltaram à sua antiga confissão e morreram também como mártires.

Porém, a mais destacada de todos estes mártires foi Blandina, uma mulher frágil por quem temiam seus irmãos. Quando lhe chegou o momento da tortura, mostrou tal resistência que os verdugos tinham de se alternarem. Quando vários dos mártires foram levados ao circo, Blandina foi pendurada num madeiro em meio deles, e dali ela os encorajava. Como as feras não a atacaram, os guardas a levaram de novo ao cárcere. Por fim, neste dia de tão bárbaros espetáculos, Blandina foi torturada em público de diversas maneiras. Primeiro a açoitaram; depois a fizeram ser mordida por feras; em seguida fizeram-na assentar-se em um assento de ferro quente; e ainda a encerraram em uma rede e fizeram com que um touro bravio a chifrasse. Como em meio de tais tormentos Blandina seguia firme em sua fé, finalmente as autoridades ordenaram que fosse degolada.

Estes não são senão uns poucos exemplos dos muitos martírios que tiveram lugar na época de Marco Aurélio. Há outros que nos são conhecidos, e que poderíamos ter narrado aqui. Mas sobretudo houve muitos outros dos quais a história não

deixou rastro, mas que indubitavelmente se encontram indelevelmente impressos no livro da vida.

Até o fim do século segundo

Marco Aurélio morreu no ano 180, e lhe sucedeu Cômodo, que havia governado juntamente com Marco Aurélio a partir de

Marco Aurélio, o imperador filósofo sob cujo reinado se desatou uma cruel perseguição contra os cristãos. Para ele, os cristãos eram pessoas teimosas e supersticiosas.

172. Ao que parece, a tempestade amainou sob o novo imperador, ainda que continuassem os martírios esporádicos. À morte de Cômodo, seguiu um período de guerra civil, e os cristãos gozaram de relativa paz. Por fim, no ano 193, Sétimo Severo se apoderou do poder. No princípio do seu governo continuou a relativa paz da igreja, mas depois, o novo imperador uniu-se à grande lista de governantes que perseguiram o cristianismo. Entretanto, ainda que tais acontecimentos tivessem lugar no século terceiro, vamos reservá-los para um capítulo posterior de nossa narração.

Em resumo, através de todo o século segundo a posição dos cristãos foi precária. Nem sempre eram perseguidos. E muitas vezes perseguiam-nos em umas regiões do Império e não em outras. Tudo dependia das circunstâncias do momento e do lugar. Em particular, era questão de que houvesse ou não alguém, com suficiente ódio para com os cristãos, para delatá-los ante os tribunais. Portanto, a tarefa de desmentir os rumores que circulavam acerca dos cristãos, e de apresentar a nova fé da melhor forma possível, era questão de vida ou morte. A essa tarefa se dedicaram alguns dos melhores pensadores com quem a igreja contava.

VII
A defesa da fé

Meu propósito não é lisonjear-vos
(. . .) mas requerer que julgueis
os cristãos segundo o justo processo
de investigação.

Justino, o Mártir

Durante todo o século segundo, e boa parte do terceiro, não houve uma perseguição sistemática contra os cristãos. Ser cristão era ilícito; mas só eram castigados quando por alguma razão os cristãos eram levados diante dos tribunais. A perseguição e o martírio pendiam constantemente sobre os cristãos, como uma espada de Dâmocles. Mas que essa espada caísse ou não sobre suas cabeças, dependia das circunstâncias do momento, e acima de tudo da boa vontade das pessoas. Se por alguma razão alguém queria destruir algum cristão, tudo o que tinha de fazer era levá-lo diante dos tribunais. Tal parece ter sido o caso de Justino, acusado por seu rival Crescente. Em outras ocasiões, como no martírio dos cristãos de Leão e Viena, era a populaça que, instigada por toda classe de rumores acerca dos cristãos, exigia que fossem presos e castigados.

Em tais circunstâncias, os cristãos se viam na necessidade de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para dissipar os rumores e as falsas acusações que circulavam acerca de suas crenças e de suas práticas. Se conseguissem que seus concidadãos tivessem um conceito mais elevado da fé cristã, ainda que

não chegassem a convencê-los, pelo menos conseguiriam diminuir a ameaça da perseguição. A esta tarefa se dedicaram alguns dos mais hábeis pensadores e escritores entre os cristãos, aos quais é dado o nome de "apologistas", isto é, defensores. E alguns dos argumentos em prol da fé cristã que aqueles apologistas empregaram vêm sendo utilizados na defesa da fé através dos séculos.

Mas, antes de passar a expor algo da obra dos apologistas, é necessário que nos detenhamos para resumir os rumores e acusações de que eram objeto os cristãos, e que os apologistas intentaram refutar.

As acusações contra os cristãos

O que se dizia acerca dos cristãos pode ser classificado em duas categorias; os rumores populares e as críticas por parte da classe culta.

Os rumores populares se baseavam geralmente em algo que os pagãos ouviam dizer ou viam os cristãos fazer, e então o interpretavam erroneamente. Por exemplo, os cristãos se reuniam todas as semanas para celebrarem uma refeição a que freqüentemente chamavam "festa de amor". Essa refeição era celebrada em privativo, e somente eram admitidos os que haviam sido iniciados na fé, isto é, os batizados. Além disso, os cristãos se chamavam "irmãos" entre si, e não faltavam casos em que homens e mulheres diziam estar casados com seus "irmãos" e "irmãs". Baseados nestes fatos, foram se tecendo rumores cada vez mais exagerados, e muitos chegaram a crer que os cristãos se reuniam para celebrar uma orgia em que se davam uniões incestuosas. Segundo os rumores, os cristãos comiam e bebiam até embriagarem-se, e então apagavam as luzes e davam corda às suas paixões. O resultado era que muitos se uniam sexualmente a seus parentes mais próximos.

Também baseado na comunhão surgiu outro rumor. Já que os cristãos falavam de comer a carne de Cristo, e já que também falavam do menino que havia nascido em um estábulo, alguns dos pagãos chegaram a crer que o que os cristãos faziam era esconder um menino recém-nascido dentro de um pão, e o colocarem diante de uma pessoa que desejava ser cristã. Os cristãos então ordenavam que cortasse o pão, e logo devoravam o corpo

ainda palpitante do menino. O neófito, que se havia feito participante de tal crime, ficava assim comprometido a guardar o segredo.

Outra estranha opinião que alguns sustentavam, era que os cristãos adoravam a um asno crucificado. Há algum tempo an-

Nos meados do século XIX, foi descoberta em Roma esta inscrição popular, em que aparece um personagem em atitude de adoração ante um homem crucificado com cabeça de asno. A incrição diz, em grego, "Alexâmeno adora a Deus". Trata-se de uma inscrição do século segundo, que mostra o que os pagãos pensavam acerca do cristianismo.

tes, haviam dito que os judeus adoravam a um asno. Agora começaram a transferir essa opinião aos cristãos, a quem se fazia então objeto de burla.

Todas estas idéias — e muitas outras — que circulavam acerca dos cristãos eram todas luzes falsas, e para refutá-las os cristãos deviam apenas apontar para sua própria vida e conduta, cujos princípios eram muito mais restritos do que os dos pagãos.

Mas havia outras acusações que se faziam contra os cristãos, não pelo vulgo mal informado, mas por pessoas cultas, muitas das quais conheciam algo das doutrinas cristãs. Sob diversas formas, todas estas acusações podiam ser resumidas em uma: os cristãos eram pessoas ignorantes cujas doutrinas, pregadas sob um verniz de sabedoria, eram em realidade néscias e contraditórias. Em geral, esta era a atitude que adotavam os pagãos cultos e de boa posição social, para quem os cristãos eram uma gentalha desprezível.

Na época de Marco Aurélio, um autor erudito, do qual só sabemos que se chamava Celso, compôs contra os cristãos um tratado que chamou "A palavra verdadeira". Ali Celso expressa o sentimento dos que, como ele, se consideravam sábios e refinados:

> Em algumas casas privadas encontramos com pessoas que trabalham com lã e com trapos, e como sapateiros, isto é, as pessoas mais incultas e ignorantes. Diante dos chefes de família, esta gente não se atreve a dizer uma só palavra. Mas assim que conseguem apartar-se com os meninos da casa, ou com algumas mulheres tão ignorantes como eles, começam a lhes dizer maravilhas. (. . .) Os que deveras queiram saber a verdade, que deixem seus mestres e seus pais, e que se juntem com as mulheres e os meninos às habitações das mulheres, ou à oficina do sapateiro, ou à selaria, e ali aprenderão a vida perfeita. É assim que estes cristãos encontram pessoas que lhes dão crédito (Orígenes, Contra Celso, 3:55).

Pela mesma época, Cornélio Fronton, que havia sido mestre de Marco Aurélio, compôs outro ataque contra os cristãos que infelizmente, se perdeu. Entretanto, é possível que o autor cristão Minúcio Félix esteja citando a obra de Fronton ao pôr nos lábios de um pagão as seguintes palavras:

Se vos permanece um ápice de sabedoria ou de vergonha, deixai de investigar o que sucede nas regiões celestiais,

Celso nos dá a entender que a fé cristã minava a autoridade dentro da família. Nisto acertava, pois na sociedade romana boa parte dessa autoridade se baseava no culto que se rendia ante a altares familiares como este.

> e os destinos e segredos do mundo. Basta que olheis onde pondes os pés, sobretudo as pessoas como vós, sem educação nem cultura, as pessoas rústicas e rudes (Otávio, 12).

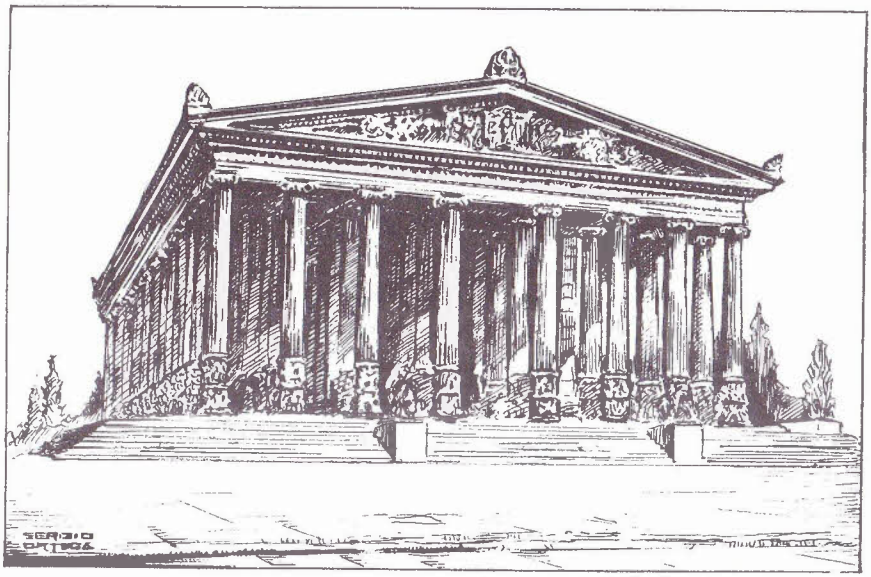
Logo, a inimizade contra os cristãos, que muitas vezes pretendia se basear só em questões de religião e doutrinas, também tinha muito a ver com preconceitos de classe. As pessoas supostamente refinadas não podiam ver com bons olhos que essa gentalha, pobre e inculta, pretendesse conhecer uma verdade que elas não conheciam.

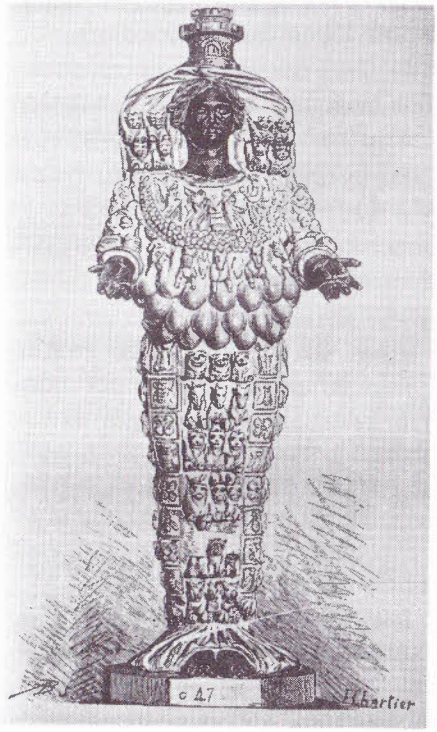
Em todo caso, as pessoas cultas atacavam o cristianismo dizendo acima de tudo que era uma religião de bárbaros. Boa parte do que os cristãos ensinavam não havia sido descoberto pelos gregos nem pelos romanos, mas sim pelo inculto povo judeu, cujos supostos sábios nunca se elevaram à altura dos filósofos gregos. E o pouco de bom que pode ser encontrado nas Escrituras dos Judeus deve-se provavelmente, a que fosse copiado dos gregos.

Além disso — seguem dizendo as pessoas como Celso, Fronton e outros — o Deus dos judeus e cristãos é um Deus ridículo. Por um lado dizem que é onipotente, e que é o ser supremo que se encontra acima de tudo. Mas por outro o descrevem como um ser curioso, que se imiscui com todos os assuntos humanos, que está em todas as casas vendo o que se diz e até o que se cozinha. Esse modo de conceber a divindade é uma irracionalidade. Ou se trata de um ser onipotente, por cima de todos os outros seres e, portanto, apartado deste mundo, ou se trata de um ser curioso e intrometido, para quem as pequenezas humanas são interessantes.

Em todo caso, seja qual for este Deus dos cristãos, o fato é que seu culto destrói a própria fibra da sociedade, pois torna as pessoas que o seguem abstêmios de toda classe de atividades sociais, sob pretexto de que participar nelas seria adorar a deuses que não existem. Mas, se em verdade tais deuses não existem, para que temê-los? Por que não participar de seu culto junto a pessoas sensatas, mesmo que a gente não creia neles? O fato parece ser que os cristãos, que dizem que os deuses pagãos são falsos, entretanto continuam temendo a esses deuses.

Quanto a Jesus, basta recordar que foi um malfeitor condenado pelas autoridades romanas. Celso chega até a dizer que





O suntuoso templo de Diana, em Éfeso, era uma das sete maravilhas do mundo antigo, e nos dá uma idéia da importância que o culto pagão tinha para sociedade da época. Nele se adorava a Diana ou Artêmis, cujos múltiplos seios mostram que se tratava de uma deusa que garantia a fertilidade das colheitas, dos animais e das pessoas.

era filho ilegítimo de Maria com um soldado romano. Se de fato era Deus ou Filho de Deus, porque permitiu que o crucificassem? Por quê não fez que caíssem mortos seus inimigos? Por quê não desapareceu quando iam cravá-lo no madeiro? E supondo que de fato Deus veio à terra em Jesus, pergunta Celso:

> De que pode servir tal visita de Deus à terra? Será talvez para averiguar o que se passa entre os seres humanos? Não sabe ele já de tudo? Ou será que sabe, mas não pode corrigí-lo se não vem ele pessoalmente fazê-lo? (Contra Celso, 4:2).

Por último, estes cristãos andam pregando e crendo que hão de ressuscitar. Baseados nessa fé, é que enfrentam o martírio com uma obstinação quase incrível. Mas não é coisa de pessoa sensata deixar esta vida, que é coisa segura, por outra vida, supostamente superior que, no melhor dos casos, é coisa duvidosa.

E isso de ressurreição é o cúmulo das idiotices cristãs. Como ressucitarão aqueles corpos destruídos por fogo, ou devorados por peixes ou pelas feras? Irá Deus por todo o mundo recolhendo e unindo os pedaços de cada corpo? Como se arranjará Deus, no caso daquelas porções de matéria que pertenceram primeiro a um corpo, e depois a outro? Será que o primeiro dono adjudicará esse pedaço do seu corpo? Em tal caso, ficará um buraco no corpo ressucitado do dono posterior?

Como vemos, todas estas observações, comentários e perguntas se dirigiam ao cerne da fé cristã. Já não se tratava de rumores infundados acerca de orgias incestuosas, nem de práticas de canibalismo, mas se tratava, antes, de doutrinas do cristianismo. A tais burlas e ataques não se podia responder com uma mera negação. Era necessário, antes, oferecer argumentos sólidos que respondessem às objeções que se apresentavam.

Tal foi a obra dos apologistas.

Os principais apologistas

A tarefa de defender a fé, diante desta classe de ataques, produziu algumas das mais notáveis obras teológicas do século segundo. E ainda no terceiro e quarto não faltou quem continuasse essa tradição. De nossa perspectiva, entretanto, os auto-

res que nos interessam no momento são os que primeiro enfrentaram essa tarefa, isto é, os que escreveram durante o século segundo e os primeiros anos do terceiro.

Possivelmente uma das mais antigas apologias que chegaram a nossos dias é o "Discurso a Diogneto", cujo autor anônimo — talvez Quadrato — parece ter vivido nos princípios do século segundo. Pouco depois, antes do ano 138, Aristides compôs outra apologia que parecia ter sido perdida, mas que foi descoberta em data recente. Mas o mais famoso dos apologistas foi Justino, o Mártir, a cujo martírio já nos referimos no capítulo anterior. Justino tinha seguido uma longa peregrinação espiritual, indo de doutrina em doutrina, até que se convenceu de que o cristianismo era a "verdadeira filosofia". Dele se conservam três obras: duas apologias e o "Diálogo com Trifon", que consiste em uma discussão com um rabino judeu. Um discípulo de Justino, Taciano, compôs outra apologia sob o título de "Discurso aos gregos". Pela mesma época, Atenágoras escreveu uma "Defesa dos cristãos" e outro tratado "Sobre a ressurreição dos mortos". Por volta do ano 180, o bispo de Antioquia, Teófilo, escreveu "Três livros a Autólico", que tratavam sobre a doutrina cristã de Deus, a interpretação das Escrituras, e a vida cristã, tratando de refutar as objeções dos pagãos sobre cada um destes pontos.

Todas as obras mencionadas no parágrafo anterior foram escritas em grego, e no século segundo. No século terceiro, o grande mestre alexandrino, Orígenes, escreveu uma refutação "Contra Celso", que já citamos mais acima, e que foi também escrita em grego.

Na língua latina, os últimos anos do século segundo e os primeiros do terceiro nos deixaram dois escritos apologéticos, parecidos entre si, e sobre os quais os eruditos não concordam acerca de qual teria sido escrito primeiro: a "Apologia" de Tertuliano e o "Otávio" de Minúcio Félix, que também já citamos mais acima.

Todas estas obras são importantes porque é quase exclusivamente através delas que conhecemos os rumores e críticas dos quais os cristãos eram objeto, e também porque nelas vemos a igreja enfrentando pela primeira vez a tarefa de responder à cultura que a rodeia.

Fé cristã e cultura pagã

Os cristãos do segundo século eram acusados de ser gente bárbara e inculta, portanto eles se viram obrigados a discutir a questão das relações entre sua fé e a cultura pagã. Naturalmente, dentro da igreja todos concordavam em que tudo aquilo que se relacionasse com o culto dos deuses devia ser rejeitado. Por esta razão os cristãos não participavam de muitas cerimônias civis, nas quais se ofereciam sacrifícios e juramentos aos deuses. Também lhes era proibido serem soldados, em parte porque poderiam se ver obrigados a matar a alguém e em parte porque os soldados deviam fazer juramentos e oferecer sacrifícios a César e aos deuses. De igual modo, haviam muitos cristãos que pensavam que as letras clássicas não deviam ser estudadas, pois nelas se contava toda a sorte de superstição e até de imoralidade acerca dos deuses. Para ser cristão era necessário se comprometer ao culto único de Deus e de Jesus Cristo, e qualquer concessão em sentido contrário equivalia a renegar Jesus Cristo, que por sua vez renegaria o apóstata no dia do juízo.

Mas, se todos concordavam quanto à necessidade de se abster da idolatria, nem todos concordavam quanto à postura que devia ser adotada diante da cultura clássica pagã. Essa cultura incluía a obra e o pensamento de sábios tais como Platão, Aristóteles e os estóicos, cuja sabedoria tem recebido a admiração de muitos até nossos dias. Rejeitá-la equivalia a rejeitar muito do melhor que o espírito humano havia produzido. Aceitá-la poderia parecer como uma concessão ao paganismo e como o começo de uma nova idolatria. Diante desta alternativa, os cristãos dos séculos segundo e terceiro seguiram dois caminhos.

De um lado, alguns não viam senão uma oposição radical entre a fé cristã e a cultura pagã. Esta postura foi expressada nos princípios do século terceiro por Tertuliano, em uma frase que se fez famosa: "Que tem Atenas a ver com Jerusalém? Ou que tem a ver a Academia com a Igreja?" Tertuliano escreveu estas linhas porque, como veremos mais adiante, em seu tempo circulavam muitas tergiversações do cristianismo, e ele estava convencido de que estas heresias se deviam ao fato de que alguns haviam tratado de combinar a fé cristã com a filosofia pagã.

Mas ainda antes de que tais heresias constituíssem uma preocupação fundamental para os cristãos, já havia quem adotasse uma postura semelhante frente à cultura clássica. Talvez o melhor exemplo disso possa se ver no "Discurso aos gregos" composto por Taciano, o mais famoso discípulo de Justino. Esta obra é um ataque frontal contra tudo o que os gregos consideravam valioso, e uma defesa dos "bárbaros", isto é, dos cristãos.

Os gregos chamavam "bárbaros " a todos os que não falavam como eles, e portanto o primeiro fato que Taciano lhes atira na cara é que eles mesmos não se puseram de acordo quanto a como se devia falar o grego, pois em cada região se falava de um modo diferente. Além disso, estas pessoas que pensam que sua língua é a suprema criação humana inventaram a retórica, que não é senão a arte de vender as palavras por ouro, oferecendo-lhes ao melhor licitador, mesmo que com isso se perca a liberdade de pensamento e se defenda a injustiça e a mentira.

Tudo o que há de valioso entre os gregos — prossegue Taciano — eles o tomaram dos bárbaros. Assim, por exemplo, a astronomia aprenderam dos babilônios, a geometria dos egípcios e a escrita dos fenícios. E o mesmo pode se dizer acerca da filosofia e da religião, pois os escritos de Moisés são muito mais antigos que os de Platão, e até mais antigos que os de Homero. Se Homero e Platão eram realmente pessoas cultas, segundos os próprios gregos dizem, era de se supor que conhecessem os escritos de Moisés. Portanto, qualquer coincidência entre a cultura supostamente grega e a religião dos "bárbaros" hebreus e cristãos deve-se a que os gregos aprenderam sua sabedoria dos bárbaros. Mas em todo caso, o certo é que os gregos, ao lerem a sabedoria dos "bárbaros", não a entenderam, e portanto adulteraram a verdade que os hebreus conheciam. Portanto, a suposta sabedoria grega não é senão um pálido reflexo e uma caricatura da verdade que Moisés conheceu e que os cristãos agora pregam.

Se isto é certo com relação ao melhor da cultura pagã, podemos advinhar o que Taciano dirá acerca dos deuses dos gregos. Acerca dos deuses, Homero e os demais poetas gregos contam coisas dignas de vergonha, pois entre eles se pratica a mentira, o adultério, o incesto e o infanticídio. Como então podem

nos pedir que honremos a tais deuses, se são, sob todas as formas, inferiores a nós? Por último, acrescenta Taciano, não esqueçamos que muitas das esculturas que os gregos adoram são na realidade estátuas de mulherzinhas e prostitutas a quem os escultores tomaram por modelos. Portanto, os mesmo gregos

Depois de uma longa peregrinação intelectual, o filósofo Justino chegou à conclusão de que o cristianismo era "a verdadeira filosofia". À defesa dessa fé dedicou sua pena. E, quando essa defesa foi insuficiente, selou seu testemunho com o sangue do martírio.

que criticam os cristãos por serem de baixa classe social, na realidade adoram pessoas dessa mesma classe.

Mas nem todos os cristãos adotavam essa postura totalmente negativa ante a cultura pagã. O exemplo mais claro de uma atitude muito mais positiva em relação a essa cultura nós encontraremos em Justino, o mestre de Taciano. Justino é, sem dúvida alguma, o mais distinto pensador cristão dos meados do século segundo. Antes de se tornar cristão, Justino tinha estudado as diversas filosofias que em sua época se ofereciam como sendo as mais acertadas, e havia chegado, por fim, à conclusão de que o cristianismo era "a verdadeira filosofia". Ao se converter ao cristianismo, Justino não deixou de ser filósofo, mas dedicou-se a fazer "filosofia cristã", e boa parte dessa filosofia consistia em descobrir e explicar as relações entre o cristianismo e a sabedoria clássica. Portanto, Justino não nutria em relação a essa filosofia os mesmos sentimentos radicalmente negativos de seu discípulo Taciano. Isto não quer dizer, entretanto, que Justino tenha comprometido sua fé, ou que fosse um cristão de escassa convicção, pois quando chegou o momento de testificar de Cristo diante das autoridades imperiais o fez com toda firmeza, e portanto a posteridade o conhece com o honroso nome de "Justino, o Mártir".

Justino vê vários pontos de contato entre o cristianismo e a filosofia pagã. Os melhores filósofos, por exemplo, falaram de um ser supremo que se encontra acima de todos os demais seres, e do qual todos derivam sua existência. Sócrates e Platão sabiam que existe a vida além da morte física; Sócrates mostrou a força dessa crença em sua morte exemplar. Platão também sabia que este mundo não esgota toda a realidade, mas que há outro mundo de realidades eternas. Em tudo isto, os filósofos tinham razão. Justino não está completamente de acordo com eles, pois ele sabe, por exemplo, que o centro da esperança cristã não é a imortalidade da alma, mas a ressurreição do corpo. Mas apesar desta e outras diferenças, há nos filósofos traços da verdade que não é possível explicar com uma mera coincidência.

Como explicar então esse acordo parcial entre os filósofos e a fé cristã? Justino o explica recorrendo à doutrina do "logos". O termo grego "logos" quer dizer tanto "palavra" como

"razão". Segundo os filósofos gregos, tudo o que nossa mente consegue compreender o faz porque de algum modo participa do "logos" ou razão universal. Por exemplo, se podemos compreender que dois e dois são quatro, isto se deve ao fato de que tanto em nossa mente como no universo existe um "logos", uma razão ou ordem, segundo o qual dois e dois são quatro. Ora, o que os cristãos crêem é que em Jesus Cristo esse logos — e esta é a palavra que aparece no prólogo do Quarto Evangelho — se fez carne. O que João 1:14 nos diz é que a razão fundamental do universo, o verbo ou palavra (logos) de Deus, se fez carne em Jesus Cristo.

Agora vejamos, o próprio Evangelho de João nos diz que este mesmo verbo ou logos é a luz que ilumina a todo aquele que vem a este mundo. Isto quer dizer que ele é a fonte de todo conhecimento verdadeiro, mesmo antes de sua encarnação. Já Paulo havia dito (1 Coríntios 10:1-4) que os antigos hebreus não tinham crido em outro senão em Cristo, pois de um modo misterioso Cristo lhes fora revelado ainda antes de sua encarnação. Agora Justino acrescenta que entre os pagãos também houve pessoas que conheceram o mesmo verbo ou logos, ao menos em parte. O que há de certo nos escritos de Platão, deve-se a que o verbo de Deus — o mesmo verbo que se encarnou em Jesus Cristo — se deu a conhecer. Portanto, em certo sentido, Sócrates, Platão e os demais sábios da antigüidade "eram cristãos", pois sua sabedoria lhes vinha de Cristo, ainda que só conhecessem o verbo parcialmente, enquanto nós, os cristãos, o conhecemos agora tal qual ele é, em virtude de sua encarnação e sua vida entre nós.

Deste modo, Justino abriu o caminho para que o cristianismo pudesse reclamar tudo quanto de bom pudesse encontrar na cultura clássica, apesar de ser uma cultura pagã. Seguindo sua inspiração, logo houve outros cristãos que se dedicaram a construir pontes entre sua fé e a cultura da antigüidade. Mas sua obra — e os perigos que acarretaram — corresponde a outro capítulo desta história.

Os argumentos dos apologistas

Na seção anterior mostramos alguns dos argumentos que os apologistas empregaram para enfrentarem a questão das rela-

ções entre sua fé e a cultura que os rodeava. Agora, ainda que sumariamente, devemos resumir alguns dos elementos com os quais tentaram responder às principais críticas que se faziam às doutrinas do cristianismo.

À acusação de serem ateus, os cristãos respondiam dizendo que, se eles eram ateus, também o haviam sido alguns dos mais famosos filósofos e poetas gregos. Para fundamentar este argumento não tinham senão que recorrer a algumas das obras da literatura grega, em que se dizia que os deuses eram invenção humana, que seus vícios eram piores que os que se praticavam na sociedade humana, e outras coisas desse estilo. Aristides sugere que a razão pela qual os gregos inventaram tais deuses foi para que eles mesmos pudessem dar vazão aos seus mais baixos apetites, tendo aos deuses por exemplo. Taciano diz que toda a criação foi feita por Deus, por amor a nós e que, portanto, é um erro adorar a uma parte qualquer dessa criação. E no mesmo sentido Atenágoras diz: "eu não adoro a um instrumento, mas aquele que produz a música". Além disso, vários dos apologistas atiram aos rostos dos pagãos que seus deuses são feituras de mãos, e há até alguns que têm necessidade de guardas, para protegê-los de quem, de outro modo, tentaria roubá-los. Que classe de deuses é esta que necessita proteção humana? Que poderes teriam para cuidar de nós?

E quanto a ressurreição, os apologistas respondem apelando à onipotência divina. Com efeito, se cremos que Deus fez todos os corpo do nada, porque não haveríamos de crer que possa reconstruí-los novamente, mesmo depois de mortos e decompostos?

Às acusações de imoralidade, os apologistas respondem a um tempo com uma negativa rotunda e com uma acusação contra o paganismo. Como pensar que em nosso culto se dão orgias e uniões ilícitas, quando nossos princípios de conduta são tais que até mesmos os maus pensamentos devem ser descartados? São os pagãos que, baseados no que eles mesmos contam de seus deuses, e até às vezes sob pretexto de adorá-los, cometem as mais baixas imoralidades. E, como pensar que comemos meninos, nós, a quem todo homicídio nos está proibido? São os senhores, os pagãos, os que costumam deixar os filhos indesejados expostos aos elementos, para que ali pereçam de fome e de frio.

Por último, acusavam aos cristãos de serem pessoas subversivas, que se negavam a adorar o imperador e que portanto destruíam o próprio vínculo da sociedade. A tal acusação, os apologistas respondem dizendo que, com efeito, se negam a adorar o imperador ou qualquer outra criatura mas que, apesar disto, são súditos leais do Império. O que o imperador necessita não é ser adorado, mas ser servido, e quem melhor o serve são aqueles que rogam ao único Deus verdadeiro pelo bem-estar do Império e de César. Em conclusão, mesmo quando se negam a adorá-lo, os cristãos são os melhores súditos com quem o imperador pode contar, pois constantemente apresentam as necessidades do Império ante o trono celestial, e por isso são, como diz o *Discurso a Diogneto,* "a alma do mundo".

Em resumo, os apologistas dão testemunho da tensão em que vivem os cristãos dos primeiros séculos. Ao mesmo tempo que rejeitam o paganismo, têm de enfrentar o fato de que esse paganismo produziu uma cultura valiosa. Ao mesmo tempo que aceitam a verdade que encontram nos filósofos, insistem na superioridade da revelação cristã. Ao mesmo tempo que se negam a adorar ao imperador, e esse mesmo imperador os persegue, continuam orando por ele e admirando a grandeza do Império Romano. As seguintes linhas do "Discurso a Diogneto" descrevem admiravelmente essa tensão:

> Os cristãos não se diferenciam dos demais por sua nacionalidade, por sua linguagem nem por seus costumes (. . .). Vivem em seus próprios lugares, mas como transeuntes, peregrinos. Cumprem todos os seus deveres de cidadãos, mas sofrem como estrangeiros. Onde quer que estejam encontram sua pátria, mas sua pátria não está em nenhum lugar (. . .). Se encontram na carne, mas não vivem segundo a carne. Vivem na terra, mas são cidadãos dos céu. Obedecem todas as leis, mas vivem acima daquilo que as leis requerem. Amam a todos, mas todos os perseguem ("Discurso a Diogneto", 5:1-11).

VIII
O depósito da fé

O erro nunca se apresenta em toda sua nua crueza, a fim de não ser descoberto. Antes veste-se elegantemente, para que os incautos creiam que é mais verdadeiro do que a própria verdade.

Irineu de Leão

As multidões que se convertiam ao cristianismo não vinham à nova fé livres de bagagem cultural. Pelo contrário, cada qual trazia para dentro do cristianismo suas próprias experiências e seus próprios conhecimentos. Esta variedade de bagagem cultural foi de grande valor para a igreja e, em todo caso, era sinal da universalidade do evangelho. Mas, por outro lado, esta situação se prestava que alguns começassem a oferecer suas próprias interpretações da fé cristã, e parece que algumas dessas interpretações eram de tal natureza que ameaçavam tergiversar radicalmente essa fé. Este perigo era tanto maior pois, conforme mencionamos anteriormente, o espírito da época era radicalmente sincretista. O que muitas pessoas buscavam não era uma doutrina única, mas um sistema que de algum modo combinasse todas as doutrinas, tomando um pouco de cada uma. O que estava em jogo, portanto, não era simplesmente tal ou qual elemento do cristianismo, mas sim a questão fundamental: tinha ou não a nova fé uma mensagem única e em que sentido era única essa mensagem.

O gnosticismo

De todas as diversas interpretações do cristianismo que apareceram no século segundo, nenhuma foi tão perigosa, nem esteve tão perto de triunfar, como o gnosticismo. O gnosticismo não foi um grupo ou uma organização compacta que surgiu diante da igreja, mas foi, antes de tudo, um movimento que existiu tanto dentro do cristianismo como fora dele e que, dentro do cristianismo, tratava de reinterpretar a fé em termos inaceitáveis para os demais cristãos. Como movimento, o gnosticismo foi sempre amorfo, e portanto é impossível assinalar um chefe. Brasílides, Valentino e outros foram mestres gnósticos, cada qual com suas doutrinas e seus discípulos. Mas o sincretismo do gnosticismo era tal que, suas doutrinas e escolas se confundiam, e no dia de hoje é bem difícil ao historiador distinguir entre elas.

O termo "gnosticismo" vem da palavra grega "gnosis", que quer dizer "conhecimento". Segundo os gnósticos, sua doutrina era um conhecimento especial, reservado para quem possuísse verdadeiro entendimento. Além disso, parte dessa doutrina consistia na chave secreta mediante a qual se alcança a salvação.

A salvação era a preocupação principal dos gnósticos. Baseados em muitas doutrinas que circulavam nessa época, os gnósticos criam que tudo o que fosse matéria era necessariamente mau. O ser humano, segundo eles, é um espírito eterno que, de algum modo, ficou encarcerado neste corpo. Já que o corpo é cárcere do espírito, e já que nos oculta a nossa verdadeira natureza, o corpo é mau. O propósito último do gnóstico é , então, escapar deste corpo e deste mundo material no qual estamos como que exilados.

A imaginação do exílio é fundamental para o gnosticismo. Este mundo não é o nosso verdadeiro lar. Ainda mais, este mundo, como o corpo, é material, e não é senão um cárcere para o espírito e um obstáculo para a salvação.

Como explicar então a origem do mundo e do corpo? Os gnósticos afirmam que originalmente toda a realidade era espiritual. O ser supremo não tinha intenção alguma de criar um mundo material, mas apenas um mundo espiritual. Com esse propósito foram criados vários seres espirituais. Cada mestre

gnóstico oferecia uma lista distinta de tais seres, e alguns chegavam até 365 seres distintos. Em todo caso, um destes seres espirituais, distante do ser supremo, foi o causador deste mundo. Segundo alguns gnósticos, o que sucedeu foi que Sofia ou Sabedoria — assim se chamava aquele ser espiritual — quis produzir algo por si só, e o resultado foi um "aborto". Esse é o nosso mundo: um aborto do espírito, e não uma criação de Deus.

Mas — continuam os gnósticos — já que este mundo foi criado por um ser espiritual, ficaram nele algumas "chispas" ou "porções" do espírito. Esses elementos espirituais são os que estão encerrados dentro dos corpos humanos, e que é necessário libertar.

A fim de chegar a essa libertação, é necessário que venha um mensageiro do reino espiritual. A função desse mensageiro consiste antes de tudo em despertar-nos de nosso "sono". Nossos espíritos estão "adormecidos" dentro de nossos corpos deixando-se levar pelos impulsos e as paixões do corpo, e é necessário que alguém venha de fora para nos despertar e recordar quem somos, incitando-nos assim a lutar contra nosso encarceramento. Além disso, esse mensageiro deve nos dar outra informação — gnosis — necessária para nossa libertação. Por cima da terra em que vivemos encontram-se as esferas celestiais. Cada uma delas governada por um poder maligno, cuja função consiste em nos manter prisioneiros. Para chegar ao reino puramente espiritual, temos de atravessar todas essa esferas. E o único modo de fazê-lo é possuindo o conhecimento secreto que nos abrirá as portas a cada passo, algo como um santo e uma senha sem os quais o caminho nos será vedado. O mensageiro celestial foi enviado então para nos comunicar esse conhecimento secreto, sem o qual não há salvação.

No gnosticismo cristão — também havia gnósticos fora do cristianismo — esse mensageiro é Cristo. Segundo os gnósticos cristãos, o que Cristo fez foi vir à terra para nos recordar de nossa origem celestial e para nos dar o conhecimento secreto sem o qual não poderemos regressar às moradas espirituais.

Já que Cristo é um mensageiro celestial, e já que o corpo e a matéria são maus, a maioria dos gnósticos cristãos pensava que Cristo não podia ter tido um corpo como o nosso. Alguns diziam que seu corpo era pura aparência, uma espécie de fan-

tasma que parecia ter corpo físico por meios milagrosos. Outros diziam que tinha corpo, mas que esse corpo era feito de uma "matéria espiritual" distinta de nossos corpos. A maioria negava o nascimento de Jesus, pois tal nascimento o havia colocado sob o poder deste mundo material. Todas estas doutrinas acerca do Salvador recebem o nome de "docetismo" — de uma palavra grega que quer dizer "aparecer", pois o que estas doutrinas implicam, de um modo ou de outro, era que o corpo de Jesus era uma aparência.

Segundo os gnósticos, nem todos os seres humanos têm espírito. Alguns são apenas seres carnais que, portanto, estão irremediavelmente condenados à destruição quando este mundo físico for destruído. Quanto aos espíritos encarcerados dentro dos "espirituais", no final serão salvos, porque sua natureza é espiritual e necessariamente tem de voltar para o reino do espírito.

Mas, nesse ínterim, como viveremos aqui nesta vida? Diante desta pergunta os gnósticos respondiam de dois modos distintos. A maioria dizia que, já que o corpo é o cárcere do espírito, o que temos de fazer é castigar o corpo, para debilitar seu poder sobre o espírito, e para que suas paixões não nos arrastem. Outros, em troca, sustentavam que, já que o espírito é por natureza bom, e nada pode destruí-lo, o que devemos fazer é dar liberdade total ao corpo e a suas paixões. Em conseqüência, enquanto alguns gnósticos advogavam por um ascetismo extremo, outros praticavam a libertinagem.

Durante todo o século segundo, o gnosticismo foi uma séria ameaça para o cristianismo. Os principais dirigentes da igreja se opuseram tenazmente a ele, porque viam nele uma negação de várias das principais doutrinas cristãs: a criação, a encarnação, a ressurreição, etc. Mais adiante veremos como a igreja respondeu ante esta ameaça. Mas antes devemos prestar atenção a outro mestre cujos ensinos, semelhantes ao gnosticismo, constituiram também uma ameaça para o "depósito da fé".

Márciom

Márciom era filho do bispo de Sinope, na região do Ponto. Ali havia conhecido a fé cristã. Mas, ao mesmo tempo, Márciom

parece ter sentido duas fortes antipatias: contra este mundo material e contra o judaísmo. Portanto, sua doutrina combina estes dois elementos.

No ano 144, Márciom foi a Roma, onde conseguiu vários seguidores, e até alguns pensaram em fazê-lo bispo. Mas com o tempo, o resto dos cristãos decidiu que seus ensinos contradiziam a fé, e Márciom criou sua própria igreja, que perdurou por vários séculos.

Como já dissemos, Márciom pensava que este mundo era mau, e que seu criador devia ser um deus, se não mau, pelo menos ignorante. Em lugar de inventar toda uma série de seres espirituais, ao estilo dos gnósticos, o que Márciom propôs era muito mais simples. Segundo ele, o Deus do Novo Testamento e Pai de Jesus Cristo não é o mesmo Jeová do Antigo Testamento. Há um Deus supremo, que é o Pai de Jesus Cristo, e um ser inferior, que é Jeová. Foi Jeová que fez este mundo. O propósito do Pai não era que houvesse um mundo como este, com todas as suas imperfeições, mas que houvesse um mundo puramente espiritual. Mas Jeová, seja por ignorância ou por maldade, fez este mundo, e nele colocou a humanidade.

Isto quer dizer que o Antigo Testamento é palavra de deus, mas não do Deus supremo, e sim desse ser inferior chamado Jeová. Jeová é um deus ciumento e arbitrário, que escolhe um povo acima dos demais, e que está constantemente conferindo a conta de quem o desobedece para tomar vingança. Em uma palavra, Jeová é um Deus de justiça.

Diante de Jeová, e muito acima dele, — segundo Márciom — está o Pai dos cristãos. Este não é um Deus vingativo, mas é todo amor. Este Deus não requer cousa alguma de nós, antes nos dá tudo — inclusive a salvação — gratuitamente. Este Deus não estabelece leis, mas nos convida a amá-lo. Este Deus, enfim, se compadeceu de nós, criaturas de Jeová, e enviou seu Filho para salvar-nos. Jesus não nasceu de Maria, já que tal coisa o teria feito súdito de Jeová, mas apareceu repentinamente, como um homem maduro, na época do imperador Tibério.

Naturalmente, no final não haverá julgamento algum, já que o Deus supremo é um ser absolutamente amoroso, que nos perdoa totalmente.

Tudo isto queria dizer que Márciom tinha de se desfazer do Antigo Testamento, que até então havia sido a parte principal das Escrituras cristãs. Se o Antigo Testamento era a palavra de um ser inferior, não podia ser lido na igreja, nem tampouco podia ser a base do ensino cristão. Portanto, Márciom compilou uma lista de livros que deveriam ser, segundo ele, as escrituras cristãs. Estes livros eram o Evangelho de Lucas e as Epístolas de Paulo, pois Márciom pensava que Paulo era o único que, entre os apóstolos, havia compreendido a verdadeira mensagem de Jesus. Os demais eram judeus demais para entendê-la. Que dizer então de todas as citações do Antigo Testamento que aparecem em Lucas e nas epístolas paulinas? Naturalmente tais citações não poderiam ser genuínas, e portanto Márciom chegou à conclusão de que haviam sido incluídas no texto sagrado por judaizantes que tratavam de adulterar a mensagem de Paulo e de Lucas.

Da mesma forma que o gnosticismo — e talvez mais — Márciom e suas doutrinas representaram uma séria ameaça para o cristianismo do século segundo. Também ele negava a criação, a encarnação e a ressurreição final. Mas, além disso, Márciom chegou a organizar sua própria igreja, com seus bispos rivais dos da outra igreja, e portanto seus ensinos tendiam a se perpetuarem. E a propaganda marcionita dentro do resto da igreja era impressionante, sobretudo porque suas doutrinas pareciam tão simples e lógicas.

A resposta da igreja: o cânon

Antes de Márciom, não existia uma lista de livros do Novo Testamento. Para os cristãos, as "Escrituras" eram os livros sagrados dos judeus, em geral na versão grega chamada "Septuaginta". Além disso, costumava-se ler nas igrejas algum dos Evangelhos e cartas dos apóstolos, particularmente de Paulo. Ao que parece, a ninguém ocorreu a idéia de fazer uma lista dos livros cristãos que deveriam formar o "Novo Testamento". Em conseqüência, em umas igrejas se lia um Evangelho e em outras outro. E o mesmo sucedia com outros livros. Mas agora, diante do desafio de Márciom, a igreja viu-se obrigada a compilar uma lista ou grupo de livros sagrados. Tal lista não se fez de modo formal — não houve uma reunião ou concílio

para determiná-la — mas pouco a pouco foi-se formando um consenso dentro da igreja. Alguns livros que haviam sido usados por algumas igrejas locais caíram em desuso e não se incluíram no Novo Testamento. Outros logo conseguiram acolhida geral. Outros, enfim, foram discutidos por algum tempo antes de serem aceitos de uma forma generalizada.

Acerca do Antigo Testamento, todos, exceto os gnósticos e os marcionitas, concordavam em que devia fazer parte das Escrituras. Naturalmente, os cristãos estavam conscientes das dificuldades assinaladas por Márciom. Mas não estavam dispostos, pelo simples fato da existência de tais dificuldades, a desfazer-se da relação histórica entre a igreja e Israel. A fé cristã não era algo novo no sentido de que Deus não estivera preparando o caminho para seus advento. O Antigo Testamento dava testemunho dessa preparação. O Deus que foi revelado nele era o mesmo Deus, amante e justo, que Jesus Cristo nos havia revelado. A fé cristã era a consumação da esperança de Israel, e não uma repentina aparição do céu.

E quanto ao que nós hoje chamamos o Novo Testamento, os livros que primeiro encontraram acolhida geral foram os Evangelhos. É interessante para nós hoje notar que aqueles cristãos decidiram incluir no Novo Testamento mais de um Evangelho. Em datas posteriores, alguns trataram de ridicularizar o cristianismo assinalando que há muitos detalhes acerca dos quais os Evangelhos não concordam entre si. Mas aqueles cristãos do século segundo, que decidiram incluir todos estes evangelhos no cânon ou lista de livros sagrados, não eram insensatos. Eles estavam conscientes de que os diversos Evangelhos eram distintos entre si. Se não o houvessem sabido, não teriam razão alguma para incluir mais de um. Taciano, o mesmo a quem já citamos no capítulo anterior, compôs uma compilação dos quatro Evangelhos, mas sua obra encontrou acolhida somente na igreja da Síria, onde foi utilizada por algum tempo. Por que então esses quatro livros foram incluídos, quando as diferenças entre eles podiam ser motivos de críticas e controvérsias?

A resposta é que a igreja estava enfrentando ao desafio dos gnósticos e de Márciom. Os gnósticos diziam que o mensageiro divino havia deixado seus ensinos secretos em mãos de algum

discípulo preferido, e assim circulavam supostos evangelhos que pretendiam conter esses segredos. Um deles, por exemplo, é o Evangelho de São Tomé. Cada grupo gnóstico dizia ter seu próprio evangelho, e uma tradição secreta que os unia com o Salvador. Diante de tais pretensões, a igreja optou por mostrar que suas doutrinas tinham o apoio, não de um evangelho supostamente escrito por tal ou qual apóstolo, mas de vários evangelhos. O próprio fato de que todos estes Evangelhos diferiam entre si, mas ao mesmo tempo concordavam nos elementos fundamentais da fé, era prova de que as doutrinas da igreja não eram invenção recente, mas refletiam os ensinos originais de Jesus Cristo. De igual modo, enquanto Márciom pretendia que o Evangelho original fosse o de Lucas, que deveria ser purificado de toda influência judaica, a igreja respondeu assinalando os quatro Evangelhos, escritos cada um deles de um ponto de vista particular, mas todos opostos aos ensinos de Márciom. Diante das tradições secretas e das interpretações particulares dos diversos hereges, a igreja apelou à tradição aberta, conhecida por todos, e à multiplicidade do testemunho dos quatro Evangelhos.

Junto aos Evangelhos, o livro de Atos e as epístolas paulinas conseguiram aceitação geral desde muito cedo. Outros livros, tais como o Apocalipse, a Terceira Epístola de João, e a Epístola de Judas, demoraram mais tempo em ser universalmente aceitos. Mas já nos fins do século segundo a maior parte do Novo Testamento tinha vindo formar parte das Escrituras de todas as igrejas cristãs: os quatro Evangelhos, Atos e as epístolas paulinas.

A resposta da igreja: o Credo

Outra maneira pela qual a igreja respondeu ao desafio dos gnósticos e de Márciom, foi a formulação do que hoje nós chamamos de "Credo dos Apóstolos". Ainda que, posteriormente, aparecessem lendas e tradições no sentido de que este credo havia sido composto pelos apóstolos ao começar a missão aos gentios, o fato é que as origens do Credo não se remontam para além dos meados do século segundo. Foi provavelmente em Roma que primeiro apareceu a fórmula que, depois de alguma elaboração, veio a ser o nosso Credo. Nessa época o seu nome era "símbolo da fé". A palavra "símbolo" não tinha então o

sentido que tem para nós hoje, mas se referia a um meio de reconhecimento. Por exemplo, se dois generais iam se separar, tomavam uma peça de barro, a quebravam e cada um deles levava consigo um pedaço. Se mais tarde um dos generais quisesse enviar mensagem ao seu colega, entregava o seu pedaço de barro ao mensageiro, que então podia identificar-se porque seu pedaço de barro encaixava perfeitamente com o que tinha o outro general. A esse meio de reconhecimento dava-se o nome de "símbolo". Logo, o "símbolo da fé" era um meio para reconhecer àqueles cristãos que sustentavam a verdadeira fé, em meio da toda sorte de doutrinas que pretendiam ser verdadeiras.

Um dos principais usos do "símbolo" era no batismo, quando se perguntavam três coisas ao candidato, perguntas essas que recordam hoje o Credo que temos:

> Crês em Deus Pai Todo-poderoso?
>
> Crês em Jesus Cristo, o filho de Deus, que nasceu do Espírito Santo e de Maria, a virgem, que foi crucificado sob Pôncio Pilatos, e morreu, e se levantou de novo ao terceiro dia, vivo dentre os mortos, e ascendeu ao céu, e se sentou à destra do Pai, e virá a julgar os vivos e os mortos?
>
> Crês no Espírito Santo, na santa igreja, e na ressurreição da carne?

Ao ler estas palavras, duas coisas se tornam claras. A primeira é que o texto que estamos lendo constitui o núcleo do que nós chamamos "Credo dos Apóstolos". Depois de acrescentar-lhes algumas outras frases, aquele antigo "símbolo da fé" veio a ser nosso Credo. A outra coisa que se torna clara é que esse credo foi formado sobre a base da fórmula trinitária que se empregava no batismo. Já que o candidato era batizado "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo", procedia-se a comprovar sua ortodoxia, fazendo-lhe uma série de perguntas acerca de sua fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo.

Mas se estudamos mais detidamente o conteúdo deste credo nós percebemos que suas palavras têm o propósito de rejeitar as doutrinas dos gnósticos e, sobretudo, de Márciom. Em primeiro lugar, o Pai recebe o título de "todo poderoso". No original grego isso quer dizer muito mais que "onipotente". O termo grego usado aqui é "pantokrator", isto é, soberano ou governador de todas as coisas. Não há realidade alguma que

fique fora do alcance do poder deste Pai. Não se trata, como pretendem Márciom e os gnósticos, de que haja duas realidades, uma espiritual que serve a Deus, e outra material que se lhe opõe. Este mundo, com toda sua materialidade, é parte da criação que Deus governa. E o mesmo deve ser dito acerca dos nossos corpos.

Se sobre o Pai o Credo disse apenas que é "todo poderoso", acerca do Filho disse muito mais. Isto se deve a que era precisamente em sua cristologia que os gnósticos e Márciom contrastavam mais radicalmente com a doutrina da igreja. A primeira verdade que o antigo símbolo da fé nos diz acerca de Cristo Jesus é que é "Filho de Deus". Outras versões antigas dizem "seu Filho", como nosso Credo atual. Em todo caso, o que se está sublinhando aqui é que Jesus Cristo é filho, não de outro Deus, mas do mesmo Pai todo poderoso a que se refere a primeira cláusula. O nascimento de "Maria, a virgem" não está ali para sublinhar o nascimento virginal — ainda que, naturalmente, tal nascimento se inclua — mas para assegurar o fato de que Jesus nasceu, e que não desceu do céu, nem apareceu repentinamente como um homem já maduro, como pretendiam vários dos hereges. De igual modo, a referência a Pôncio Pilatos não tem o propósito de culpar ao procurador romano pela crucificação, mas antes procura dar uma data concreta ao que se está falando. Para alguns dos gnósticos, Jesus não era um ser histórico, mas um mito ou alegoria universal. Por essa razão o Credo põe data à crucificação: "Sob Pôncio Pilatos". De igual modo, para refutar o docetismo dos hereges, o Credo sublinha que Jesus "foi crucificado (. . .) e morreu, e se levantou de novo ao terceiro dia, vivo dentre os mortos, e ascendeu aos céus, e está sentado à destra do Pai". Por último, referindo-se ainda a Jesus Cristo, o Credo afirma que "virá a julgar". Aqui temos outra afirmação antimarcionita, já que Márciom dizia que o Deus e Pai de Jesus Cristo era um ser totalmente amoroso, que não julgava nem condenava.

Na cláusula referente ao Espírito Santo, aparecem duas frases, ambas dirigidas contra os hereges. A primeira é "a santa igreja". Como veremos na próxima seção deste capítulo, a ameaça das heresias levou a igreja a enfatizar cada vez mais sua autoridade. A igreja era a que havia recebido "o depósito da fé".

A segunda frase é "a ressurreição da carne". Conforme dissemos mais acima, muitos dos hereges pretendiam que o corpo e todas as coisas físicas eram más. Diante de tais opiniões, o antigo credo romano — e também o nosso — afirma que a esperança cristã não consiste em uma vida puramente espiritual, mas que inclui a ressurreição do corpo.

Em resumo, a origem de nosso Credo se acha nas lutas contra as heresias que tiveram lugar nos meados do século segundo. Naturalmente, o antigo "símbolo da fé" que citamos mais acima não é exatamente igual ao nosso Credo dos Apóstolos, pois através dos séculos foram sendo acrescentadas outras frases, até chegar a ter a sua forma presente. Mas a discussão do desenvolvimento do Credo nos levaria fora dos limites cronológicos do presente capítulo.

A resposta da igreja: A sucessão apostólica

Em última instância, entretanto, o debate com os hereges concentrava-se na questão da autoridade da igreja. Isto se devia não apenas ao fato de que havia necessidade de alguém que decidisse quem tinha razão, mas principalmente por que o próprio caráter do que se debatia estava centrado na autoridade da igreja. Os hereges diziam que os verdadeiros ensinos de Jesus haviam sido passados através de algum apóstolo, e que eles eram os verdadeiros depositários desse ensino. No caso dos gnósticos, tratava-se de uma suposta tradição secreta. Segundo eles, Jesus havia ensinado "a verdadeira gnosis" a tal ou qual apóstolo, e este por sua vez havia feito chegar aos gnósticos. No caso de Márciom, tratava-se dos escritos de Paulo, nos quais, depois de expurgar toda referência positiva ao judaísmo, Márciom cria ter encontrado o evangelho original. Diante dos gnósticos e de Márciom, o resto da igreja dizia possuir o evangelho original e os ensinos verdadeiros de Jesus. Portanto, o que se debatia era, em certo sentido, a autoridade da igreja diante das pretensões dos hereges.

Em tais circunstâncias, o argumento da sucessão apostólica assumiu especial importância. O que este argumento dizia era simplesmente que, se Jesus tinha algum ensino secreto para comunicar aos seus discípulos, o mais lógico seria supor que confiaria tal ensino aos próprios apóstolos a quem confiou a

direção da igreja. E, se tais apóstolos por sua vez tinham recebido algum segredo, seria de se esperar que o transmitissem, não a algum estranho, mas às mesmas pessoas a quem confiaram a direção das igrejas que iam fundando. Portanto, se houvesse tal ensino secreto, esse ensino não se encontraria senão entre os discípulos diretos dos apóstolos, e seus sucessores. Mas o fato é que os chefes das igrejas que nos dias de hoje — isto é, no século segundo — podem reclamar essa sucessão apostólica negam unanimemente que tenham recebido tais ensinos secretos. Portanto, tudo o que pretendem os hereges ao dizer que possuem uma tradição secreta, superior à da igreja, é falso.

A fim de dar força a este argumento, era necessário mostrar que os atuais bispos das igrejas eram sucessores dos apóstolos. Isto não era muito difícil, porque em várias das igrejas mais antigas haviam listas de bispos que serviam para unir o presente com o passado apostólico. Roma, Antioquia, Éfeso e outras sedes episcopais possuíam tais listas. Os historiadores duvidam hoje acerca da exatidão dos dados que essas listas nos dão, pois, ao que parece, em algumas igrejas — Roma entre elas — não houve no princípio bispo no sentido moderno, mas houve um grupo de vários oficiais que recebiam algumas vezes o título de "bispos" e outras de "anciãos". Mas em todo caso, seja através de bispos ou de outra classe de oficiais, o fato é que a igreja do século segundo podia mostrar sua conexão com os apóstolos.

E o que acontecia então àquelas igrejas fundadas depois do tempo dos apóstolos e que não podiam reclamar para si a mesma sucessão? Não eram apostólicas? Sim, eram apostólicas, pois o importante aqui não era que todas as igrejas pudessem mostrar sua conexão direta com os apóstolos, mas, o fundamental era que todas concordassem na fé, e que pudessem juntamente mostrar que essa fé lhes havia sido ensinada pelos apóstolos.

Em datas posteriores, a idéia da sucessão apostólica foi levada muito mais longe, e chegou-se a pensar que a ordenação dos ministros somente era válida se tais ministros fossem ordenados por bispos que possuíssem a sucessão apostólica — isto é, que de algum modo podiam mostrar uma linha ininterrupta que se remontasse até o tempo dos apóstolos. Porém no século

segundo não se tratava disto, mas simplesmente da unidade da doutrina. De fato, a maioria das igrejas não podia reclamar para si origem apostólica, pois havia aparecido em lugares onde o cristianismo havia chegado por meios desconhecidos. Na época, algumas das igrejas em cidades mais importantes — como Alexandria e Constantinopla — inventaram suas próprias lendas acerca de suas origens apostólicas. Mas o importante era simplesmente que todas as igrejas concordassem — diante dos gnósticos e de Márciom — no essencial da fé, e que várias delas pudessem mostrar que sua própria doutrina era a que os apóstolos lhes havia ensinado.

Por outro lado, se vemos a origem da idéia da sucessão apostólica dentro de seu próprio contexto, veremos que não se tratava de limitar ou circunscrever o direito de pensar ou ensinar. Diante dos hereges que diziam ter uma doutrina secreta que só eles conheciam, a igreja apontava sua doutrina, abertamente ensinada por todos desde a época dos apóstolos. E diante das pretensões dos hereges no sentido de que seus ensinos se baseavam sobre os segredos de tal ou qual apóstolo, a igreja apelava à doutrina universal de "todos" os apóstolos.

A igreja católica antiga

Isto é o que queria dizer em suas origens a frase "igreja católica". A palavra "católica" quer dizer "universal", mas também quer dizer "segundo o todo". Em ambos os sentidos, diante dos hereges, à igreja do século segundo começou a se dar o título de "católica". O que isto queria dizer era, em primeiro lugar, que se tratava da igreja universal. Não era, como no caso dos gnósticos, algum pequeno grupo surgido em Roma ou em Alexandria, que se limitava a uns poucos lugares. Era a igreja que existia tanto em Roma como em Alexandria, Antioquia, Cartago, e ainda além nos confins do Império. E, no essencial de sua doutrina, essa igreja estava de acordo.

Por outro lado, essa igreja era também "católica" porquanto pregava e ensinava o evangelho "segundo o todo". Sua visão não era parcial, como a dos gnósticos ou a de Márciom. Entre os gnósticos alguns diziam possuir o "Evangelho de São Tomé", enquanto outros diziam conhecer os segredos revelados a São Tiago ou a algum outro dos apóstolos. Márciom cria que só

Paulo havia interpretado o evangelho corretamente. Diante de tais visões parciais, a igreja opôs sua visão "católica", isto é, sua visão "segundo o todo". Não um só Evangelho, mas "quatro", seriam a base de seus ensinos acerca de Jesus Cristo. Além das epístolas de Paulo, seu Novo Testamento incluiria as dos outros apóstolos. E, em lugar de basear sua autoridade sobre tal ou qual apóstolo, a igreja "segundo o todo" a basearia sobre "todos" os "apóstolos".

Do ponto de vista histórico, é importante compreender isto, pois muitos interpretam mal o propósito da igreja ao confeccionar o cânon do Novo Testamento, ou ao insistir na sucessão apostólica. Quando se fez o cânon, e quando primeiro apareceu a doutrina da sucessão apostólica, o que se pretendia não era promover uma atitude rígida, mas, o contrário, isto é, responder à rigidez dos hereges, cujas doutrinas não eram "segundo o todo". A igreja do século segundo estava consciente de que essa multiplicidade de autoridades — quatro Evangelhos, todos os apostólos — poderia trazer dificuldades em questões de detalhes, pois nem todas as autoridades concordavam em tudo. Mas, ainda a esse preço, a igreja preferiu ser "segundo o todo", e rejeitar a estreiteza dos hereges.

IX
Os mestres da igreja

Quem não aprendeu a palavra, pode
se escudar atrás de sua própria
ignorância. Mas quem já a escutou,
e persiste em sua incredulidade,
receberá maior dano
quanto maior seja a sua sabedoria.

Clemente de Alexandria

No fim do século segundo, e no princípio do terceiro, floresceu toda uma geração de notabilíssimos pensadores cristãos. Isto se deu em parte devido ao desafio das heresias que discutimos no capítulo anterior — e, em alguns casos, de outras que mencionaremos de acordo com a necessidade no curso de nossa narração — e em parte também a que, graças à obra de Justino e outros como ele, ia-se tornando mais fácil construir pontes entre a fé cristã e a cultura da época.

Durante os primeiros anos de vida da igreja, o que os cristãos escreviam se dirigia normalmente a algum problema ou questão específica e, portanto, é-nos difícil reconstruir a totalidade de seu pensamento. Isto é certo, por exemplo, quanto às epístolas de Paulo. Por elas sabemos que Paulo era um escritor e pensador de muita habilidade, e estudando-as podemos chegar a conhecer muito do pensamento paulino. Mas cada uma destas epístolas está escrita em circunstâncias concretas e Paulo se dirige a essas circunstâncias. Portanto, as epístolas de Paulo não nos dão um quadro completo de toda a teologia paulina. Sabemos, por exemplo, o que Paulo pensava acerca da ressur-

reição, porque na igreja de Corinto havia certas dúvidas a respeito, e o apóstolo tratou de responder a essas dúvidas. Mas acerca de muitas outras questões não nos é possível conhecer o pensamento de Paulo, simplesmente porque o apóstolo nunca teve ocasião de discutí-las em suas cartas. O mesmo é certo com referência a todos os escritos cristãos do século primeiro, e da primeira metade do segundo. As epístolas de Inácio nos oferecem preciosos panoramas de sua visão do martírio. Mas foram escritas durante um período de não mais de duas semanas, e portanto seria injusto esperar encontrar nelas toda uma exposição da fé cristã.

Mas durante a segunda metade do século segundo, diante dos desafios dos gnósticos e de Márciom, foi necessário que alguns cristãos tratassem acerca da totalidade da fé cristã. Com efeito, pode-se dizer que os gnósticos foram os primeiros teólogos que trataram de sistematizar toda a doutrina cristã. Nesse intento de sistematização, tergiversaram essa doutrina de tal modo que os demais cristãos a viram ameaçada e se dedicaram a refutar as especulações dos hereges. Dado o vasto alcance dessas especulações, as obras que os cristãos escreveram contra elas tiveram que ter o mesmo alcance, e assim surgiram os primeiros escritos que nos dão uma idéia da totalidade da teologia cristã nos primeiros séculos. Estes escritos são as obras de Irineu de Leão, Clemente de Alexandria, Tertuliano de Cartago e Orígenes, também de Alexandria.

Irineu de Leão

Irineu era natural da Ásia Menor — provavelmente de Esmirna — onde nasceu por volta do ano de 130 e onde foi também discípulo do bispo Policarpo, acerca de cujo martírio falamos em um capítulo anterior. Durante toda sua vida, Irineu foi um admirador fervente de seu mestre Policarpo, e em seus escritos se refere repetidamente aos ensinos de um "ancião" — o presbítero — cujo nome não menciona, mas que parece ser Policarpo. Em todo caso, por razões que desconhecemos, Irineu se transladou a Leão, no que hoje é França. Ali chegou a ser presbítero da igreja, que o enviou a Roma com uma carta para o bispo dessa cidade. Irineu estava em Roma quando houve uma perseguição em Leão e Viena que já discutimos anteriormente.

Nessa perseguição, o bispo Fotino entregou sua vida como mártir e, portanto, quando Irineu regressou a Leão ficou encarregado da direção espiritual da igreja, que o elegeu para que fosse seu bispo.

Irineu era antes de tudo um pastor. Seu interesse não estava na especulação filosófica, nem em descobrir recônditos

Irineu de Leão escreveu toda a sua teologia desde uma perspectiva bíblica e pastoral. Através dele podemos descobrir muito do que foi o pensamento teológico de seus mestres, porque Irineu não trata de inovar, mas de expor a fé que recebeu de Policarpo e de seus outros mestres.

secretos, até então desconhecidos, mas em dirigir a sua grei na sã doutrina e na vida correta. Portanto, seus escritos não intentam elevar-se em altos vôos especulativos, mas pretendem simplesmente refutar os hereges e instruir os crentes. Ainda que Irineu compusesse outros escritos, são duas as obras dele que se conservam: "A demonstração da fé apostólica" e "A refutação da falsa gnosis", esta última melhor conhecida como "Contra as Heresias". Na primeira destas obras, Irineu está tratando de instruir sua grei sobre alguns pontos da fé cristã. Na segunda refuta aos gnósticos. Em ambas, Irineu se limita a expor a fé que recebeu de seus mestres, sem tratar de adorná-la com especulações de sua própria lavra. Portanto, muito mais do que qualquer dos outros teólogos que estudaremos aqui, Irineu nos mostra qual era a doutrina comum da igreja até os fins do século segundo.

Irineu é antes de mais nada pastor, desse modo ele mesmo concebe a Deus como um pastor. Deus é um ser amante que cria o mundo e a humanidade, não por necessidade nem por erro — como pretendiam os gnósticos — mas por causa de seu próprio desejo de ter uma criação a qual amar e a qual dirigir, como o pastor dirige o seu rebanho ao redil. À luz desta perspectiva, toda a história aparece como o processo mediante o qual o divino pastor vai dirigindo sua criação em direção à consumação final.

A coroa da criação de Deus é a criatura humana. O ser humano foi criado desde o princípio como um ser livre e portanto responsável. Essa liberdade é tal, que mediante ela podemos conformar-nos mais e mais à vontade e à natureza divina, e gozar de uma comunhão sempre crescente com nosso criador. Mas, por outra parte, a criatura humana não foi criada desde um princípio em toda sua perfeição. Como pastor que é, Deus colocou o primeiro casal no paraíso, não em um estado de perfeição, mas "como meninos" (ou "como crianças"). O que isto quer dizer é que Deus tinha o propósito de que o ser humano crescesse de tal modo em comunhão com ele que com o tempo chegasse a estar ainda acima dos anjos.

Os anjos são seres superiores a nós somente provisoriamente. Quando se cumprir na humanidade o propósito divino, os seres humanos estarão acima dos anjos, pois gozaremos de

uma comunhão com Deus mais estreita que a deles. A função dos anjos é semelhante à do tutor que dirige os primeiros passos de um príncipe. Ainda por um momento o tutor está acima do príncipe, mas com o tempo será subordinado a ele.

Deus criou então a humanidade "como crianças", para que fossem crescendo e se acostumando à comunhão com ele. Além dos anjos, Deus contava com suas duas "mãos" — o Verbo e o Espírito Santo — para dirigir e instruir a humanidade. Guiados por essas mãos, os seres humanos receberão instrução e crescimento, preparando-se cada vez mais para uma comunhão mais e mais íntima com Deus. Isto é o que Irineu chama de "divinização". O propósito último de Deus é fazer-nos cada vez mais semelhantes a ele. Isto não quer dizer que de algum modo nos dissolveremos na divindade, nem que chegaremos a ser iguais a Deus. Ao contrário, Deus se encontra tão acima de nós que por mais que cresçamos em nossa semelhança a Ele, sempre haverá caminho por andar.

Mas um dos anjos, Satanás, sentiu ciúmes do destino tão elevado que Deus reservava à criatura humana e, portanto, tentou e fez pecarem Adão e Eva. Como resultado do pecado, a criatura humana foi expulsa do paraíso, e seu crescimento ficou torcido. Portanto, a história tal como se desenvolveu é resultado do pecado.

Mas, se bem que o conteúdo concreto da história da humanidade é resultado do pecado, o fato de que haja história não o é. Deus sempre teve o propósito de que houvesse história. O paraíso não era senão o ponto de partida nos propósitos de Deus para com a humanidade.

O mesmo se pode dizer com respeito à encarnação de Deus em Jesus Cristo. A encarnação não é o resultado do pecado humano. Ao contrário, desde o princípio Deus tinha o propósito de se unir à humanidade como o fez em Jesus Cristo. De fato, o Verbo encarnado foi o modelo que Deus utilizou ao criar o ser humano segundo sua "imagem e semelhança". Adão e Eva foram criados para que, depois de um processo de crescimento e instrução, chegassem a ser como o Verbo que havia de encarnar. Por causa do pecado, o que sucedeu é que a encarnação tomou outro propósito, e veio a ser também remédio contra o pecado e meio para a derrota de Satanás.

Ainda antes da encarnação, e desde o momento do primeiro pecado, Deus esteve dirigindo a humanidade em direção à uma comunhão mais íntima com ele. Por isso é que Deus "maldiz" à serpente e à terra, enquanto que só "castiga" ao homem e à mulher. No momento das maldições, Deus continua levando a cabo seus propósitos redentores.

Nesses propósitos, o povo de Israel cumpre um papel importantíssimo, pois é na história do povo escolhido que as mãos de Deus têm continuado a preparar a humanidade para a comunhão com Deus. Portanto, o Antigo Testamento não é a revelação de um Deus estranho à fé cristã, mas é a história de como Deus continuou os seus propósitos redentores mesmo depois do pecado de Adão e Eva.

Por fim, ao chegar o momento adequado, quando a humanidade tivesse recebido a preparação necessária, o Verbo se encarnou em Jesus Cristo. Jesus é o "segundo Adão" porque em sua vida, morte e ressurreição foi criada uma nova humanidade, e em todas suas ações, Jesus foi corrigindo o mal que fora feito no primeiro pecado. Mas, além disso, Jesus derrotou o maligno, e nos fez possível viver uma nova liberdade. Quem está unido a ele mediante o batismo, a fé e a comunhão participa de sua vitória. Jesus Cristo é literalmente a cabeça da igreja, que é seu corpo. O corpo se nutre mediante a adoração — particularmente a eucaristia — e de tal modo está unido à cabeça que já vai recebendo os benefícios da vitória de Cristo. Em sua ressurreição começou a ressurreição final, da qual todos os que formam parte de seu corpo serão participantes.

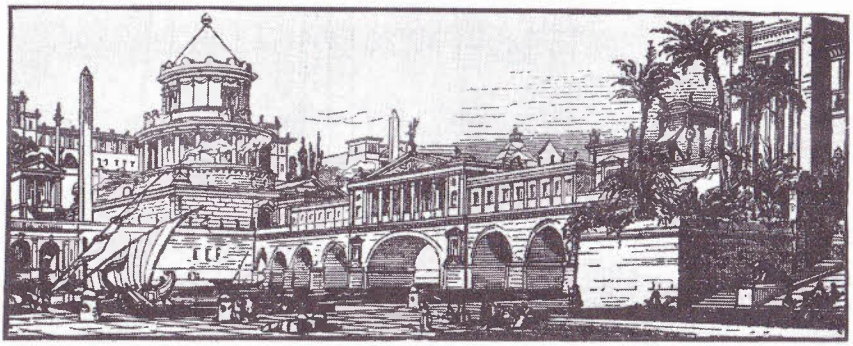
Quando chegar a consumação final, e o Reino de Deus se estabelecer, isto não vai querer dizer que a tarefa de Deus como pastor terá terminado. Ao contrário, a humanidade redimida continuará crescendo em comunhão com Deus, e o processo de divinização continuará por toda a eternidade, levando-nos sempre mais perto de Deus.

Em resumo, a teologia de Irineu consiste em uma grandiosa e amplíssima visão da história, de tal modo que os propósitos de Deus vão se cumprindo através dela. Nessa história, o ponto central é a encarnação de Jesus Cristo, não simplesmente porque Ele tenha vindo corrigir a carreira torcida da humanidade, mas também e, sobretudo, porque desde o próprio mo-

mento da criação Deus já projetava a encarnação como o ponto culminante de sua obra. O propósito de Deus é unir-se ao ser humano, e isto ocorreu em Jesus Cristo de um modo inigualável.

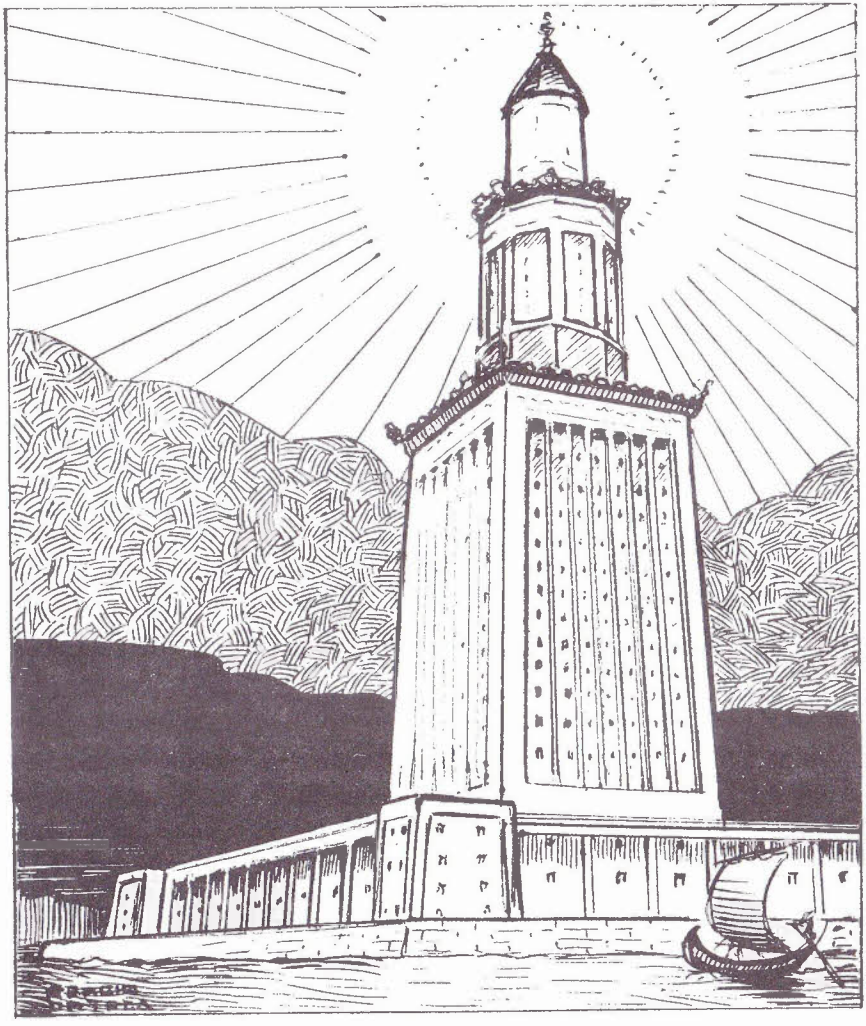
Clemente de Alexandria

Muito diferentes são os interesses e a teologia de Clemente de Alexandria. Ao que parece, Clemente era natural de Atenas, a cidade que durante séculos havia sido famosa por seus filósofos. Seus pais eram pagãos; mas o jovem Clemente se converteu de algum modo que desconhecemos, e se lançou então em busca de quem pudesse ensiná-lo mais acerca do cristianismo. Depois de viajar por uma boa parte do Mediterrâneo, encontrou em Alexandria um mestre que o satisfez. Este mestre era Panteno, de quem é pouco o que sabemos. Mas, em todo caso, Clemente permaneceu em Alexandria, e sucedeu a Panteno à morte de seu mestre. No ano 202, por causa da perseguição de Sétimo Severo — a quem faremos referência no próximo capítulo — Clemente viu-se obrigado a abandonar Alexandria, e andou por várias regiões do Mediterrâneo oriental — particularmente Síria e Ásia Menor — até sua morte, que teve lugar por volta do ano 215.



No porto de Alexandria convergiam naves e mercadorias de todo os rincões do mundo mediterrâneo, e pelo Nilo chegavam até ele produtos do interior do Egito. Assim como as naves e as mercadorias, em Alexandria se confundiam também toda sorte de doutrinas procedentes dos mais diversos lugares.

Alexandria, cidade onde Clemente recebeu sua formação teológica e onde primeiro exerceu seu magistério, era o centro em que se encontravam todas as diversas doutrinas que circulavam nessa época, e era também, portanto, o centro da febre sincretista que já mencionamos em repetidas ocasiões. Acerca disto



O grande Farol de Alexandria — do qual derivam seu nome todos os demais faróis — era uma das sete maravilhas do mundo antigo. Tinha uns 150 metros de altura, e sua luz podia ser vista até à uma distância de 40 quilômetros

temos um testemunho interessantíssimo em que o imperador Adriano escreve a seu cunhado o cônsul Serviano acerca do Egito, cuja capital era Alexandria:

> Queridíssimo Serviano, o Egito que tanto elogiavas parece-me ser leviano, vacilante e borboleteador entre os rumores de cada momento. Os que adoram a Serápis são cristãos. E os que se dão o título de bispos de Cristo são devotos de Serápis. Não há chefe da sinagoga dos judeus, nem samaritano, nem presbítero cristão, que não seja também numerólogo, adivinho e saltimbanco. (. . .) São gente altamente sediciosa, vã e injuriosa, e sua cidade é rica, opulenta, fecunda. Nela ninguém está ocioso. Uns sopram vidro, e outro fabricam papel, e todos parecem ser tecedores de linho ou têm algum ofício. Têm trabalho os reumáticos, os mutilados, os cegos, e até os inválidos. O único Deus de todos eles é o dinheiro, a quem adoram os cristãos, os judeus e toda classe de pessoas.

Pelo resto da carta de Adriano, sabemos que estava irado com os alexandrinos, e por isso tudo o que havia visto naquela cidade parecia-lhe mal. Até o fato de que todos estivessem ocupados dava-lhe ocasião para criticar a vida dos alexandrinos. Mas ainda descontando a má vontade do imperador, esta carta nos dá a impressão de uma cidade rica, com grande atividade comercial e intelectual, em que entretanto se entremesclavam e confundiam toda sorte de doutrinas.

Por outro lado, Adriano não menciona as verdadeiras glórias de Alexandria. Além do seu farol, que era uma das sete maravilhas da antigüidade, Alexandria contava com sua famosíssima biblioteca e com seu Museu ou templo das musas, isto é, algo assim como uma universidade. Ali se encontravam os mais importantes pensadores do momento, e portanto Alexandria era conhecida em todo o Império como o centro da vida intelectual do Mediterrâneo.

Foi nessa cidade que Clemente encontrou Panteno, e formou sua teologia. Portanto, não é de se estranhar que o seu próprio pensamento mostre notáveis afinidades ao pensamento filosófico de sua época. Além disso, Clemente não foi pastor como Irineu, mas sim mestre, e mestre de intelectuais. Portanto, o que ele busca não é tanto expor a fé tradicional da

igreja, nem guiar todo o rebanho de tal modo que evite cair nas redes das heresias, mas antes procura ajudar aos que buscam as verdades mais profundas e convencer os intelectuais pagãos de que o cristianismo não é,depois de tudo,a religião absurda que pretendem seus inimigos.

Em sua "Exortação aos pagãos", Clemente dá mostras de seu método teológico ao apelar a Platão e outros filósofos. "Busco conhecer a Deus e não só as obras de Deus. Quem me ajudará em minha busca? (. . .) Como então, oh Platão, há de se buscar a Deus?" O propósito de Clemente nesta passagem é mostrar aos seus leitores pagãos que boa parte das doutrinas cristãs encontra apoio nos ensinos de Platão. Desse modo os pagãos poderão se aproximar do critianismo sem crer que se trata, como diziam muitos, de uma religião de pessoas ignorantes e supersticiosas.

Mas a razão pela qual Clemente apela a Platão não é somente a conveniência do argumento. Clemente está convencido de que a verdade é uma só e de que, portanto, qualquer verdade que Platão tenha conhecido não pode ser diferente da verdade que se revelou em Jesus Cristo e nas Escrituras. Segundo ele, a filosofia foi dada aos gregos da mesma forma que a Lei foi dada aos judeus. E tanto a filosofia como a Lei têm o propósito de levar à verdade última, que nos foi revelada em Jesus Cristo. Os filósofos são para os gregos o que os profetas foram para os judeus. Com os judeus Deus estabeleceu o pacto da Lei; e com os gregos, o da filosofia.

Como então haveremos de coordenar o que nos dizem os filósofos com o que nos dizem as Escrituras? À simples vista, parece haver uma distância enorme entre ambos. Mas, segundo Clemente, um estudo cuidadoso das Escrituras nos levará às mesmas verdades que os filósofos ensinaram. Isto se deve a que todas as Escrituras estão escritas em alegorias ou, como diz Clemente, em parábolas. O texto sagrado tem sempre mais de um sentido. O sentido literal não deve ser desprezado. Mas quem fica ali é como o menino que se contenta em beber leite e nunca chega a ser adulto. Além do sentido literal encontram-se outros sentidos que o verdadeiro sábio descobrirá.

A relação entre a fé e a razão é muito estreita, pois uma não pode funcionar sem a outra. A razão sempre constrói seus

argumentos sobre a base de certos princípios que ela mesma não pode demonstrar, mas que aceita pela fé. Para o sábio, a

Em uma cidade de sábios, Clemente de Alexandria se distinguiu por sua sabedoria: "Busco conhecer a Deus, e não só as obras de Deus. Quem me ajudará em minha busca?"

fé há de ser então o primeiro princípio, o ponto de partida, sobre o qual a razão há de construir seus edifícios. Mas o cristão que permanece na fé, semelhantemente ao que não vai além do sentido literal das Escrituras, é como um menino de leite, que não pode crescer por falta de alimento sólido.

Diante de tais pessoas, que se contentam com os rudimentos da fé, se encontra o sábio ou, como diz Clemente, o "verdadeiro gnóstico". O sábio vai mais além do sentido literal das Escrituras e dos rudimentos da fé. O próprio Clemente concebe então sua própria tarefa, não como a do pastor que guia ao rebanho, mas como a do "verdadeiro gnóstico" que dirige outros de inclinações semelhantes. Naturalmente, isto tende a produzir uma teologia do tipo elitista, e Clemente tem sido criticado freqüentemente por essa tendência em seu pensamento.

Quanto ao conteúdo da teologia de Clemente, diremos pouco. Ainda que ele pensa estar simplesmente interpretando as Escrituras, sua exegese alegórica torna possível encontrar na Bíblia idéias e doutrinas que vêm antes da tradição platônica. Deus é o Um Inefável, acerca do qual é impossível dizer cousa alguma em sentido correto. Tudo o que podemos dizer de Deus consiste em negar-lhe todo limite. O mais é linguagem metafórica, que nos é útil porque não temos outra, mas que entretanto não descreve verdadeiramente Deus.

Este Ser Inefável dá-se a conhecer no Verbo, que revelou aos filósofos e aos profetas toda a verdade que souberam, e que ultimamente se encarnou em Jesus Cristo. Em tudo isto, Clemente segue a Justino e, em certa medida, ao filósofo judeu alexandrino Filo, a quem já nos referimos anteriormente. Mas sua ênfase na encarnação do Verbo faz que sua teologia seja cristocêntrica.

Por outro lado, a importância de Clemente não está no que ele tenha dito sobre tal ou qual doutrina, mas no modo em que seu pensamento é característico de todo um ambiente e tradição que se forjaram na cidade de Alexandria, e que seria de grande importância para o curso posterior da teologia. Mais adiante neste capítulo, ao tratarmos acerca de Orígenes, veremos o conteúdo desta teologia em toda sua maturidade e, portanto, não é necessário que nos detenhamos aqui para expô-lo. Basta-nos dizer que se trata de um tipo de teologia cuja preocu-

pação fundamental consiste em construir pontes entre a fé cristã e a cultura que a rodeia. É uma teologia construída mais para as pessoas cultas que para as massas.

Tertuliano de Cartago

Todo o contrário sucede no caso de Tertuliano. Ao que parece, Tertuliano nasceu na cidade africana de Cartago por volta do ano 150, mas foi em Roma, quando contava uns quarenta anos, que se converteu ao cristianismo. Algum tempo depois regressou a sua cidade natal, onde se dedicou a escrever em defesa da fé contra os pagãos, e em defesa da ortodoxia contra os hereges. Já que, ao que parece, era advogado — ou ao menos havia sido adestrado na ciência retórica, e nos procedimentos que usavam os advogados — toda sua obra leva o selo de uma mente legal. Mais acima (página 64) citamos seu comentário acerca da "sentença injusta" de Trajano. Ao lermos essas linhas, vem-nos à mente a imagem de um advogado que apela a um tribunal superior contra a sentença injusta de um tribunal inferior. Em outro tratado, escrito também contra os pagãos, e que leva o título de "O testemunho da alma", Tertuliano coloca a alma pagã no banco das testemunhas e, depois de interrogá-la no estilo de um advogado em um juízo, chega à conclusão de que até uma alma pagã é "por natureza cristã" e que, se persiste em rejeitar o cristianismo, isto se dá por obstinação e cegueira.

Entretanto, a obra em que deveras pode se ver o espírito legal de Tertuliano é sua "Prescrição contra os hereges". Na linguagem legal da época, o termo "prescrição" tinha pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, uma "prescrição" era um argumento legal que se apresentava antes do caso mesmo, para demonstrar que o julgamento não devia existir. Se, ainda antes de começar a debater o que se pleiteava, uma das partes podia provar que a outra não tinha direito de apresentar demanda, ou que a demanda não estava em regra, ou que o tribunal não tinha jurisdição, cancelava-se o julgamento. O outro sentido da palavra "prescrição" aparecia em geral na frase "prescrição de longo tempo". O que isto queria dizer era que, se alguém havia estado de posse de uma propriedade ou de um direito por certo tempo, e ninguém o havia disputado, essa pessoa ficava de posse

legal da propriedade ou do direito em questão, ainda que aparecesse depois quem o reclamasse.

Tertuliano utiliza o termo em ambos os sentidos, como se tratasse de um pleito entre a igreja ortodoxa e os hereges. Seu propósito é demonstrar, não simplesmente que os hereges não tem razão ou que estão equivocados, mas, ainda mais, que nem sequer têm direito a entrar em discussão com os ortodoxos. Com efeito, as Escrituras são propriedade da igreja. Durante várias gerações, a igreja as utilizou sem que ninguém as disputasse. Ainda quando não fossem originalmente sua propriedade, já de fato o são. Portanto, os hereges não têm direito algum ao utilizá-las. Os hereges chegaram à última hora e pretendem mudar o que, por sua origem e por prescrição de longo tempo, pertence à igreja.

Que as Escrituras são propriedade da igreja, pode-se mostrar facilmente bastando para isso olhar as igrejas apostólicas, onde essas Escrituras foram lidas e interpretadas de igual modo desde os tempos dos apóstolos. Roma, por exemplo, pode mostrar uma linha ininterrupta de bispos que se remontam até os apóstolos Pedro e Paulo. E o mesmo se pode dizer de Antioquia e de várias outras igrejas. Todas essas igrejas apostólicas concordam no uso e interpretação das Escrituras, segundo vieram fazendo desde os seus primórdios. Ademais, por suas próprias origens os escritos dos apostólos são propriedades dessas igrejas, pois foi a elas que os apostólos os legaram.

Tudo isto quer dizer que, se as Escrituras são propriedade da igreja, os hereges não têm direito de discutir com os ortodoxos sobre a base das Escrituras. Aqui aparece a "prescrição" no outro sentido. Se os hereges não têm direito a interpretar as Escrituras, toda discussão com eles acerca dessa interpretação é desnecessária. A igreja, dona das Escrituras, é a única que tem o direito de utilizá-las e empregá-las.

Este argumento contra os hereges, utilizado pela primeira vez por Tertuliano, foi empregado repetidamente em ocasiões posteriores contra toda classe de dissidentes. Por certo, foi um dos principais argumentos utilizados pelos católicos contra os protestantes a partir do século XVI. No caso de Tertuliano, entretanto, devemos notar que a razão última pela qual a igreja tem direito às Escrituras é que pode mostrar uma uniformidade,

não só de sucessão formal, mas também de doutrina, através de todas as gerações a partir dos apóstolos. Isto era precisamente o que se discutia no século XVI, pois os protestantes diziam que a igreja católica se havia desviado de sua própria doutrina inicial.

Mas o espírito legalista vai muito mais além destes argumentos. Com efeito, Tertuliano pensa que a promessa bíblica, no sentido de que quem busca há de achar, quer dizer que, uma vez que alguém encontrou a fé cristã, toda busca deve cessar. Para o cristão, então, toda busca é uma falta de fé.

> Buscarás até que encontres, e uma vez que o hajas encontrado, hás de crer. A partir de então, tudo o que tens de fazer é guardar o que tens crido. E ademais crerás que nada mais há que tenha de ser crido, nem nada mais que tenha de se buscar. (Prescrição, 9).

Isto quer dizer que basta a "regra de fé" da igreja e que toda outra busca é perigosa. Naturalmente, Tertuliano permite que os cristãos tratem de aprender mais acerca dessa regra de fé. Mas tudo o que sai dela, ou que venha de outras fontes, deve ser rejeitado. Isto é particularmente certo da filosofia pagã, ante a qual Tertuliano toma uma posição radicalmente oposta à de Clemente. Mais acima (página 88) citamos suas palavras contrastando Atenas com Jerusalém. A mesma atitude prevalece em sua opinião acerca da dialética, isto é, do método da filosofia.

> Miserável Aristóteles, que lhes deu a dialética! Deu-lhes a arte de construir para derribar, uma arte de sentenças escorregadias e de argumentos crus, (. . .) que serve para rejeitar tudo, e que, no final das contas, não trata de nada (Prescrição, 7).

Em resumo, Tertuliano opõe-se a toda especulação. Falar, por exemplo, do que Deus pode fazer baseando-se em sua onipotência, é perder o tempo e arriscar-se a cair no erro. O que devemos nos perguntar não é o que Deus poderia fazer, mas sim o que de fato Deus já fez. Isto é o que ensina a igreja. Isto é o que se encontra nas Escrituras. O mais é curiosidade ociosa e por demais perigosa.

Mas isto não implica que Tertuliano não seja capaz de utilizar argumentos lógicos contra seus adversários. Ao contrário,

a lógica de Tertuliano é freqüentemente esmagadora, como vimos no caso da "Prescrição". Mas o vigor de seus argumentos se encontra, mais que em sua lógica, em sua habilidade retórica, que chega até o sarcasmo. A Márciom, por exemplo, Tertuliano diz que o Deus da Igreja criou todo este mundo com suas maravilhas, e então desafia o seu contendor a mostrar-lhe um insignificante vegetal feito por Deus. E logo lhe pergunta sarcasticamente em que se ocupava seu deus antes de

Esta gravação de Tertuliano, feito no século XVII, não reflete o espírito fogoso e o contendor apaixonado, que conhecemos por seus escritos.

se revelar há uns poucos anos atrás. Será que não amava a humanidade até a última hora?

Deste modo, mediante uma inigualável combinação de ironia mordaz com uma lógica inflexível, Tertuliano se converteu na chibata aos hereges e campeão da ortodoxia.

E entretanto, por volta do ano 207, aquele rude inimigo dos hereges, aquele tenaz defensor da autoridade da igreja, uniu-se ao movimento montanista, que o resto dos cristãos considerava herético. Esse passo dado por Tertuliano é um dos mistérios insolúveis da história da igreja, pois seus próprios escritos e os demais documentos da época nos dizem pouco acerca de suas motivações. Portanto, é impossível dizer com segurança por que Tertuliano se fez montanista. Mas podemos, mediante o estudo do montanismo e do caráter de Tertuliano, ver algo da afinidade que existia entre ambos.

O montanismo recebe esse nome do seu fundador, Montano, que havia sido sacerdote pagão até a sua conversão por volta do ano 155. Algum tempo depois, Montano começou a profetizar, dizendo que havia sido possuído pelo Espírito Santo. Logo se uniram duas mulheres, Priscila e Maximila. Isto em si não era novo, pois nessa época ainda continuava a prática de permitir a quem recebesse esse dom que profetizasse nas igrejas. E um costume corrente desde o princípio era assegurar-se de que o que tais profetas diziam concordavam com a doutrina cristã. No caso de Montano e seus seguidores, logo as autoridades eclesiásticas começaram a ter dúvidas, pois os montanistas diziam que com eles havia começado uma nova era. Do mesmo modo que em Jesus Cristo se havia iniciado uma nova idade, agora estava sucedendo o mesmo com a dádiva do Espírito Santo aos montanistas. Essa nova idade se caracterizava por uma vida moral mais rigorosa, do mesmo modo que o Sermão da Montanha tinha ensinado uma doutrina mais rigorosa que a do Antigo Testamento.

A razão porque o resto da igreja se opôs à pregação dos montanistas não foi sua ênfase nas profecias, mas a sua pretensão de que agora começava uma nova era, o fim da história. De acordo com o Novo Testamento, os últimos tempos começaram com a advento e a ressurreição de Jesus Cristo, e com a dádiva do Espírito Santo. Com o correr dos anos, isto foi sendo

esquecido, até ao ponto que a nós hoje torna-se difícil concebê-lo assim. Mas no século segundo a igreja seguia afirmando que o fim havia começado em Jesus Cristo. Portanto, afirmar, como o faziam os montanistas, que o fim havia começado agora, com a dádiva do Espírito a Montano e aos seus, era diminuir a importância dos acontecimentos do Novo Testamento e pretender que o evangelho não era senão uma etapa a mais na história da salvação. Tais doutrinas a igreja não podia aceitar.

Tertuliano, entretanto, parece haver sentido atração pelo rigorismo dos montanistas. Sua mente legalista exigia uma ordem perfeita, em que tudo se fizesse como era devido. Na igreja, apesar de todos seus esforços para cumprir a vontade de Deus, haviam demasiadas imperfeições que não se enquadravam com o legalismo de Tertuliano. O único modo de explicar essas imperfeições, e de sobrepor-se a elas, consistia em crer que a igreja era só uma etapa intermediária, e que agora havia começado uma nova era do Espírito, em que todas essas imperfeições ficavam para trás. Naturalmente, tais esperanças foram frustradas, e o fato é que até ao fim de seus dias Tertuliano parece haver fundado a seita dos "tertulianistas", provavelmente um grupo de pessoas que criam que até os montanistas se haviam tornado demasiadamente flexíveis. Em todo caso, o fenômeno que vemos em Tertuliano aparece repetidamente na história da igreja em dois sentidos: Primeiro, uma ou outra vez vemos o conflito entre pessoas que insistem que a igreja deve ser uma comunidade absolutamente pura, e outras que respondem que há de ser antes de tudo uma comunidade de amor, em que todos encontrem aceitação; segundo, repetidamente veremos que existe uma relação paradoxal entre a busca da "liberdade" do Espírito e a insistência no rigor da lei. Tertuliano é exemplo característico de tudo isto.

Mesmo depois de fazer-se montanista, Tertuliano não deixou de atacar aqueles que, a seu parecer, torciam a fé cristã. Várias de suas obras do período montanista foram de grande importância no desenvolvimento posterior da teologia. E nenhuma o foi tanto como seu tratado *"Contra Práxeas"*.

O que sabemos acerca da pessoa de Práxeas é pouco ou nada. Alguns eruditos pensam que nunca houve tal pessoa, e que "Práxeas" é simplesmente o bispo de Roma, Calixto, a

quem por alguma razão Tertuliano evita chamar pelo nome. Em todo caso, torna-se claro que o tal Práxeas havia chegado a ter certo poder na igreja de Roma, e que ali havia utilizado esse poder para se opor ao montanismo e para propor a sua própria interpretação acerca das relações entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Segundo Práxeas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo eram três modos em que Deus se manifestava, de maneira que Deus às vezes era Pai, outras Filho e outras Espírito. Esta é a doutrina que recebe o nome de "Patripassionismo". Segundo esta doutrina o Pai sofreu a paixão, pois o Filho é o Pai.

Tertuliano começa seu tratado "Contra Práxeas" com sua mordacidade característica:

> Práxeas serviu ao diabo em Roma de dois modos: expulsando a profecia e introduzindo a heresia, expulsando ao Espírito e crucificando ao Pai ("Contra Práxeas", 1).

Mas logo Tertuliano deixa este tom para propor sua própria fórmula acerca do modo em que se deve entender a relação entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Essa fórmula é que há em Deus "uma substância e três pessoas". A importância disto é enorme, pois Tertuliano foi a primeira pessoa a referir-se à Trindade mediante o uso desta fórmula, que depois chegaria a ser aceita de um modo geral. Isto não quer dizer, naturalmente, que Tertuliano "inventou" a doutrina da Trindade, mas sim que ele foi a pessoa que criou o vocabulário que, com o correr do tempo, se tornou comum.

De igual modo, e também em resposta a outras opiniões de Práxeas, Tertuliano disse que há em Cristo "uma pessoa" e "duas substâncias ou naturezas": a divina e a humana. Também esta fórmula, utilizada pela primeira vez por Tertuliano, veio a ser a fórmula geralmente aceita para expressar a relação entre a divindade e a humanidade em Jesus Cristo.

Por todas estas razões, Tertuliano é um personagem único na história da igreja. Ardente defensor da ortodoxia diante de toda classe de heresias, terminou por se unir a um dos movimentos que o resto da igreja considerava herético. E, ainda depois de herege, continuou produzindo obras e fórmulas teológicas que seriam de grande importância no curso futuro da igreja. Além disso, foi ele o primeiro teólogo cristão que escreveu

em língua latina, que era a língua comum na metade ocidental do Império e, portanto, seu pensamento influiu notavelmente sobre toda a teologia ocidental.

Orígenes de Alexandria

O mais importante discípulo de Clemente de Alexandria, e o último dos quatro grandes mestres da igreja que discutiremos neste capítulo, é Orígenes. Diferentemente de seu mestre Clemente, Orígenes era filho de pais cristãos. Durante a perseguição de Sétimo Severo — a mesma que obrigou Clemente a abandonar Alexandria —, o pai de Orígenes foi feito prisioneiro e sofreu o martírio. Orígenes, que na época era ainda um jovenzinho, quis se unir ao seu pai no cárcere para sofrer o martírio junto com ele. Mas sua mãe lhe escondeu suas roupas e Orígenes viu-se obrigado a permanecer em casa, onde dedicou a seu pai um tratado em que o exortava a ser fiel até a morte.

Pouco tempo depois destes acontecimentos, Demétrio, o bispo de Alexandria, pôs sobre os ombros de Orígenes, que apenas contava com dezoito anos de idade, a tarefa de preparar aos candidatos ao batismo: os "catecúmenos". Esta era uma grande responsabilidade, e o jovem Orígenes, que sem dúvida alguma era um gênio excepcional, chegou a ser famoso como mestre da fé cristã. Depois de alguns anos de ensino aos catecúmenos, Orígenes viu a necessidade de se dedicar a discípulos mais adiantados, pois muitas pessoas cultas vinham pedir sua instrução. Então deixou o ensino aos catecúmenos nas mãos de alguns de seus discípulos, e dedicou-se por inteiro ao trabalho docente em uma escola cristã organizada no estilo que os grandes filósofos pagãos haviam tido anteriormente. Ali vinham escutá-lo, não só cristãos de diversas partes do Império, mas também pagãos como a mãe do imperador e o governador da Arábia.

Por diversas razões, entre as quais não faltaram ciúmes, houve conflitos entre Orígenes e o bispo de Alexandria. O resultado desses conflitos foi que Orígenes viu-se obrigado a abandonar Alexandria e ir viver em Cesaréia, onde continuou se dedicando ao estudo e ao ensino por vinte anos mais.

Por fim, em tempos da perseguição de Décio, Orígenes teve ocasião de mostrar a firmeza de sua fé. Dado o caráter dessa per-

seguição, Orígenes não foi morto, mas torturado até o ponto em que, posto em liberdade, morreu em pouco tempo. Morreu na cidade de Tiro quando tinha uns setenta anos de idade.

A obra literária de Orígenes foi imensa. Uma vez que seus conhecimentos bíblicos eram enormes e estava consciente de que o texto das Escrituras continha ligeiras variantes, compôs a "Hexapla". Esta era uma coleção, em seis colunas, do Antigo Testamento em diversas formas: o texto hebraico, uma transliteração em letras gregas desse mesmo texto — de modo que o leitor que desconhecia o hebraico, pudesse conhecer o som do hebraico, sobre a base do grego — e quatro versões distintas do grego. Ademais, dedicou-se a comparar os diversos textos do Antigo Testamento, e produziu toda uma série de símbolos para designar variantes, omissões e adendos. Além disso, Orígenes compôs comentários e sermões sobre boa parte do texto bíblico. E a isto devem ser acrescentados sua apologia "Contra Celso", que já citamos, e sua grande obra sistemática, "Dos primeiros princípios", mais conhecida como "De principiis". O modo em que Orígenes pôde escrever tantas obras dá-nos a idéia do seu gênio, pois boa parte de sua produção literária foi ditada diretamente ao discípulo ou escriba. E até conta-se que em algumas ocasiões chegou a ditar obras diferentes a sete amanuenses simultaneamente.

A teologia de Orígenes segue um espírito muito parecido ao de seu mestre Clemente. Trata-se de uma tentativa de relacionar a fé cristã com a filosofia que estava em voga em Alexandria nessa época. Essa filosofia era o que os historiadores chamam "o neoplatonismo". Mas Orígenes está muito mais consciente que Clemente da necessidade de assegurar-se que esse interesse filosófico não o leve a negar alguma das doutrinas fundamentais do cristianismo. De acordo com ele, "nada que difira da tradição dos apóstolos e da igreja deve ser aceito como verdadeiro" (*De Principiis*, prefácio, 2). Essa tradição inclui antes de tudo a doutrina segundo a qual há um só Deus, criador e ordenador do universo e, portanto, as especulações gnósticas que pretendem que outro criou este mundo devem ser rejeitadas. Em segundo lugar, a doutrina apostólica nos ensina que Jesus Cristo é o Filho de Deus, nascido antes que todas as criaturas, e que se encarnou de tal modo, que, ao mesmo tempo

que se fez homem, continuou sendo Deus. Sobre o Espírito Santo, segundo Orígenes, a tradição apostólica não está de todo clara, exceto no sentido de que sua glória é a mesma do Pai e do Filho. Por último, essa tradição afirma que a alma vai receber recompensa ou castigo segundo sua vida neste mundo e que no final haverá uma ressurreição do corpo, que se levantará incorruptível.

Uma vez afirmado isto, entretanto, Orígenes se sente livre para alçar-se em altos vôos especulativos. Por exemplo, desde que a tradição dos apostólos e da igreja não nos dá detalhes acerca do modo em que o mundo foi criado, Orígenes lança-se a investigar esta questão. Nos primeiros capítulos de Gênesis, há duas histórias da criação, fato este que conheciam os sábios judeus mesmo antes dos tempos de Orígenes, e que o deve ficar claro a quem quer que leia esses capítulos com atenção. Em uma dessas histórias, a primeira, conta-se que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, e que "homem e mulher os criou". Na segunda, conta-se que Deus fez primeiro Adão, de cuja costela formou depois Eva. Na primeira história, o verbo grego que se utiliza para a ação de Deus corresponde ao nosso verbo "criar", enquanto que o que aparece na segunda corresponde ao nosso "plasmar". Como explicar estas diversidades? Naturalmente, Orígenes não pode recorrer, como o fazem os eruditos modernos, à explicação de acordo com a qual o que temos aqui é a conjunção de duas tradições distintas. Segundo ele, se há duas histórias da criação, isto se deve a que houve duas criações.

A primeira criação, segundo Orígenes, foi puramente espiritual. Os seres que Deus fez eram espíritos carentes do corpo. É por isso que o texto diz que eram "varão e fêmea", isto é, sem distinções sexuais. Também é por isso que se utiliza o verbo "criar" antes que "plasmar".

O propósito de Deus era que os espíritos que havia criado se dedicassem à sua contemplação. Mas alguns deles se apartaram da vista do Criador, e por isso caíram. Foi então que Deus produziu a segunda criação. Esta criação é material, e foi posta como refúgio ou lar provisório para os espíritos caídos. Desses espíritos, os que cairam mais baixo se tornaram demônios, e os demais se tornaram seres humanos. Foi para estes seres hu-

manos que Deus criou os corpos que agora possuímos, dos quais se diz que os "plasmou" do pó da terra, e que uns são varões e outros fêmeas.

Naturalmente, isto quer dizer que todos os seres humanos existiam antes de nascer neste mundo, e que a razão pela qual estamos aqui é que pecamos nessa existência anterior e puramente espiritual. É interessante notar que, embora Orígenes creia derivar suas idéias do texto bíblico, na realidade se derivam de Platão, que havia ensinado que as almas se acham nesse mundo porque caíram do mundo superior das idéias puras.

Neste mundo, o diabo e seus demônios nos têm submetidos, e Jesus Cristo veio, portanto, para destruir o poder do diabo e para nos mostrar o caminho que devemos seguir em nosso regresso ao mundo espiritual. Mas, segundo Orígenes, desde que afinal de contas o diabo é também um espírito como o nosso, e desde que Deus é amor, ao final até o diabo se salvará, e toda a criação regressará ao seu estado inicial, quando tudo era espírito. Entretanto, os espíritos seguirão sendo livres e, portanto, nada impede que haja uma nova queda, um novo mundo material e uma nova história e que, portanto, o ciclo de queda-restauração-queda continua para sempre.

Ao tratar de julgar tudo isto, o primeiro que temos de fazer é render tributo à amplitude de horizontes que Orígenes trata de englobar. Isto é o que tem ganho admiradores nas diversas gerações. Além disso, devemos recordar que Orígenes propõe tudo isto, não como a verdade que tem de ser aceita por todos, nem como algo que será substituto ou superará as doutrinas da igreja, mas como suas próprias especulações, que nunca deverão ter a mesma autoridade da tradição apostólica.

Mas, uma vez dito isto, é necessário assinalar que em muitos pontos Orígenes parece ser mais platônico do que cristão. Assim, por exemplo, Orígenes nega a doutrina dos gnósticos e de Márciom segundo a qual este mundo teria sido criado por um ser inferior. Mas, no final das contas, chega à conclusão de que a existência do mundo material é o resultado do pecado, e que os propósitos iniciais de Deus não incluíam a existência deste mundo nem da história. Nisto, Orígenes contrasta com Irineu, para quem a história era parte fundamental do plano

de Deus. E no que se refere à preexistência das almas e o ciclo eterno da quedas e restaurações, não há dúvidas de que Orígenes se aparta do que foi sempre a doutrina da igreja.

Conclusão geral

Neste capítulo vimos três tendências teológicas distintas. Irineu é o defensor da doutrina tradicional da igreja, o pastor que se preocupa em que prevaleça a sã doutrina na sua igreja. Tertuliano é também defensor da doutrina tradicional mas seu próprio legalismo nessa defesa o leva com o tempo a romper com a mesma igreja que pretendia defender. Clemente e Orígenes são mais pensadores que pastores e, ainda que se ocupem de defender a fé diante dos pagãos, sua verdadeira preocupação está em descobrir os segredos mais elevados de Deus e de sua criação. Dos três, é provavelmente Irineu quem mais se aproxima do espírito original do evangelho. Infelizmente, com o correr dos séculos a teologia de Irineu ficou relativamente esquecida, enquanto que o influxo dos outros dois tipos de teologia se fez sentir cada vez mais. Mas a exposição do modo em que isto teve lugar, e de suas implicações para nosso modo de entender a fé cristã, cai fora do âmbito desta história, e deverá ficar reservada para um ensaio que projetamos publicar num futuro próximo.

X
A perseguição no século terceiro

A presente confissão de fé diante das autoridades foi tão mais ilustre e honrosa porquanto o sofrimento foi maior. A luta se agravou, e aumentou a glória dos que lutavam

Cipriano de Cartago

Até fins do século segundo, a igreja tinha gozado de um período de relativa paz. O Império, às voltas com guerras civis ao mesmo tempo que tratava de defender suas fronteiras diante do incremento dos povos germânicos, não havia prestado demasiada atenção aos cristãos. Além disso, ainda se via em vigor o velho princípio promulgado por Trajano, no sentido de que os cristãos deviam ser castigados se fossem delatados e se negassem a oferecer sacrifício aos deuses, mas que não deviam fazer esforço de buscá-los ativamente.

No século terceiro, entretanto, a situação mudou. Através de todo o século continuou vigente a legislação de Trajano e, portanto, de vez em quando, em um ou outro lugar, houve martírios mais ou menos isolados. Mas além disso houve duas políticas novas, uma promulgada por Sétimo Severo e outra por Décio, que afetaram profundamente a vida da igreja.

A perseguição sob Sétimo Severo

Nos princípios do século terceiro, reinava em Roma o imperador Sétimo Severo, que havia conseguido consolidar seu

poder e assim pôr fim a um período de lutas internas que havia debilitado o Império. Mas governar em tais circustâncias não era fácil. A ameaça dos povos "bárbaros" além do Danúbio

Nos princípios do século terceiro, o imperador Sétimo Severo deu uma nova dimensão à perseguição contra os cristãos, ao fomentar ativamente o sincretismo.

e o Reno era constante. Dentro do Império havia grupos dissidentes, e existia sempre o perigo de que alguma legião se rebelasse e nomeasse seu próprio imperador, iniciando assim uma nova guerra civil. Em meio a tal situação, Sétimo Severo decidiu uma política religiosa de caráter sincretista. Seu propósito era unir a todos os seus súditos sob o culto ao "Sol invicto", no qual se fundiriam todas as religiões da época, assim como os ensinos de diversos filósofos.

Mas tal política conflitava com a obstinação dos dois grupos religiosos que se negavam a dobrar-se diante do sincretismo: os judeus e os cristãos. Por isso, Sétimo Severo propôs-se deter o avanço destas duas religiões, e com esse propósito proibiu, sob pena de morte, toda conversão ao judaísmo ou ao cristianismo. Ao mesmo tempo, a antiga legislação seguia vigente, de modo que aos cristãos que fossem acusados e que se negassem a oferecer sacrifício aos deuses viria a condenação também.

O resultado de tudo isto foi um recrudescimento da perseguição no estilo do século anterior, e ao mesmo tempo uma perseguição mais intensa dirigida contra os novos convertidos e seus mestres. Portanto, o ano 202, data do edito de Sétimo Severo, marca um novo fato na história da perseguições. De acordo com uma tradição, foi nesse ano que Irineu sofreu o martírio. Também assinalamos anteriormente que o pai de Orígenes, Leônidas, estava entre um grupo de mártires alexandrinos da mesma época. Como o perigo era maior para os mestres do cristianismo, Clemente, que estava há uns vinte anos ensinando na Alexandria, tendo se tornado famoso, viu-se obrigado a fugir e refugiar-se na região da Capadócia, onde era menos conhecido.

O mais famoso dos martírios dessa época é o de Perpétua e Felicidade, que teve lugar por volta do ano 203. É possível que Perpétua e seus companheiros tenham sido montanistas, e que o autor que nos deixou o testemunho de seu martírio tenha sido Tertuliano. Mas em todo caso o que mais nos interessa aqui é o fato de que os mártires são cinco catecúmenos, isto é, cinco pessoas que se preparavam para receber o batismo. Isto concorda com o que dissemos mais acima acerca do edito de sétimo Severo. O crime de que se acusava a estes cinco jovens, vários deles adolescentes, não era só o fato de serem

cristãos, mas também o de se haverem convertido recentemente, desobedecendo assim o decreto imperial.

A heroína do "Martírio das Santas Perpétua e Felicidade" é Perpétua, uma mulher jovem de boa posição social que amamentava ainda a seu filho recém-nascido. Acompanhavam-na dois escravos, Felicidade e Revocato, e outros dois jovens chamados Saturnino e Secúndulo, mas de quem se sabe muito pouco. Boa parte do "Martírio" está posta nos lábios de Perpétua, e é muito possível que reproduza suas próprias palavras. Em todo caso, quando Perpétua e seus companheiros foram presos e o pai de Perpétua tratou de convencê-la a abandonar sua fé e assim salvar sua vida, ela lhe respondeu que, assim como cada coisa tem seu nome e é inútil tratar de mudá-lo, ela tinha o nome de cristã, e não podia mudá-lo. O processo de Perpétua e seus companheiros foi longo, ao que parece porque as autoridades queriam fazer todo o possível para incitá-los a abandonar sua fé. Felicidade, que estava grávida quando foi presa, temia que em razão de sua gravidez a perdoassem, ou ao menos que atrasassem o seu martírio e que não pudesse então sofrer juntamente com seus companheiros. Mas segundo o "Martírio", suas orações foram respondidas, e ao oitavo mês de gravidez deu à luz uma menina, que imediatamente foi adotada por outra irmã na fé. Quando a viam se queixar das dores do parto, seus carcereiros perguntavam como ela esperava ter a coragem necessária para enfrentar as feras. A resposta de Felicidade é característica do modo em que muitos daqueles cristãos dos primeiros séculos enfrentavam o martírio:

> Agora meus sofrimentos são só meus. Mas quando tiver que enfrentar as bestas haverá outro que viverá em mim, e sofrerá por mim, posto que eu estarei sofrendo por ele.

Os mártires varões foram por fim lançados à feras, e Saturnino e Revocato morreram rapidamente, mas a Secúndulo nenhuma fera quis atacá-lo. O javali que soltaram, em lugar de atacá-lo, feriu de morte um dos soldados. Quando o ataram para que um urso o atacasse, o urso negou-se a sair de seu esconderijo. Por fim, o próprio Secúndulo anunciou ao seu carcereiro que um leopardo o mataria de uma só dentada, e assim foi.

Quanto a Perpétua e Felicidade, anunciaram-lhes que lhes haviam preparado uma vaca furiosa que as chifrasse. Quando Perpétua foi chifrada e lançada ao alto, simplesmente cingiu mais estreitamente seu vestido desfeito sobre suas carnes expostas, e pediu que lhe permitissem recolher sua cabeleira, porque a cabeleira solta como haviam deixado era sinal de luto, e para ela este era um momento feliz. Logo, foi para onde jazia Felicidade, também ferida pela vaca, levantou a sua companheira, e perguntou em voz alta que surpreendeu a todos: "Onde está a famosa vaca?"

Por fim, desgarradas e sangrando, as mártires se reuniram no centro do anfiteatro, onde se despediram com o ósculo de paz e se dispuseram a morrer à espada. Quando chegou a vez de Perpétua, seu verdugo tremia e não acertava ferí-la de morte, e ela tomou-lhe a mão e a dirigiu para que a ferisse na garganta. Ao chegar a esse ponto, o "Martírio" comenta: "Talvez o demônio a temesse tanto que não se atrevia a matá-la sem que ela o quisesse."

Pouco depois, por razões que não estão de todo claras, a perseguição amainou. Continuaram existindo alguns mártires em diversas partes do Império, mas não na medida em que houve nos anos 202 e 203. O imperador Caracalla, que sucedeu a Sétimo Severo no ano 211, tratou de ganhar o apoio da população estendendo a cidadania romana a todos os seus súditos livres — os que não eram escravos. Como parte de sua política de congraçar-se com o povo, reviveu a perseguição, mas só por pouco tempo e principalmente no norte da África.

Seus sucessores Eliogábalo (218-222) e Alexandre Severo (22-235) seguiram uma política sincretista semelhante à de Sétimo Severo, mas com a diferença de que não trataram de obrigar os judeus e cristãos a seguir esse sincretismo. Conta-se que Alexandre Severo tinha em seu altar imagens de Cristo e Abraão, além de vários deuses. Sua mãe, Júlia Mamea, foi escutar os ensinos de Orígenes.

Por um breve período, sob o governo de Máximo, desatou a perseguição em Roma, e tanto o bispo Ponciano como seu rival Hipólito foram exilados e enviados a trabalhar nas minas. Mas logo essa breve perseguição passou e a igreja gozou de relativa paz. De fato, do imperador Felipe, o Árabe, que reinou do

ano 244 a 249, chegaram a circular rumores no sentido de que era cristão.

Em resumo, durante quase meio século, as perseguições cessaram quase por completo, num tempo em que o número de convertidos ao cristianismo crescia supreendentemente. Para esta nova geração de cristãos, a maioria dos mártires era pessoas que haviam vivido em uma idade passada, e a quem se lhes devia grande veneração, mas cuja situação dificilmente se repetiria. Cada dia havia mais cristãos entre as classes abastadas do Império, e já eram poucos os que criam nas fábulas acerca dos crimes indizíveis dos cristãos. A perseguição havia se tornado uma memória do passado, a um tempo amarga e dolorosa.

Então se desatou a tormenta.

A perseguição sob Décio

No ano 249, Décio cingiu-se com a púrpura imperial. Embora os historiadores cristãos tenham caracterizado como personagem cruel, Décio era simplesmente um romano de feitio antigo e um homem disposto a restaurar a velha glória de Roma. Por diversas razões, essa glória parecia estar perdendo o seu brilho. Os bárbaros além das fronteiras se mostravam cada vez mais inquietos e mais atrevidos em suas incursões dentro dos domínios do Império. A economia do império estava em crise. E as velhas tradições caíam cada vez mais em desuso.

Para um romano tradicional, era claro que uma das razões pelas quais tudo isto sucedia, era que o povo havia abandonado o culto de seus deuses. Quando todos adoravam os deuses, as coisas pareciam caminhar muito melhor e a glória e o poder de Roma eram cada vez maiores. Em conseqüência, era possível pensar que o que estava sucedendo era que, desde que Roma estava retirando o seu culto, os deuses por sua vez estavam retirando seu favor ao velho Império. Nesse caso, uma das medidas que se impunha no intento de restaurar a velha glória de Roma era a restauração dos velhos cultos. Se todos os súditos do Império voltassem a adorar os deuses, possivelmente os deuses voltariam a favorecer o Império.

Esta foi a principal razão da política religiosa de Décio. Não se tratava já dos velhos rumores acerca das práticas nefandas dos cristãos, nem da necessidade de castigar sua obstinação,

mas se tratava, antes, de uma campanha religiosa que buscava a restauração dos velhos cultos. Em última análise, o que estava em jogo era a sobrevivência da velha Roma dos Césares, com

Em seus intentos de restaurar as velhas glórias de Roma, o imperador Décio desatou a mais cruel perseguição que a igreja havia conhecido até então.

suas glórias e seus deuses. Tudo o que se opunha a isto era falta de patriotismo e alta traição.

Dada a razão da política de Décio, a perseguição que este imperador desatou teve características muito diferentes das anteriores. O propósito do imperador não era criar mártires, mas apóstatas. Quase cinqüenta anos antes, Tertuliano havia dito que o sangue dos mártires era semente, pois quanto mais se derramava, mais cristãos havia. As mortes exemplares dos mártires dos primeiros anos não podiam senão comover aos que as presenciavam e, portanto, com o tempo favoreciam a disseminação do cristianismo. Se, por outro lado, se conseguia que algum cristão, diante da ameaça de morte ou a dor da tortura renunciasse sua fé, isto constituiria uma vitória na política imperial de restaurar o paganismo.

Embora o edito de Décio que iniciou a perseguição não tenha sido conservado, torna-se claro que o que Décio ordenou não foi que se destruísse os cristãos, mas que era necessário voltar ao culto dos velhos deuses. Por mandato imperial, todos tinham de sacrificar diante dos deuses e queimar incenso diante da estátua do imperador. Quem assim fizesse, obteria um certificado como prova disso. E quem não tivesse tal certificado seria tratado como criminoso que havia desobedecido à ordem imperial.

Como era de se supor, essa ordem imperial tomou os cristãos de surpresa. As gerações que se sucederam sob o perigo constante da perseguição já haviam passado, e as novas gerações não estavam preparadas para enfrentar o martírio. Alguns correram a obedecer ao edito imperial tão logo se informaram dele. Outros permaneceram firmes por algum tempo, mas quando foram levados diante dos tribunais ofereceram sacrifícios diante dos deuses. Outros, talvez mais astutos, se valeram de artimanhas e do poder do ouro para obter certificados falsos sem ter sacrificado nada. Outros, enfim, permaneceram firmes, e se dispuseram a enfrentar as torturas mais cruéis que seus verdugos pudessem impor.

Desde que o propósito de Décio era obrigar as pessoas a sacrificar, foram relativamente poucos os que morreram durante esta perseguição. O que mais se fazia era deter os cristãos e, mediante uma combinação de promesas, ameaças e torturas,

fazer todo o possível para obrigá-lo a abjurar sua fé. Foi sob tais circunstâncias que Orígenes sofreu as torturas que mencionamos no capítulo anterior, e que com o tempo trouxeram-lhe a morte. E o caso de Orígenes repetiu-se centenas de vezes em todas as partes do império. Já não se tratava de uma perseguição esporádica e local, mas antes sistemática e universal, como mostra o fato de que se conservaram certificados comprovando sacrifícios oferecidos nos lugares mais recônditos do Império.

Tudo isto deu origem a uma nova dignidade na igreja, a dos "Confessores". Até então, quem era levado diante dos tribunais e permanecia firme em sua fé terminava sua vida no martírio. Os que sacrificavam diante dos deuses eram apóstatas. Mas agora, com a nova situação criada pelo edito de Décio, apareceu um grupo de pessoas que permaneciam firmes na fé, mas cuja firmeza não levava à coroa do martírio. A essas pessoas que haviam confessado sua fé em meio das torturas se lhes deu o título de "confessores".

A perseguição de Décio não durou muito. No ano 251, Galo sucedeu a Décio, e a perseguição diminuiu. Seis anos mais tarde, sob Valeriano, antigo companheiro de Décio, houve uma nova perseguição. Mas quando no ano 260 os persas fizeram prisioneiro Valeriano, a igreja gozou de novo de uma paz que durou mais de quarenta anos.

Apesar de sua breve duração, a perseguição de Décio foi uma dura prova para a igreja. Isto se deveu, não só ao fato da perseguição, mas também às novas questões que os cristãos tiveram de enfrentar depois da perseguição.

Em uma palavra, o problema que a igreja enfrentou era a questão de que fazer com os "caídos", com os que de um modo ou outro tinham sucumbido diante das lutas da perseguição. O problema se agravava por várias razões. Uma delas era que nem todos haviam caído de igual modo ou em grau igual. Dificilmente poderia se equiparar o caso de quem havia corrido a sacrificar ante os deuses logo que saiu o decreto imperial com os daqueles que se haviam valido de diversos meios para conseguir certificados, mas nunca haviam sacrificado. Havia outros que, depois de um momento de debilidade no qual haviam rendido diante das ameaças das autoridades, queriam voltar a se unir à igreja enquanto durava ainda a perseguição,

sabendo que isso provavelmente lhes custaria a liberdade e talvez a vida.

Dado o grande prestígio dos confessores, alguns pensavam que eram eles que tinham autoridade necessária para restaurar os caídos à comunhão da igreja. Alguns confessores, particularmente no norte da África, reclamaram essa autoridade e começaram a desempenhá-la. A isto se opunham muitos dos bispos, para quem era necessário que o processo de restauração dos caídos se fizesse com ordem e uniformidade, e que insistiam que só a hierarquia da igreja tinha autoridade para regular essa restauração. Por último, havia os que pensavam que toda a igreja estava caindo em uma lassidão excessiva, e que se devia tratar os caídos com muito maior rigor.

A questão dos caídos: Cipriano e Novaciano

No debate que surgiu em torno desta questão, duas personagens se distinguem por cima dos demais: Cipriano de Cartago e Novaciano de Roma.

Cipriano havia se convertido quando tinha uns quarenta anos de idade, e pouco tempo depois havia sido eleito bispo de Cartago. Seu teólogo favorito era Tertuliano, a quem chamava "o mestre". Semelhantemente a Tertuliano, Cipriano era hábil em retórica, e sabia expor seus argumentos de forma esmagadora. Seus escritos, muitos dos quais se conservam até o dia de hoje, são preciosas jóias da literatura cristã do século terceiro.

Cipriano tinha sido feito bispo muito tempo antes de se iniciar a perseguição, e quando esta chegou a Cartago, Cipriano pensou que seu dever era fugir para um lugar seguro, com alguns outros dirigentes da igreja, e dali seguir pastoreando a sua grei mediante uma correspondência nutrida. Como era de se supor, muitos viram nesta decisão um ato de covardia. O clero de Roma, por exemplo, que acabava de perder o seu bispo na perseguição, escreveu-lhe pedindo contas de sua atitude. Cipriano insistiu em que seu exílio era a decisão mais sábia para o bem de sua grei, e que era por essa razão que havia decidido fugir, e não por covardia. De fato, seu valor e convicção ficaram provados poucos anos mais tarde, quando Cipriano ofereceu sua vida como mártir. Mas por causa desta discussão

sua própria autoridade ficava posta em dúvida, pois os confessores, que haviam sofrido por sua fé, pareciam ter mais autoridade que ele.

Alguns dos confessores desejaram que os caídos que desejassem voltar à igreja fossem admitidos imediatamente, somente baseados no seu arrependimento. Logo, vários presbíteros, que haviam tido outros conflitos com Cipriano, uniram-se aos confessores, e se produziu um cisma que dividiu a igreja de Cartago e toda a região circundante. Cipriano então convocou um sínodo — isto é, uma assembléia dos bispos da região — que decidiu que aqueles que haviam comprado e obtido certificados sem haver sacrificado podiam ser admitidos à comunhão imediatamente, se mostrassem arrependimento. Os que haviam sacrificado não seriam admitidos senão no seu leito de morte, ou quando em uma nova perseguição tivessem a oportunidade de mostrar a sinceridade do seu arrependimento. Os que haviam sacrificado e não se arrependiam, não seriam admitidos jamais, nem sequer em seu leito de morte. Por último, os membros do clero que haviam sacrificado seriam depostos imediatamente. Com estas decisões terminou a controvérsia, embora o cisma tenha continuado por algum tempo.

A principal razão pela qual Cipriano insistia na necessidade de regular a admissão dos caídos à comunhão da igreja era seu próprio conceito de igreja. A igreja é o corpo de Cristo, que há de participar da vitória da sua Cabeça. Por isso, "fora da igreja não há salvação", e "ninguém que não tenha a igreja por mãe pode ter Deus por pai". Em seu caso, isto não queria dizer que tivesse de estar de acordo em tudo com a hierarquia da igreja — Cipriano mesmo teve suas disputas com a hierarquia da igreja de Roma — mas implicava que a unidade da igreja era de suma importância. Posto que as ações dos confessores ameaçavam quebrantar essa unidade, Cipriano sentia obrigação de rejeitar essas ações e insistir em que fosse um sínodo que decidisse o que se devia fazer com os caídos.

Além disso, não devemos esquecer que Cipriano era fiel admirador de Tertuliano, cujas obras estudava com assiduidade. O espírito rigoroso de Tertuliano fazia-se sentir em Cipriano em sua insistência em que os caídos não fossem admitidos de novo à comunhão da igreja com demasiada facilidade. A igreja

devia ser uma comunidade de santos e os idólatras e apóstatas não tinham lugar nela.

Muito mais rigoroso que Cipriano era Novaciano, que em Roma se opunha à facilidade com que o bispo Cornélio admitia de novo à comunhão os que haviam caído. Anos antes, houve um conflito semelhante na mesma cidade de Roma, quando Hipólito — a quem nos referiremos no próximo capítulo como ex-

Cipriano de Cartago. "Ninguém que não tenha a igreja por mãe pode ter Deus por pai".

poente do culto cristão — rompeu com o bispo Calixto porque este estava disposto a perdoar os que haviam fornicado e regressado arrependidos. Naquela ocasião o resultado foi um cisma, de modo que chegou a haver dois bispos rivais em Roma. Também agora, no caso de Novaciano, se produziu um outro cisma, pois Novaciano insistia em que a igreja devia ser pura e as ações de Cornélio, ao admitir os caídos, a maculavam. O cisma de Hipólito não havia durado muito, mas o de Novaciano perduraria por várias gerações.

A importância de tudo isto é que mostra como a questão da restauração dos caídos foi uma das preocupações principais da igreja ocidental — isto é, da igreja na parte do Império que falava o latim — desde data muito recente. A questão de o que devia ser feito com os que pecavam depois de seu batismo dividiu a igreja ocidental em repetidas ocasiões. Dessa preocupação surgiu todo o sistema penitencial. E, com o tempo, a Reforma protestante foi em sua essência um protesto contra esse sistema. Tudo isto, porém, pertence a outros volumes desta história.

XI
A vida cristã

. . . não foram chamados muitos sábios segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos de nobre nascimento; pelo contrário (. . .) Deus escolheu as coisas fracas do mundo, para envergonhar as fortes.

I Coríntios 1:26-27

Até aqui viemos narrando a história do cristianismo prestando especial atenção aos conflitos entre a igreja e o estado, assim como ao labor teológico dos mais distinguidos pensadores da igreja. Este método, entretanto, apresenta uma dificuldade: já que a maioria dos documentos que se conservaram tratam acerca da obra e pensamento dos chefes da igreja, corremos o risco de esquecermos da vida e do testemunho do comum dos cristãos. Portanto, convém que nos detenhamos a consignar algo do pouco que sabemos acerca das massas cristãs, assim como do culto e da vida cristã cotidiana.

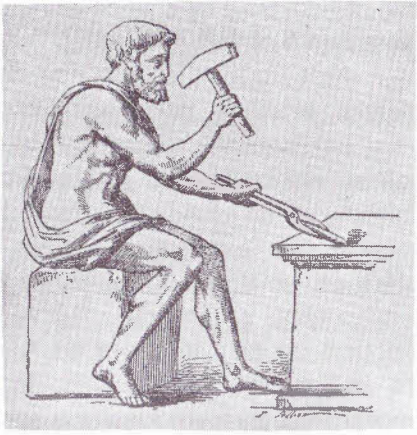
A origem social dos cristãos

Mais acima, na pág. 82, citamos as palavras do pagão Celso acusando os cristãos de serem pessoas ignorantes cuja propaganda tinha lugar, não nas escolas nem nos foruns, mas nas cozinhas, nas oficinas e nas selarias. Ainda que a obra dos cristãos como Justino, Clemente e Orígenes pareça ser um desmentido às palavras de Celso, o fato é que, em termos gerais,

Celso dizia a verdade. Os sábios entre os cristãos eram a exceção antes que a regra. E em sua obra "Contra Celso", Orígenes cuida de não desmentir o seu contendor neste ponto. Do ponto de vista dos pagãos cultos tais como Tácito, Cornélio Frontón e Marco Aurélio, os cristãos eram uma gentalha desprezível, sem educação nem cultura.

Nisto não se equivocavam os pagãos, pois tudo parece indicar que a maioria dos cristãos dos primeiros séculos pertencia às classes mais baixas da sociedade. Segundo o testemunho dos Evangelhos, Jesus passou a maior parte de seu ministério entre pescadores, prostitutas e inválidos. O apóstolo Paulo, que parece haver pertencido à uma classe social algo mais elevada, diz entretanto que a maioria dos cristãos em Corinto eram pessoas ignorantes, carentes de poder, e de linhagem obscura. O mesmo é certo através dos três primeiros séculos da vida da igreja. Ainda que saibamos de alguns cristãos de alta classe social, como Domitila e Flávio Clemente, em Roma, e Perpétua, em Cartago, para cada uma destas personagens parece haver centenas de outros cristãos de baixa posição social. Em sua maioria, os cristãos eram escravos, carpinteiros, pedreiros ou ferreiros.

Neste meio produziram-se numerosos escritos e lendas cujo tom é muito distinto das obras de Justino e dos demais eruditos cristãos. Trata-se de toda uma multidão de evangelhos apócrifos, e de feitos de diversos apóstolos e da Virgem, nos quais se narram histórias quase pueris de milagres cujo único propósito parece cativar e deleitar a imaginação. Estes livros apócrifos não devem ser confundidos com os que produziram os hereges para emprestar fundamentação às suas doutrinas. Ainda que em alguns deles se encontrem doutrinas heterodoxas, seu propósito é antes alimentar a fantasia dos crédulos. Assim, por exemplo, em um destes evangelhos o menino Jesus se entretem quebrando os cântaros que seus companheiros de brinquedo trazem ao poço e logo quando eles choram por haverem perdido seus cântaros, e porque seus pais os castigariam, Jesus ordena às aguas que devolvam os cântaros, os quais são devolvidos inteiros. De igual modo, em outra ocasião, segundo o mesmo Evangelho apócrifo, Jesus ordenou à uma árvore alta que se dobrasse, para ele subir sobre o tronco, e esta



Em sua maioria, os cristãos eram escravos, carpinteiros, pedreiros ou ferreiros. Poucos eram os cristãos que pertenciam às classes mais altas da sociedade.

lhe obedeceu e depois se endireitou, como um camelo que se deita para que o amo monte nele.

Mas tudo isto não nos deve fazer desprezar a perspectiva destes cristãos comuns. Ao contrário, quando comparamos essa perspectiva com a de alguns dos mais distintos mestres da igreja, vemos que as pessoas pobres e ignorantes possuíam uma compreensão mais profunda de algumas das verdades bíblicas. Assim, por exemplo, o Deus ativo, soberano e justiceiro que aparece em alguns destes evangelhos apócrifos se aproxima muito mais ao Deus da Bíblia que o Um inefável e distante de Justino ou de Clemente de Alexandria. De igual modo, enquanto os grandes defensores do cristianismo se esforçavam por mostrar às autoridades que sua fé não se opunha à política imperial, há indícios de que os cristãos comuns sabiam que havia um conflito insolúvel entre os propósitos do Império e os propósitos de Deus. Quando se leva um destes cristãos diante das autoridades imperiais, ele as confronta negando-se a reconhecer a autoridade do imperador, e referindo-se a Cristo como "meu Senhor, o imperador dos reis e de todas as nações". Por último, enquanto alguns dos mestres cristãos tendiam a espiritualizar excessivamente a esperança cristã, na fé destas pessoas comuns persistia ainda a visão de um reino de Justiça que suplantaria a ordem presente, de uma nova Jerusalém onde Deus enxugaria o choro dos que agora sofriam. No próximo volume desta história, ao tratar acerca do impacto da conversão de Constantino, veremos que, quando a Igreja se tornou poderosa, muitos desses elementos foram ficando esquecidos.

O culto cristão

O que sabemos do culto cristão nos dá uma idéia do modo como aqueles cristãos do primeiro século percebiam e experimentavam sua fé. Com efeito, quando estudamos o modo como a igreja antiga adorava, nós nos apercebemos do impacto que sua fé deve ter tido para as massas despojadas que constituíam a maioria dos fiéis.

Desde o próprio princípio, a igreja cristã costumava se reunir nos primeiro dia da semana para "partir o pão". A razão pela qual o culto tinha lugar no primeiro dia da semana era que nesse dia se comemorava a ressurreição do Senhor. Logo,

o propósito principal do culto não era chamar os fiéis à penitência, nem fazê-los sentir o peso de seus pecados, mas celebrar a ressurreição do Senhor e as promessas das quais essa ressurreição era a garantia. É por isso que o livro de Atos descreve aqueles cultos dizendo que "partindo o pão nas casas, comiam juntos com alegria, e singeleza de coração" (Atos 2:46). A atenção naqueles cultos de comunhão não se centralizava tanto nos acontecimentos de Sexta-feira Santa como nos do Domingo de Ressurreição. Uma nova realidade havia amanhecido, e os cristãos reuníam-se para celebrá-la e fazerem-se participantes dela.

A partir de então e através de quase toda a história da igreja, a comunhão tem sido o centro do culto cristão. É somente em época relativamente recente que algumas igrejas protestantes estabeleceram a prática de se reunir para adorar aos domingos sem celebrar a comunhão. Mas isto pertence a outros volumes desta história.

Além dos indícios que nos oferece o Novo Testamento, e que são de todos conhecidos, sabemos acerca do modo em que os antigos cristãos celebravam a comunhão graças à uma série de documentos que perduraram até nossos dias. Mesmo que não possamos entrar em detalhes acerca de cada um destes documentos, e das diferenças entre eles, podemos assinalar algumas das características comuns, que parecem ter formado parte de todas as celebrações da comunhão.

A primeira delas, a que já nos aludimos anteriormente, é que a comunhão era uma celebração. O tom característico do culto era o gozo e a gratidão, e não a dor ou a compunção. No princípio, a comunhão era celebrada em meio de uma refeição. Cada qual trazia o que podia, e depois da comida em comum, celebravam orações sobre o pão e o vinho. Já em princípios do século segundo, entretanto, e possivelmente devido, em parte, às perseguições e às calúnias que circulavam acerca das "festas de amor" dos cristãos, começou a se celebrar a comunhão sem a refeição em comum. Mas sempre se manteve o espírito de celebração dos primeiros anos.

Pelo menos a partir do século segundo, o culto de comunhão constava de duas partes. Na primeira liam-se e comentavam-se as Escrituras, faziam-se orações e cantavam-se hinos. A segunda

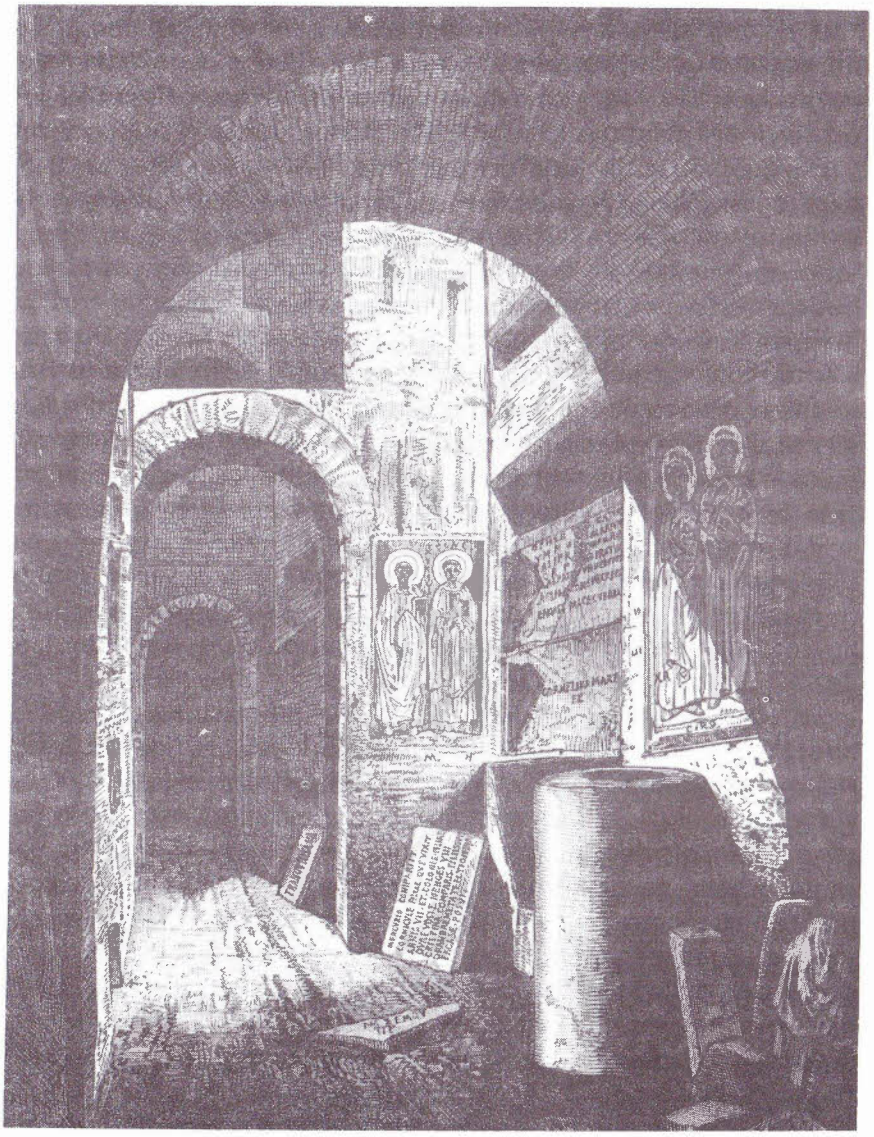
parte do culto começava geralmente com o ósculo da paz. Logo alguém trazia o pão e o vinho para frente e os apresentava a quem presidia. Em seguida, o presidente pronunciava uma oração sobre o pão e o vinho, na qual se recordavam os atos salvíficos de Deus e se invocava a ação do Espírito Santo sobre o pão e o vinho. Depois se partia o pão, os presentes comungavam, e se despediam com a benção. Naturalmente, a esses elementos comuns acrescentavam-se muitos outros em diversos lugares e circunstâncias.

Outra característica comum do culto nesta época é que só podia participar dele quem tivesse sido batizado. Os que vinham de outras congregações podiam participar livremente, sempre e quando estivessem batizados. Em alguns casos, era permitido aos convertidos que ainda não tinham recebido o batismo assistir à primeira parte do culto — isto é, as leituras bíblicas, as homilias e as orações – mas tinham que se retirar antes da celebração da comunhão propriamente dita.

Outro dos costumes que aparece desde muito cedo era celebrar a comunhão nos lugares onde estavam sepultados os fiéis já falecidos. Esta era a função das catacumbas. Alguns autores dramatizaram a "igreja das catacumbas", dando a entender que estas eram lugares secretos em que os cristãos se reuniam para celebrar seus cultos escondidos das autoridades. Isto é um exagero. Na realidade as catacumbas eram cemitérios e sua existência era conhecida pelas autoridades, pois não eram só os cristãos que tinham tais cemitérios subterrâneos. Mesmo que em algumas ocasiões os cristãos tenham utilizado algumas das catacumbas para se esconder dos seus perseguidores, a razão pela qual se reuniam nelas era que ali estavam enterrados os heróis da fé, e os cristãos criam que a comunhão os unia, não só entre si e com Jesus Cristo, mas também com seus antepassados na fé. Isto era particularmente certo no caso dos mártires, pois pelo menos a partir do século segundo existia o costume de se reunir junto a suas tumbas no aniversário de sua morte para celebrar a comunhão. Esta é a origem da celebração das festas dos santos, que em geral se referiam, não aos seus natalícios, mas sim às datas de seus martírios.

Muito mais que nas catacumbas, os cristãos se reuniam em casas particulares. Disto achamos indicações no Novo Testamen-

to. Depois, conforme o crescimento das congregações, algumas casas foram dedicadas exclusivamente ao culto divino. Assim,



A catacumba de Cornélio é um exemplo característico dos cemitérios onde os cristãos enterravam seus mortos, e onde freqüentemente se reuniam para adorar.

por exemplo, um dos mais antigos templos cristãos que se conserva, o de Dura-Europo, construído antes do ano 256, parece ter sido uma casa particular convertida em igreja.

Segundo já dito anteriormente, só quem havia sido batizado podia estar presente durante a comunhão. No livro de Atos, vemos que tão logo alguém se convertia era batizado. Isto era possível na primitiva comunidade cristã, onde a maioria dos conversos vinha do judaísmo, e tinha, portanto, certo preparo para compreender o alcance do Evangelho. Mas conforme a igreja foi incluindo mais gentios tornou-se cada vez mais necessário um período de preparo e de prova antes da ministração do batismo. Este período recebe o nome de "catecumenato", e no princípio do século terceiro durava uns três anos. Durante este tempo, o catecúmeno recebia instrução acerca da doutrina cristã, e tratava de dar mostras em sua vida diária da firmeza de sua fé. Por fim, pouco tempo antes do seu batismo, era examinado — às vezes em companhia de seus padrinhos — e eram admitidos na classe dos que estavam prontos para serem batizados.

Em geral o batismo era ministrado uma vez ao ano, no Domingo da Ressurreição, ainda que logo e por diversas razões se começou a ser ministrado em outras ocasiões. Em princípios do século terceiro os que estavam prontos para serem batizados jejuavam durante a sexta e sábado, e seu batismo tinha lugar na madrugada de domingo, como na ressurreição do Senhor. O batismo era por imersão, desnudados, os homens separados das mulheres. Ao sair da água, era dado ao neófito uma vestidura branca, em sinal de sua nova vida em Cristo (Compare-se com Colossenses 3:9-12 e Apocalipse 3:4). Além disso davam-lhe água de beber, em sinal de que havia se tornado limpo, não só exteriormente, mas também interiormente. E ele também recebia unção, porque agora o cristão veio a formar parte do sacerdócio real, e ainda se lhe dava leite e mel, porque havia penetrado na Terra Prometida. Depois todos marchavam juntos à igreja, onde o neófito participava pela primeira vez do culto cristão em toda sua plenitude, isto é, da comunhão.

Ainda que, em geral, o batismo fosse por imersão, nos lugares em que faltava água era permitido praticá-lo vertendo água sobre a cabeça três vezes, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

E quanto a se a igreja primitiva batizava crianças ou não, os eruditos não conseguiram chegar a um acordo. No século terceiro há indícios claros de que os filhos de pais cristãos eram batizados desde a meninice. Mas todos os documentos anteriores deixam-nos em dúvidas acerca desta questão, tão debatida em séculos posteriores.

A organização da igreja

Não há dúvida de que, nos fins do século segundo, existia na igreja uma hierarquia com três níveis: bispos, presbíteros e diáconos. Alguns historiadores, — sobretudo católicos — têm pretendido que esta hierarquia tripartite se remonta às próprias origens da igreja. Mas o certo é que os documentos não permitem fazer tal afirmação, mas sim o contrário. Ainda que o Novo Testamento fale de bispos, presbíteros e diáconos, estes três títulos não aparecem juntos, como se cada igreja tivesse que tê-los. Ao contrário, o quadro que o Novo Testamento nos apresenta dá-nos a entender que a organização da igreja primitiva variava de lugar para lugar. Além disso, há fortes indícios de que, pelos menos durante a maior parte do século primeiro, os títulos de "bispo" e "presbítero" eram intercambiáveis. Há também alguns eruditos que pensam que em certas igrejas — inclusive em Roma — não houve a princípio um só bispo, mas sim várias pessoas que tinham, todos ao mesmo tempo, um ou ambos os títulos.

Como dissemos anteriormente, a ênfase na autoridade dos bispos na sucessão apostólica surgiu durante o século segundo, como um modo de responder ao desafio das heresias. Enquanto a maior parte dos cristãos vinha de um contexto judaico, o perigo das heresias foi menor. Mas à medida em que foi aumentado o número dos gentios entre os cristãos, foi aumentado também a multiplicidade de doutrinas, e se foi fazendo necessária a centralização da autoridade.

O lugar das mulheres na hierarquia eclesiástica tem sido mal interpretado. Posto que no século segundo todos os oficiais dessa hierarquia eram varões, pensou-se que assim foi na igreja primitiva também. Mas o Novo Testamento nos dá a entender outra coisa. Felipe tinha quatro filhas que "profetizavam", isto é, que pregavam. Febe era diaconisa em Cencréia. E Júnias

é contada entre os apóstolos. O que sucedeu é que durante o século segundo, em seus esforços por evitar toda doutrina falsa, a igreja centralizou sua autoridade, e as mulheres ficaram excluídas do ministério da pregação. Mas ainda nos princípios do século, segundo Plínio diz a Trajano, foram torturadas duas "ministras" da igreja cristã.

Ao estudar o lugar das mulheres na igreja antiga, não devemos deixar de mencionar o papel importantíssimo das viúvas. Já no livro de Atos encontramos que a igreja primitiva se ocupava sustentando as viúvas que havia em seu seio. Se assim não se fizesse, tais viúvas ficariam desamparadas, e seus únicos recursos seriam viver com algum de seus filhos ou casar-se de novo. Em qualquer destes casos, se o filho ou o novo esposo não era cristão, a viúva se veria limitada em sua vida religiosa. Logo foram dadas às viúvas responsabilidades dentro da igreja. Já mencionamos a viúva Felicidade, cujo labor despertou a aversão dos pagãos e que a levou ao martírio. Outras se dedicaram à instrução dos catecúmenos. Como resultado de tudo isto, o título de "viúva" chegou a se referir, não tanto ao estado civil da mulher em questão, como a sua função dentro da comunidade cristã. Antes de terminar o século primeiro, já havia mulheres solteiras que decidiam dedicar-se integralmente a estas funções, e não se casar. É então que começou a aparecer nos textos frases tais como "as viúvas e virgens" e ainda "as virgens que são chamadas viúvas". Com o tempo isto daria origem ao monaquismo feminino, que foi anterior ao masculino.

Os métodos missionários

O enorme crescimento numérico da igreja nos primeiros séculos nos leva a perguntar que métodos missionários empregou a igreja em sua expansão. E a resposta pode surpreender-nos, pois a igreja dos primeiros séculos não conheceu os "cultos evangelísticos" que se tornaram tão comuns durante os dois últimos séculos. Pelo contrário, na igreja antiga o culto, como já indicamos, consistia principalmente na comunhão, e a esta só se admitiam os cristãos que haviam sido batizados. Portanto, o evangelismo não tinha lugar nas igrejas, mas, como indica Celso, nas cozinhas, nas oficinas e nos mercados. Alguns mestres famosos, tais como Justino e Orígenes, sustentavam

disputas em suas escolas e ganhavam assim alguns convertidos entre os intelectuais. Mas o fato é que na maioria dos casos foram cristãos anônimos que, mediante seu testemunho, abriram o caminho à conversão de outras pessoas. Também sabemos de muitíssimos casos em que a firmeza e o gozo que os cristãos manifestavam em meio do martírio serviu para atrair outros à

Segundo o que se conta, quando Gregório Taumaturgo assumiu o bispado da igreja de Neocesaréia havia dezessete cristãos na cidade, e à sua morte só restavam dezessete pagãos.

nova fé. E ao menos no caso de Gregório Taumaturgo — isto é, o feitor de maravilhas — boa parte das conversões se deveu aos milagres dos cristãos.

Gregório Taumaturgo era natural do Ponto, e havia se convertido através do testemunho erudito de Orígenes. Mas quando Gregório regressou ao Ponto, e chegou a ser o bispo de Neocesaréia, seu grande êxito evangelístico se deveu, não a seus argumentos teológicos, mas aos milagres que praticava. Esses milagres consistiam especialmente em cura de enfermos, mas também, diz-se que Gregório chegou a governar a corrente de um rio que transbordou às suas margens, e que os apóstolos e a Virgem, mediante visões, dirigiam sua obra missionária. Ademais, Gregório parece ter sido um dos primeiros em utilizar um método missionário que depois se tornou comum. Este método consistia em colocar, em lugar das festas pagãs, as festas dos mártires cristãos, e assegurar-se de que estas últimas seriam mais atraentes que as primeiras.

Também pode surpreender-nos o fato de que, depois do Novo Testamento, são escassíssimos os dados que temos acerca de missionários no estilo de Paulo ou de Barnabé. Ao que parece, a enorme difusão geográfica do cristianismo não se deveu tanto ao labor de missionários profissionais mas sim a muitos cristãos que viajavam por diversas zonas, e que iam levando sua fé de um lugar ao outro.

Por último, devemos assinalar que a fé cristã se difundiu sobretudo nas cidades, e que a penetração dos campos foi lenta e difícil, pois não se completou senão muito tempo depois da conversão de Constantino.

As origens da arte cristã

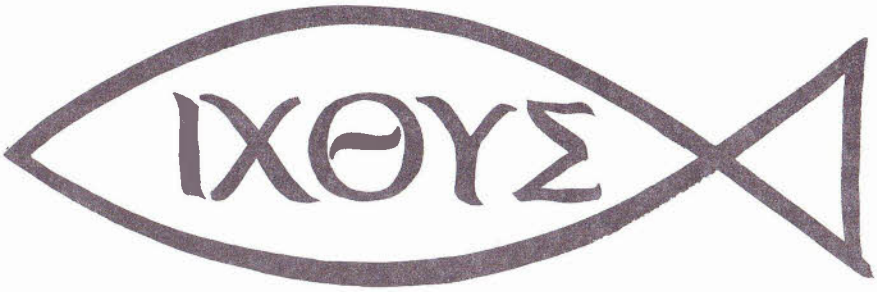
Posto que no princípio os cristãos se reuniam em casas particulares, é de se supor que não havia nelas decorações especiais relativas à fé cristã. Mas assim que os cristãos começaram a ter seus próprios cemitérios — as catacumbas — e igrejas — como a de Dura-Europo — começou a desenvolver-se a arte cristã. Esta arte se encontra nos afrescos das catacumbas e igrejas, e nos sarcófagos que alguns dos cristãos mais abonados faziam lavrar.

Um dos temas característicos da arte cristã antiga é a comunhão como no caso deste afresco que se encontra em uma das catacumbas romanas.

Naturalmente, já que era esse o ato central de adoração da comunidade cristã as cenas alusivas à comunhão são relativamente freqüentes. Em alguns casos essas cenas consistem em um quadro que representa a comunhão mesma ou a ceia do Senhor no cenáculo. Em outros casos trata-se de simplesmente de um cesto com pães e peixes.

A presença do peixe nestes quadros — e em outros contextos — deve-se a que o peixe foi um dos primeiros símbolos cristãos. Isto se devia a que a palavra "peixe" em grego (ichthys) podia interpretar-se como um acróstico que continha as letras iniciais da frase "Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador". O simbolismo do peixe aparece, não só na arte pictórica, mas também em alguns dos mais antigos epitáfios cristãos em verso. Assim, por exemplo, o epitáfio de Abércio, bispo de Hierápolis nos fins do século segundo, diz que a fé alimentou a Abércio com "um peixe de água doce, muito grande e puro, pescado por uma virgem imaculada" (a Virgem ou a igreja?). E outros epitáfios semelhantes se referem à "raça divina do peixe celestial" e à "paz do peixe".

Outras cenas na arte cristã primitiva se referem a diversos episódios bíblicos: Adão e Eva, Noé na arca, a água que brota da rocha no deserto, Daniel no poço dos leões, os três varões no forno ardente, Jesus e a samaritana, a ressurreição de Lázaro, etc. Em geral, trata-se de uma arte simples, de valor mais simbólico



O peixe é um dos símbolos cristãos mais antigos. Seu significado se deriva da palavra grega 'ΙΧΟΥΣ, que quer dizer peixe, e cujas letras são as iniciais da frase 'Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador'.

O tema de Noé na arca é um dos mais comuns na arte cristã antiga. Sua postura, de pé e com as mãos estendidas com as palmas para frente, era a posição característica da oração na igreja antiga.

do que representativo. Assim, por exemplo, Noé aparece em uma arca cujo tamanho é grande apenas o suficiente para sustê-lo.

Em conclusão, a igreja cristã antiga estava formada em sua maioria por pessoas humildes para quem o fato de haverem sido adotadas como herdeiras do Rei dos reis era motivo de grande regozijo. Isto pode ser visto em seu culto, em sua arte e em muitas outras manifestações. A vida cotidiana de tais cristãos desenvolvia-se na penumbra rotineira em que vivem os pobres de todas as sociedades. Mas aqueles cristãos viviam na esperança de uma nova luz que viria a suplantar a luz injusta e idólatra da sociedade em que viviam.

XII
A grande perseguição e o triunfo final

Nada me interessa a não ser a lei de Deus, que eu aprendi. Essa é a lei que obedeço, pela qual hei de morrer, e na qual hei de triunfar. À parte dessa lei, não há mais nenhuma outra.

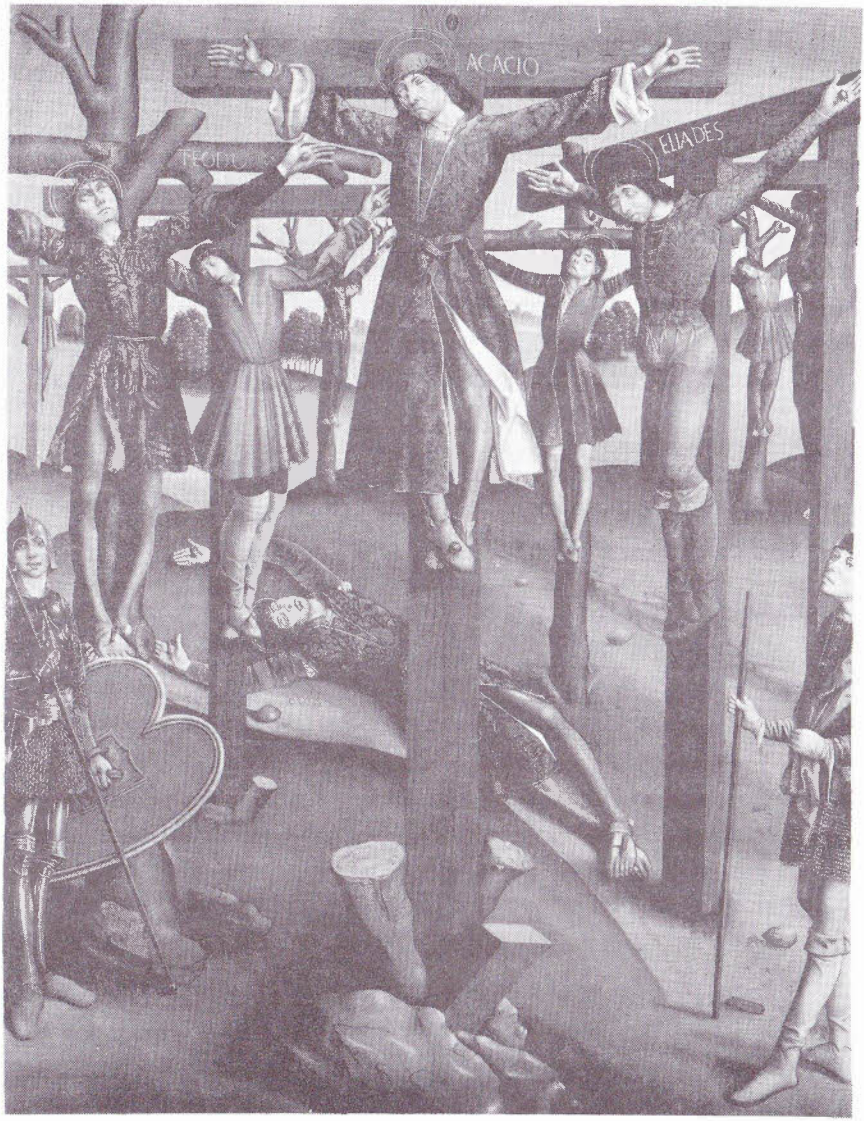
Télica, mártir

Conforme dissemos, depois das perseguições de Décio e Valeriano, a igreja gozou de relativa tranqüilidade. Mas nos fins do século terceiro se desatou a última e a mais terrível das perseguições. Reinava na época Diocleciano, que havia organizado o Império em uma tetrarquia. Dois imperadores compartilhavam o título de "augusto": Diocleciano no Oriente, e Maximiano no Ocidente. Sob cada um deles havia outro imperador com o título de "césar": Galério sob Diocleciano, e Constâncio Cloro sob Maximiano. Devido à grande habilidade administrativa e política de Diocleciano, esta divisão de autoridade perdurou enquanto ele reteve em suas mãos as rédeas do poder. Seu propósito era em parte assegurar-se de que a sucessão ao trono fosse pacífica, pois cada césar deveria suceder ao seu augusto, e então os imperadores restantes nomeariam um novo césar. Conforme veremos mais adiante, este sistema funcionou só enquanto Diocleciano o administrou, mas depois deu lugar a disputas de sucessão, usurpações e guerras civis.

Mas, em breve palavras, podemos dizer que o Império encontrava-se em estado de relativa paz e prosperidade. Fora as

Diocleciano, o último dos grandes imperadores pagãos, foi um hábil político e administrador. Seu principal erro foi haver confiado excessivamente em Galério, que o incitou a perseguir os cristãos e no final o obrigou a abdicar.

constantes escaramuças fronteiriças, só Galério se viu envolvido em campanhas de importância, primeiro nas fronteiras do Da-



A grande perseguição deu origem a múltiplas lendas. Uma delas é a de Acácio e os dez mil mártires, segundo a qual toda uma legião sofreu o martírio quando se negou a sacrificar diante dos deuses. O quadro é de Fernando Gallego, pintor espanhol do século XV. Reproduzimos por cortesia do Museu Virgínia Meadows, Southern Methodist University Dallas, Texas.

núbio, e logo contra os persas. Dos três imperadores, só Galério parece haver sentido uma inimizade profunda em relação ao cristianismo. Quanto a Diocleciano, que era o governante supremo, tanto a sua esposa Prisca como a sua filha Valéria eram cristãs. A paz da igreja parecia estar assegurada.

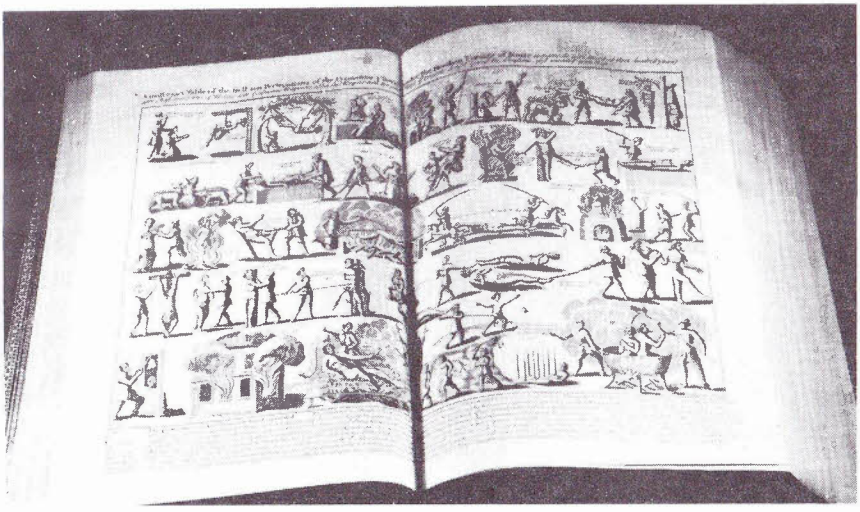
Os conflitos parecem ter começado no exército. A atitude dos cristãos em relação ao serviço militar, não era uniforme, pois embora a maioria dos autores da época nos diga que os cristãos não devem ser soldados, sabemos por outras fontes que havia grande número de cristãos no exército. A razão pela qual alguns se opunham ao serviço militar não era tanto o pacifismo cristão como o fato de que algumas das cerimônias militares eram de caráter religioso, e portanto tornava-se difícil ao soldado cristão abster-se de participar na idolatria. Em todo caso, por volta do ano 295 vários cristãos foram mortos, uns por negarem-se a ser conscritos, e outros porque tentaram abandonar o exército. Diante dos olhos de Galério, esta atitude dos cristãos com relação ao serviço militar envolvia um sério perigo, pois era possível que em algum momento crítico os cristãos que estavam no exército se negassem a obedecer ordens. Logo, como uma medida necessária para a moral militar, Galério convenceu a Diocleciano da necessidade de expulsar os cristãos das legiões. O edito de Diocleciano a esse respeito não decretava a pena de morte, nem outro castigo senão a mera expulsão do exército. Mas em alguns lugares, devido talvez ao excessivo zelo dos oficiais, intentou-se obrigar aos soldados cristãos a oferecer sacrifícios diante dos deuses, e o resultado disto foi que houve algumas execuções, todas elas no exército do Danúbio, que estava sob as ordens de Galério.

A isto se limitou a perseguição, até que Diocleciano deixou-se convencer por Galério, e no ano 303 lança um novo edito contra os cristãos. Ainda nesse edito Diocleciano se negava a derramar sangue dos cristãos, e o que se ordenava era que todos os edifícios cristãos e os livros sagrados fossem destruídos, e que aos crentes se lhes privasse todas as suas dignidades e direitos civis. No princípio, a perseguição se limitou a isto. Mas logo foi recrudescendo porque muitos fiéis se negavam a entregar os livros sagrados, e então eram torturados e condenados à morte. Além disso, houve dois incêndios misteriosos no palá-

Constâncio Cloro, o pai de Constantino, não perseguiu os cristãos com todo o rigor da lei. Alguns historiadores cristãos, depois da conversão de Constantino, pretenderam que Constâncio sentia simpatias em relação ao cristianismo. Mas isto é difícil de provar.

cio imperial. Galério acusou os cristãos de tê-los provocado, dizendo que os incendiários procuravam vingar-se da destruição de suas igrejas. Alguns escritores cristãos insinuam que foi o próprio Galério quem ordenou os incêndios, para logo culpar os crentes. Em todo caso, a fúria de Diocleciano não se fez esperar, e logo foi ordenado que todos os cristãos da corte tinham que oferecer sacrifícios diante dos deuses. Prisca e Valéria sacrificaram, mas o grande mordomo Doroteu e vários outros sofreram o martírio. Em todo o resto do Império continuaram sendo destruídas as igrejas e queimados os livros sagrados, com exceção dos territórios que pertenciam a Constâncio Cloro, que se limitou a destruir algumas igrejas, mas não insistiu em que fossem entregues os livros.

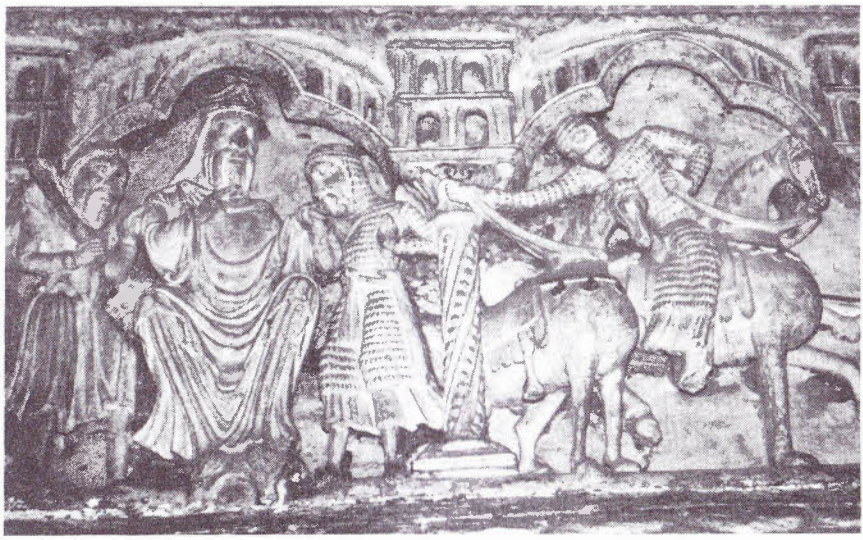
Pouco depois houve alguns distúrbios em diversas regiões, e Diocleciano se convenceu de que os cristãos conspiravam contra ele. Então decretou, primeiro, que todos os chefes da igreja fossem encarcerados, e, depois, que todos os cristãos em todo o Império tinham que sacrificar diante dos ídolos.



Durante a grande perseguição os cristãos sofreram grande variedade de torturas. Estas gravuras do século XVII representam algumas delas.

Assim se desatou a mais cruenta de todas as perseguições que sofreu a igreja antiga. Da mesma forma que nos tempos do imperador Décio, fazia-se todo o possível para incitar os cristãos a abandonar sua fé. Acostumados como estavam à tranqüilidade das décadas anteriores, muitos cristãos sucumbiram ante as ameaças dos juízes. Aos demais foram-lhes aplicadas torturas de toda sorte, e foram mortos em meio aos mais diversos suplícios. Outros se ocultaram, muitos deles levando consigo os livros sagrados. E até houve muitos que cruzaram a fronteira e se refugiaram no território persa.

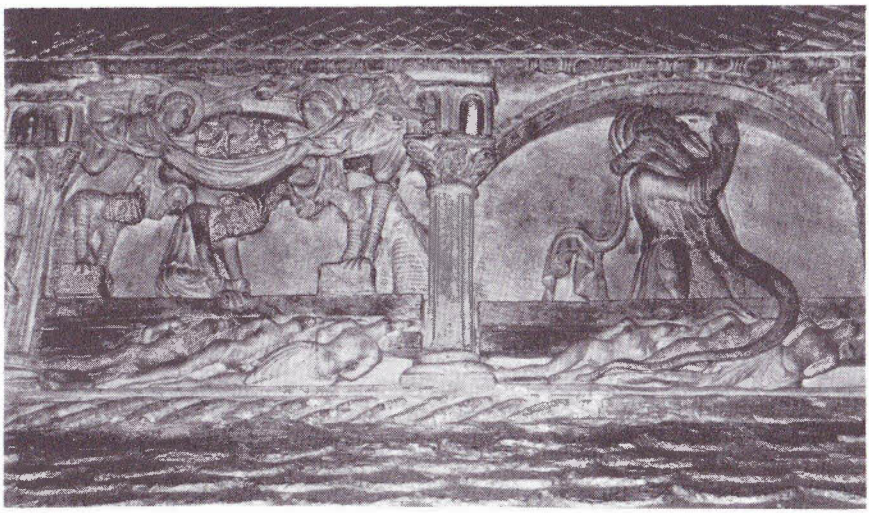
Em meio a tudo isto, Galério maquinava o modo de fazer-se dono único do Império. No ano 304 Diocleciano ficou doente gravemente, e ainda que sobrevivesse à sua enfermidade, ficou entretanto bastante débil e cansado. Galério apressou-se a ir ao seu lado e, primeiro com doçura e depois com ameaças, o obrigou a abdicar. Ao mesmo tempo, Galério havia reforçado seu exército, e convenceu a Maximiano de que se não abdicasse ele também, invadiria seus territórios e se seguiria a guerra civil.



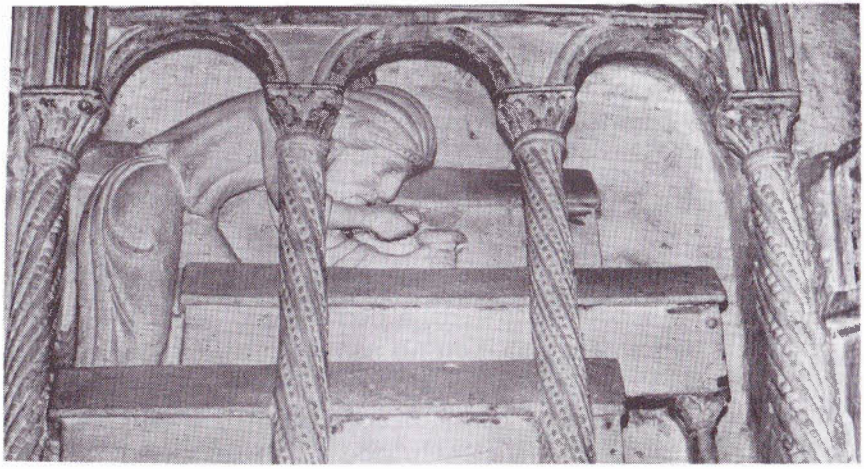
Durante a grande perseguição o prefeito Daciano se fez famoso pela crueldade com que perseguiu aos cristãos na Espanha. Entre os que sofreram sob seu . . .

. . . governo contam-se os três irmãos Vicente, Sabina e Cristeta, que decidiram fugir da perseguição . . .

. . . mas foram capturados ao chegar a Ávila. Ali os soldados de Daciano os desnudaram e torturaram, e . . .



. . . por fim os mataram, triturando-lhes as cabeças. Note-se no alto do relevo da esquerda que dois anjos levam as almas dos mártires em um pano. Segundo a lenda, um espectador que se burlava dos mártires foi atacado por uma serpente . . .



. . . e se converteu. Então o novo converso construiu três ataúdes para os mártires. O antisemitismo que se apoderou da cristandade medieval se mostra no fato de que, segundo a lenda, esse espectador era judeu.

Por fim, ambos augustos abdicaram ao mesmo tempo, no ano 305. Como tinha ficado estipulado anteriormente, Constâncio Cloro sucedeu a Maximiano, e Galério a Diocleciano. Na eleição dos dois novos césares, entretanto, Galério obrigou Diocleciano a nomear duas personagens ineptas, mas que lhe eram áditas: Severo sob Constâncio Cloro, e Maximino Daza sob Galério. Esta decisão não gozou do apoio dos soldados, entre os quais eram muito populares os filhos de Constâncio Cloro e de Maximiano, Constantino e Majêncio respectivamente. O resultado da ambição de Galério foi o caos.

Constantino fugiu da corte de Galério e uniu-se ao seu pai, depois de cuja morte as tropas o proclamaram augusto. Majêncio se apoderou de Roma, e Severo viu-se obrigado a se suicidar. Maximiano saiu de seu retiro e uniu-se ao seu filho Majêncio em uma aliança instável que por fim se dissolveu. Galério invadiu os territórios de Majêncio, mas suas tropas começaram a passar para o bando do inimigo, e teve que abandonar a campanha. Por fim não ficou outro remédio a Galério senão acudir a Diocleciano, que em seu retiro estava dedicando-se a cultivar repolhos. Mas Diocleciano negou a tomar de novo as rendas do estado, e se limitou a presidir sobre uma série de negociações cujo resultado foi nomear um novo augusto para o Ocidente, Licínio. Oficialmente, então, havia de novo dois augustos, Galério e Licínio, e sob eles "dois filhos de augustos", Constantino e Maximino Daza. Durante todas essas vicissitudes, Constantino havia seguido uma política cautelosa, ao reforçar sua posição nas Gálias e na Grã-Bretanha, e insistir somente em seus direitos como herdeiro de Constâncio Cloro. Mais tarde chegaria o momento de se lançar em busca do poder supremo sobre o Império.

Em meio a todo este caos, a perseguição continuou, ainda que no Ocidente nem Constantino nem Majêncio — que eram os donos efetivos da maior parte do território — se ocuparam em promovê-la. Para eles, a perseguição era política de Galério, e em meio de todas as pugnas pelo poder não se sentiam inclinados a cumprir os desejos do rival que havia tentado deserdá-los. Mas Galério e seu protegido, Maximino Daza, continuavam perseguindo os cristãos. Maximino aperfeiçoou a política de seu chefe, pois segundo nos conta o historiador cristão Eusébio,

A grande perseguição deu origem a uma multidão de lendas e tradições de mártires. Umas das mais populares é a de Santa Catalina de Alexandria, segundo a qual as rodas com facas com que os pagãos trataram de matá-la voltaram-se contra seus verdugos. Ademais conta-se que Catalina sustentou um debate com os filósofos pagãos de Alexandria, e resultou vencedora. Por fim foi decapitada. Aqui a vemos com seus símbolos tradicionais: a roda, a espada e a palma do martírio, vencendo ao paganismo. O quadro é de Cláudio Coelho (século XVII), cortesia do Museu Virgínia Meadows.

nos territórios de Maximino o que se fazia era vazar um dos olhos os cristãos, ou quebrar-lhes uma perna, e então enviá-los a trabalhos forçados nas pedreiras. Mas ainda assim muitos dos condenados formaram novas igrejas, e com o tempo foram mortos ou deportados de novo. As listas dos mártires foram se tornando cada vez mais compridas, até o ponto em que se requeriam vários parágrafos para mencionar àqueles cujos nomes nos chegaram.

Por fim, quando os cristãos começaram a desesperar, a tormenta amainou. Galério estava enfermo de morte, e no dia 30 de abril de 311 promulgou seu famoso edito de tolerância:

> Entre todas as leis que promulgamos para o bem do estado, temos tentado restaurar as antigas leis e disciplina tradicional dos romanos. Em particular temos procurado que os cristãos, que haviam abandonado a religião de seus antepassados, voltassem à verdade. Porque tal teimosia e loucura haviam possuído a eles que nem sequer seguiam seus costumes primitivos, mas fizeram suas próprias leis e se reuniram em grupo distintos. Depois da publicação do nosso edito, ordenando que todos voltassem aos costumes antigos, obedeceram por temor ao perigo, e tivemos que castigar a outros. Mas há muitos que ainda persistem em suas opiniões, e temos percebido de que não adoram nem servem aos deuses, nem tampouco ao seu próprio deus. Portanto, movidos por nossa misericórdia a ser benévolos com todos, cremos justo estender também a eles o nosso perdão, e permitir-lhes que voltem a ser cristãos, e que voltem a se reunir em suas assembléias, sempre que não atentem contra a ordem pública.
>
> Em outro edito daremos instruções acerca disto a nossos magistrados.
>
> Em troca dessa tolerância nossa, os cristãos terão a obrigação de rogar ao seu deus pelo nosso bem-estar, pelo bem público e por eles mesmos, a fim de que a república goze de prosperidade e eles possam viver tranqüilos.

Tal foi o edito que pôs fim à mais cruenta — e praticamente a última — das perseguições que a igreja teve que sofrer nas mãos do Império Romano. Logo foram abertos os cárceres e as pedreiras, e delas brotou uma torrente humana de pessoas

aleijadas, tortas e maltratadas, mas em gozo pelo que para elas era uma intervenção direta do alto.

Galério morreu cinco dias depois, e o historiador cristão Lactâncio nos diz que seu arrependimento chegou demasiado tarde.

O Império ficava nas mãos de Licínio, Maximino Daza, Constantino e Majêncio. Os três primeiros se reconheciam entre si, e consideravam a Majêncio como um usurpador. E quanto à sua política em relação aos cristãos, Licínio, Constantino e Majêncio não os perseguiam, enquanto que Maximino Daza logo voltou a desatar a perseguição em seus territórios.

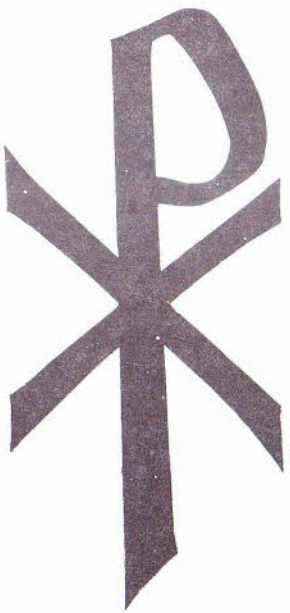
Mas um grande câmbio político estava a ponto de se iniciar, que com o tempo poria fim a todas as perseguições, mesmo nos territórios de Maximino Daza. Constantino, que durante todas as pugnas anteriores havia se contentado em intervir somente mediante a astúcia e a diplomacia, se lançou a uma campanha que no final o faria dono absoluto do império. De repente, quando ninguém o esperava, Constantino reuniu seus exércitos em Gália, atravessou os Alpes, e marchou sobre Roma, a capital de Majêncio. Este último, tomado de surpresa, não pôde defender suas praças fortes, que caíram rapidamente nas mãos de Constantino. Tudo o que Majêncio pôde fazer foi reunir seu exército em Roma, para ali resistir contra Constantino. Se Majêncio houvesse permanecido atrás das muralhas de Roma, um longo sítio se seguiria, e talvez a história tivesse sido outra. Mas Majêncio consultou seus adivinhos e decidiu sair ao campo de batalha contra Constantino.

Segundo dois historiadores cristãos que conheceram Constantino, em vésperas da batalha este teve uma revelação. Um destes historiadores, Lactâncio, diz que em um sonho Constantino recebeu a ordem de por um símbolo cristão sobre o escudo de seus soldados. O outro, Eusébio, nos diz que a visão apareceu nas nuvens, junto com as palavras escritas no céu, "vence nisto". Em todo caso, o fato é que Constantino ordenou que seus soldados empregassem para a batalha do dia seguinte o símbolo que se conhece como o 'labarum', e que consistia na superposição de duas letras gregas, X e P. Posto que essas duas letras são as duas primeiras do nome de Cristo em grego, o 'labarum' bem podia ser um símbolo cristão. Alguns historia-

dores modernos assinalaram muitos outros indícios que nos dão a entender que, embora fosse possível que já nessa data Constantino se inclinasse em direção ao cristianismo, ainda continuava adorando ao Sol invicto. A realidade é que a conversão de Constantino foi um longo processo que narraremos no próximo volume desta obra.

Mas, em todo o caso, o importante é que Majêncio foi derrotado, e quando lutava sobre a Ponte Mílvio caiu ao rio e se afogou. Constantino ficou então dono de todo o Ocidente.

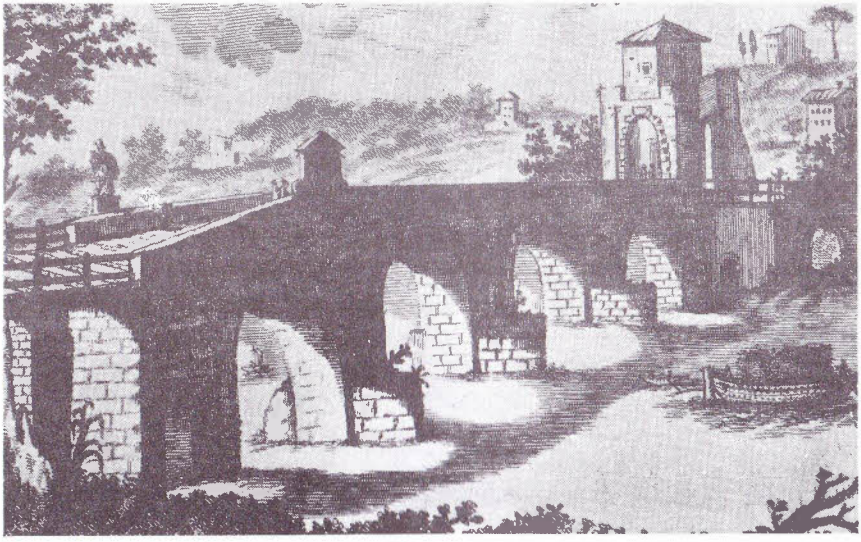
Uma vez iniciada a sua campanha em prol do poder, Constantino marchou com uma velocidade vertiginosa. Depois da batalha da Ponte Mílvio, reuniu-se em Milão com Licínio, com quem selou uma aliança. Parte desta aliança era o acordo de que não se perseguiria mais os cristãos, e que se lhes devolveriam suas igrejas, cemitérios e outras propriedades que haviam sido confiscadas. Este acordo, que recebe o título pouco exato de "Edito de Milão", se assinala freqüentemente como o fim das perseguições (313 d. C.), ainda que o certo é que o edito de tolerância de Galério foi muito mais importante, e ainda depois



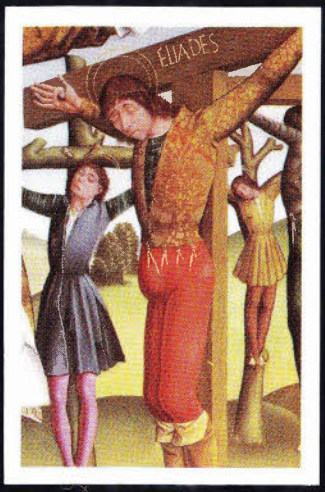
O 'labarum' de Constantino podia ser interpretado como um monograma que consistia na superposição de P e X, as duas primeiras letras do nome de Cristo em grego (XPISTOS).

do "Edito de Milão" Maximino Daza seguiu perseguindo aos cristãos. Por fim, depois de uma série de passos que correspondem a outro capítulo desta história, Constantino ficou como o único imperador, e a igreja gozou de paz em todo o império.

Até que ponto isto se deve considerar como um triunfo, a até que ponto foi o começo de novas dificuldades para a igreja, será o tema principal de nosso próximo volume. Por agora assinalaremos simplesmente o desafio enorme a que tinham de enfrentar agora aqueles cristãos, que até uns poucos meses antes estavam se preparando para o martírio, e que agora recebiam do imperador mostras de uma simpatia e um apoio sempre crescente. Que sucederia quando aquelas pessoas, que serviam a um carpinteiro e cujos grandes heróis eram pescadores, escravos e criminosos que haviam sido condenados pelo estado, se vissem rodeados da bonança e do prestígio do poder imperial? Permaneceriam firmes em sua fé? Ou resultaria talvez que os que não haviam se deixado amedrontar pelas feras e torturas sucumbiriam dirante das tentações da vida fácil e do prestígio social? Estas foram as perguntas que tiveram de enfrentar os cristãos das gerações que seguiram a Constantino.



À aproximação de Constantino, Majêncio fez destruir a ponte Mílvio, mas depois a reconstruiu sobre barcaças. Foi dessa ponte provisória que Majêncio caiu e se afogou. Depois, a velha ponte foi reconstruída.



A ERA DOS MÁRTIRES

Este primeiro volume de *E Até aos Confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo* narra o corajoso e vibrante testemunho dos que preferiram perder a vida a negar seu Senhor. Como Jesus Cristo, na cruz, esses primeiros cristãos foram mais que vencedores, até nos momentos de aparente derrota. Eis uma história de amor e sofrimento, que sacode nossa consciência.

O autor

Justo L. González, graduado com honra no Seminário Unido de Matanzas, em Cuba, cursou seu doutorado em Teologia na Universidade de Yale. Foi professor do Seminário Unido de Porto Rico por vários anos e depois uniu-se à Faculdade de Teologia Candler, de Atlanta, na Geórgia, EUA. Atualmente, dedica-se ao trabalho literário, tendo escrito muito, em quantidade e em qualidade. Basta mencionar sua *Historia del Pensamiento Cristiano*, em três volumes, escrita em espanhol e traduzida por ele mesmo para o inglês. A presente obra é outra contribuição monumental à literatura cristã latino-americana.

ISBN 85-275-0039-6

9 788527 500395